



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DA

COVILHÃ

ATA N.º 05/2025

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2025

INICIADA ÀS 10 HORAS E 05 MINUTOS. CONCLUÍDA ÀS 18 HORAS E 50 MINUTOS.

SUMÁRIO:	FL
ABERTURA	02
INTERVENÇÃO DO PÚBLICO	08
ANTES DA ORDEM DO DIA	09
ORDEM DO DIA	36
ENCERRAMENTO	121

ATA N.º 05/2025ABERTURA

Aos trinta dias do mês de junho de dois mil e vinte e cinco, no Auditório Municipal, sito na Rua do Castelo, em Covilhã, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal do Concelho da Covilhã, sob a presidência do Exmo. Senhor **Dr. João José Casteleiro Alves** com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS**1. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO****2. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA****2.1 - *Apreciação e votação de Atas***

a) *Ata n.º 03/2025 de 28 de abril e de 05 de maio de 2025*

2.2 - *Leitura resumida do expediente***2.3 - *Pedidos de informação e esclarecimentos*****2.4 - *Declarações de âmbito político e de interesse municipal*****2.5 - *Apresentação, discussão e votação de propostas de deliberação***

2.5.1 - *Voto de Pesar pelo Falecimento de José Lopes Bragança (UF Covilhã e Canhoso e PS)*

2.5.2 - *Voto de Louvor à Liga dos Combatentes – Núcleo da Covilhã (UF Covilhã e Canhoso)*

2.5.3 - *Voto de Louvor aos Bombeiros Voluntários da Covilhã (UF Covilhã e Canhoso)*

2.5.4 - *Voto de Louvor ao Festival WOOL (UF Covilhã e Canhoso)*

2.5.5 - *Moção Marchas Populares da Covilhã (UF Covilhã e Canhoso)*

2.5.6 - *Voto de Pesar pelo Falecimento de Manuel Quinteiro Gomes (CDU – PCP/PEV)*

2.5.7 - *Voto de Louvor – João Paulo Ramos Duarte Mineiro (PPD/PSD)*

2.5.8 - *Voto de Louvor – Isabel Fael (PPD/PSD)*

2.5.9 - *Voto de Congratulação – Marco Macedo – Vice-Campeão Nacional de Contrarrelógio e Vice-Campeão Regional de XCO (PPD/PSD)*

2.5.10 - *Voto de Congratulação – Francisco Macedo – Campeão Regional de Cross Country Olímpico (PPD/PSD)*

- 2.5.11 - *Voto de Congratulação – Bombeiros Voluntários da Covilhã – 150 Anos de Existência (PPD/PSD)*
- 2.5.12 - *Voto de Congratulação – Associação Centro de Artes Marciais da Covilhã e Terapias Orientais – Campeonato Nacional de Kempo (PPD/PSD)*
- 2.5.13 - *Voto de Congratulação – Lua Afonso – Vence Concurso Nacional de Leitura em Voz Alta (PPD/PSD)*
- 2.5.14 - *Voto de Congratulação – Ana Paula Duarte – Nomeação como Reitora da Universidade da Beira Interior (PPD/PSD)*
- 2.5.15 - *Voto de Pesar pelo Falecimento de João Manuel Serra Duarte (PPD/PSD e PS)*
- 2.5.16 - *Voto de Pesar pelo Falecimento da Prof.ª Maria Margarida Alves Pires Henry Robbins (PS)*
- 2.5.17 - *Voto de Louvor a António José Teixeira (PS)*

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- 3.1 - *Debate entre Grupos Municipais*
 - a) *“Espaços verdes e equipamentos urbanos” (CDU – PCP/PEV)*
 - b) *“Participação cívica e transparência na governação” (CDS-PP)*
- 3.2 - *Discussão da matéria em análise no debate temático sobre “Habitação” realizado na Sessão Extraordinária de 30/05/2025 e votação de propostas de deliberação*
- 3.3 - *Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Atividade e Situação Financeira do Município*
- 3.4 - *Apreciação e deliberação sobre o Relatório da Comissão Especializada – Estudo de Traçado do IC6 (Folhadosa – Covilhã)*
- 3.5 - *Apreciação e votação da Prestação de Contas Consolidadas de 2024*
- 3.6 - *Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Revisão Orçamental Modificativa n.º 8*
- 3.7 - *Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Autorização da Celebração de Protocolo de Delegação de Competências entre o Município da Covilhã e a ENERAREA – Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior, sobre a Aprovação da Minuta do Protocolo, sobre a Autorização de Abertura e Tipo de Procedimento Concursal para a Aquisição de Energia Elétrica em Média Tensão (MT) e ainda sobre Autorização de Repartição de Encargos e Assunção dos Compromissos Plurianuais inerentes ao Protocolo – Fornecimento de Energia Elétrica em Média Tensão (MT) ao Município da Covilhã – Procedimento 04-ENERAREA-2025*
- 3.8 - *Tomada de conhecimento do Primeiro Relatório de Monitorização do Plano de Ação para a Energia Sustentável e o Clima (PAESC)*
- 3.9 - *Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Autorização da celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Município da Covilhã na Freguesia de Unhais da Serra – Transporte de Aluno*
- 3.10 - *Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Autorização da Celebração de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências – Taxa Contributiva da Segurança Social – Freguesia de Peraboa e Freguesia de São Jorge da Beira*

A Sessão Ordinária foi secretariada pelo 1.º e 2.º Secretários, respetivamente, o Senhor António Paulo Pereira Ranito e a Senhora Mestre Sandra Isabel Neves Ferreira (Sobral de São Miguel) em substituição da Senhora Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha. -----

Estiveram presentes na 1.ª Reunião da Sessão os Excelentíssimos Senhores(as): Dr. João José Casteleiro Alves, Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes, Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro, Dr. Hugo Ferrinho Lopes, Lino Fernandes Torgal em substituição do Dr. Hugo Lopes Ferrinho, Dr. Vítor Manuel Ferrinho Pinho em substituição da Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha, Prof. Vítor Manuel Reis Silva, António Paulo Pereira Ranito, Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira, Prof.ª Teresa de Jesus Pereira Duarte Reis em substituição do Dr. Jorge Filipe Reis Ferrão Vaz, Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes, Mafalda Lourenço Nunes em substituição da Mestre Valéria Alexandra Mendes Garcia, Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves, Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro, Doutora Mónica Cristina Cerqueira Ramôa, Ilídio Moisés Serra dos Reis em substituição do Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro, Dra. Joana Petrucci Dias Rocha, Dra. Vânia Sofia Saraiva Neves, Eng.º Luís da Silva Rodrigues, Eng.º Pedro Miguel Melo Bernardo, Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo em substituição do Dr. Nuno Flávio Costa Reis, Dra. Paula Sextina Martins de Matos em substituição do Dr. Afonso Manuel Mousaco Gomes e os(as) Excelentíssimos(as) Senhores(as) Presidentes de Junta/União de Freguesia(s): Joana Patrício Campos (Aldeia de São Francisco de Assis), Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra), Raquel Susana Santos Duarte em substituição do Dr. Jorge Ricardo Gouveia Viegas (Cortes do Meio), José Carlos Varandas Neves Matos (Dominguizo), João Ramos Almeida (Erada), Dr. Gilberto Miguel Fortuna Melfe (Ferro), Dr. Sérgio Nuno Proença Rodrigues (Orjais), Eng.º Pedro Miguel Matos Mingote em substituição de Gabriel Simões Lopes Gouveia (Paul), Cristina Maria Conde de Campos Barata (Peraboa), Paulo Jorge da Silva Maças Quintela (S. Jorge da Beira), Mestre Sandra Isabel Neves Ferreira (Sobral de S. Miguel), Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo), Dra. Cátia Vanessa Alves Gaudêncio em substituição de José António Serra Guerreiro (Unhais da Serra), Mestre Daniela Sofia Pereira Correia (Verdelhos), Prof. Vítor Barata Fernandes (Barco e Coutada), Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar-Galo e Vila do Carvalho), César Araújo Craveiro (Casegas e Ourondo), Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso), Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio), Telmo José Fortuna Santos Menino em substituição de António Manuel Pais Carriço (Teixoso e Sarzedo) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia de Souto). -----

Não compareceu à presente Sessão o Deputado Municipal Dr. Jorge Manuel Torrão Nunes. -----

Verificada a existência de “quórum”, o Excelentíssimo Presidente da Mesa deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. -----

PRESENCAS DA CÂMARA MUNICIPAL

--- Estiveram presentes os Exmos. Senhores: **Presidente da Câmara Municipal, Dr. Vítor Manuel Pinheiro Pereira**, e os Vereadores **Dr. Pedro Miguel Santos Farromba, Prof.ª Doutora Maria Regina Gomes Gouveia e Prof.ª Dra. Sandra da Costa Henriques Soares**; do corpo técnico: a **Diretora do Departamento de Administração Geral e Coordenação Jurídica – Dra. Graça Isabel Pires Henry Robbins**, o **Diretor do Departamento de Finanças e Modernização Administrativa – Mestre Júlio Manuel de Sousa Costa**, o **Diretor do Departamento de Obras e Planeamento – Eng.º Jorge Manuel Galhardo Vieira** e do **Serviço de Apoio à Assembleia Municipal a Técnica Superior, Dra. Ivone Franco Correia**. -----

--- Submetida a **Ordem de Trabalhos** à apreciação, foi alterado o nome do ponto -----

2.5.5 - Moção – Marchas Populares da Covilhã (UF Covilhã e Canhoso)

Para: -----

2.5.5 - Voto de Congratulação às Marchas Populares da Covilhã (UF Covilhã e Canhoso)

- Após as **alterações**, a Ordem de Trabalhos foi **aprovada por unanimidade**, tendo ficado com a seguinte configuração: -----

1. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

2. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

2.1 - Apreciação e votação de Atas

a) Ata n.º 03/2025 de 28 de abril e de 05 de maio de 2025

2.2 - Leitura resumida do expediente

2.3 - Pedidos de informação e esclarecimentos

2.4 - Declarações de âmbito político e de interesse municipal

2.5 - Apresentação, discussão e votação de propostas de deliberação

2.5.1 - Voto de Pesar pelo Falecimento de José Lopes Bragança (UF Covilhã e Canhoso e PS)

2.5.2 - Voto de Louvor à Liga dos Combatentes – Núcleo da Covilhã (UF Covilhã e Canhoso)

2.5.3 - Voto de Louvor aos Bombeiros Voluntários da Covilhã (UF Covilhã e Canhoso)

2.5.4 - Voto de Louvor ao Festival WOOL (UF Covilhã e Canhoso)

2.5.5 - Voto de Congratulação às Marchas Populares da Covilhã (UF Covilhã e Canhoso)

2.5.6 - Voto de Pesar pelo Falecimento de Manuel Quinteiro Gomes (CDU – PCP/PEV)

2.5.7 - Voto de Louvor – João Paulo Ramos Duarte Mineiro (PPD/PSD)

- 2.5.8 - Voto de Louvor – Isabel Fael (PPD/PSD)
- 2.5.9 - Voto de Congratulação – Marco Macedo – Vice-Campeão Nacional de Contrarrelógio e Vice-Campeão Regional de XCO (PPD/PSD)
- 2.5.10 - Voto de Congratulação – Francisco Macedo – Campeão Regional de Cross Country Olímpico (PPD/PSD)
- 2.5.11 - Voto de Congratulação – Bombeiros Voluntários da Covilhã – 150 Anos de Existência (PPD/PSD)
- 2.5.12 - Voto de Congratulação – Associação Centro de Artes Marciais da Covilhã e Terapias Orientais – Campeonato Nacional de Kempo (PPD/PSD)
- 2.5.13 - Voto de Congratulação – Lua Afonso – Vence Concurso Nacional de Leitura em Voz Alta (PPD/PSD)
- 2.5.14 - Voto de Congratulação – Ana Paula Duarte – Nomeação como Reitora da Universidade da Beira Interior (PPD/PSD)
- 2.5.15 - Voto de Pesar pelo Falecimento de João Manuel Serra Duarte (PPD/PSD e PS)
- 2.5.16 - Voto de Pesar pelo Falecimento da Prof.ª Maria Margarida Alves Pires Henry Robbins (PS)
- 2.5.17 - Voto de Louvor a António José Teixeira (PS)

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- 3.1 - Debate entre Grupos Municipais
 - a) “Espaços verdes e equipamentos urbanos” (CDU – PCP/PEV)
 - b) “Participação cívica e transparência na governação” (CDS-PP)
- 3.2 - Discussão da matéria em análise no debate temático sobre “Habitação” realizado na Sessão Extraordinária de 30/05/2025 e votação de propostas de deliberação
- 3.3 - Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Atividade e Situação Financeira do Município
- 3.4 - Apreciação e deliberação sobre o Relatório da Comissão Especializada – Estudo de Traçado do IC6 (Folhadosa – Covilhã)
- 3.5 - Apreciação e votação da Prestação de Contas Consolidadas de 2024
- 3.6 - Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Revisão Orçamental Modificativa n.º 8
- 3.7 - Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Autorização da Celebração de Protocolo de Delegação de Competências entre o Município da Covilhã e a ENERAREA – Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior, sobre a Aprovação da Minuta do Protocolo, sobre a Autorização de Abertura e Tipo de Procedimento Concursal para a Aquisição de Energia Elétrica em Média Tensão (MT) e ainda sobre Autorização de Repartição de Encargos e Assunção dos Compromissos Plurianuais inerentes ao Protocolo – Fornecimento de Energia Elétrica em Média Tensão (MT) ao Município da Covilhã – Procedimento 04-ENERAREA-2025
- 3.8 - Tomada de conhecimento do Primeiro Relatório de Monitorização do Plano de Ação para a Energia Sustentável e o Clima (PAESC)
- 3.9 - Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Autorização da celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Município da Covilhã na Freguesia de Unhais da Serra – Transporte de Aluno

3.10 - *Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Autorização da Celebração de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências – Taxa Contributiva da Segurança Social – Freguesia de Peraboa e Freguesia de São Jorge da Beira*

1. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

--- Concedida a palavra, o Senhor João Manuel Farias da Silva cumprimentou todos os presentes e pediu esclarecimento sobre os subsídios atribuídos ao Orfeão da Covilhã. “Esse esclarecimento já foi pedido por escrito em meados de abril e, não tendo resposta, venho aqui renovar a pergunta e insistir por essa temática. -----

A questão que se põe é que, para 2025, foram atribuídos dois subsídios financeiros ao Orfeão da Covilhã e, portanto, não está em causa a justeza dessa atribuição. Longe disso. -----

Sou um associado recente do Orfeão. Só participo nas atividades a partir de 2017 e, até há muito pouco tempo, desconhecia em absoluto o passado associativo e a gestão que tem sido feita até essa altura. Mas, a partir do momento em que me inteirei melhor sobre as circunstâncias em que uma instituição quase centenária que detém o estatuto de entidade de utilidade pública, portanto uma entidade que tem determinado tipo de privilégios e prerrogativas e, ao mesmo tempo, também tem a obrigação de cumprir, como todas as outras, mas ainda mais pelo facto de ter esse estatuto. -----

Aquilo que era pedido e dirigido ao Senhor Vereador com o pelouro do Associativismo era que confirmasse a fundamentação da atribuição desses subsídios porque consta de uma listagem que foi divulgada aquando da sua homologação, logo em fevereiro deste ano, mas suscita-me dúvidas sobre não só os pressupostos e os requisitos que eram necessários para se poder candidatar a essa subsidiação, como inclusive a própria natureza da tramitação interna que a Câmara teve que fazer para fazer a atribuição desses montantes. -----

Portanto, o que peço aqui é que haja uma resposta a essa solicitação que fiz por escrito porque temos que dar prova da boa-fé, da justeza e da lisura em que os processos são transitados para que todos nós possamos acreditar nas instituições, sejam elas de que natureza for, sejam elas eletivas, não eletivas, para sabermos às quantas andamos. -----

Vou fazer chegar, se assim o permitir, a cópia para toda a gente poder saber do que é que estou a falar.” -----

--- Seguidamente, foi concedida a palavra ao Senhor Manuel de Jesus Joaquim que iniciou dizendo que “venho aqui representar o povo do Monte Serrano. Temos um abaixo-assinado com cerca de 50 pessoas sobre uma passagem que dá ao Monte Serrano a ligação à estrada cá abaixo com mais ou menos 300 metros. O povo do Monte Serrano tem lá os seus bens, as suas casas e não tem possibilidade nenhuma de entrarem lá nesse caminho porque na altura que meteram lá as caixas dos esgotos deixaram-nas muito altas e agora qualquer carro bate nessas caixas. -----

Aquilo terá que ser arranjado e ser alcatroado porque tem inclinação muito forte e essa inclinação da maneira que aquilo está não pode ser arranjado, nem contornado. Se não levar alcatrão, aquilo vai tudo a esbarrar ao fundo de um prédio de outro vizinho e depois temos as consequências de ter que limpar aquilo tudo. -----

Vinha pedir ao Senhor Presidente e à Câmara para ver se isso segue para a frente e se se consegue fazer antes do Inverno porque se vem o Inverno depois então é que acabámos com aquilo.” -----

- O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** respondeu que as respostas iriam ser dadas por escrito. -----

2. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

2.1 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE ATAS

A) ATA N.º 03/2025 DE 28 DE ABRIL E DE 05 DE MAIO DE 2025

--- Submetida à apreciação e após o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** ter comunicado os Deputados Municipais impedidos de votar nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro (CPA), a **Ata n.º 03/2025 de 28 de abril e de 05 de maio de 2025**, previamente enviada a todos os Senhores Deputados Municipais convocados, foi colocada à votação, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

Não participaram na discussão e votação da ata, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro (CPA), os seguintes Deputados Municipais: Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP), Dr. Vítor Manuel Ferrinho Pinho (PS), Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro (Movimento “Covilhã Tem Força”), Doutora Mónica Cristina Cerqueira Ramôa (CDU – PCP/PEV), Mafalda Lourenço Nunes (PPD/PSD), Dra. Paula Sextina Martins de Matos (PS), Raquel Susana Santos Duarte (Cortes do Meio), Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso), Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar-Galo e Vila do Carvalho) e Telmo José Fortuna Santos Menino (Teixoso e Sarzedo). -----

Não votaram ainda, por não estarem presentes na sala, os Deputados Municipais: Mafalda Lourenço Nunes (PPD/PSD), Ilídio Moisés Serra dos Reis (PS), Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS), José Carlos Varandas Neves Matos (Dominguizo), Dr. Sérgio Nuno Proença Rodrigues (Orjais), Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo) e Prof. Vítor Barata Fernandes (Barco e Coutada). -----

2.2 - LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE

--- Nos termos da alínea m) do n.º 1 do artigo 29.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi dado conhecimento do seguinte expediente: -----

- Email da Comissão de Educação e Ciência a acusar a receção da "Moção – A Covilhã Precisa do Bolinha de Neve" -----
- Email do Chefe do Gabinete do Senhor Primeiro-Ministro a acusar a receção da "Moção – A Covilhã Precisa do Bolinha de Neve" -----
- Email do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda a acusar a receção do "Voto de Congratulação" pela clarificação do pagamento da Taxa de Ocupação de Subsolo (TOS) pelas empresas, sem repercussão na fatura dos consumidores -----
- Email da Fundação Mário Soares e Maria Barroso a agradecer a homenagem prestada pelo Município da Covilhã e o reconhecimento demonstrado pela Assembleia Municipal -----

2.3 - PEDIDOS DE INFORMAÇÃO E ESCLARECIMENTOS

--- Foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** Questionou a Mesa da Assembleia Municipal “sobre a velha questão da audição do Secretário Executivo da CIMBSE. É que estamos no final de mais um mandato. É um assunto que já vem do mandato anterior. Foi renovado neste mandato e, sucessivamente a propósito desta situação, a Assembleia Municipal aprovou a convocatória do Senhor Secretário Executivo da CIMBSE a propósito dos transportes urbanos. -----

Já coloquei a questão duas ou três vezes. A Mesa disse que sim, mas a coisa não acontece. Volto a questionar, adia-se novamente e nada acontece. Questiono, Senhor Presidente, se querem impedir-nos de questionar o Senhor Secretário Executivo da CIMBSE e que nos explicasse aqui por que é que existem Covilhanenses a pagar passes acima de 80 e 100 € mensais quando a tendência nacional é caminhar-se para a gratuitidade dos transportes públicos. -----

Em outras cidades e outras regiões no mesmo país, temos regiões com média salariais mais altas e com passes gratuitos e de valor reduzido e numa região onde temos a média salarial mais baixa ou uma das mais baixas, obrigam-se os trabalhadores a pagar 80, 90, 100 € de passe. -----

A questão que se coloca aqui é que estamos praticamente na última Assembleia deste mandato, se não for a última, e penso que o Senhor Presidente da Mesa deve uma explicação quanto a esta situação: ou a Mesa não convocou ou o Senhor Secretário Executivo não aceitou a convocatória ou não quis comparecer. Gostaria de ouvir a explicação, Senhor Presidente.” -----

- O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** esclareceu que, “como sabem, esteve prevista a vinda do Senhor Secretário a esta sessão e, de facto, depois não compareceu. De qualquer forma, vamos repetir o convite e vamos, de facto, enviar-lhe esta sua preocupação por escrito.” -----

- **Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso):** Após cumprimentar todos os presentes, iniciou abordando, “muito rapidamente, a mobilidade, ciclovias, transportes, elevadores, estacionamentos, viaturas amigas do ambiente. Bem, isto tem um rosto e o rosto é o do Chefe de Gabinete. Foi ele que esteve no início deste processo. -----

No início do primeiro mandato, o Senhor Presidente deixou ir a Sede da CIMBSE para a Guarda apenas para ser presidente da CIMBSE. Houve mais alguma coisa? -----

A compra dos silos autos do Pelourinho foi um bom negócio para o Município? -----

A situação das competências através do Estado nas áreas da Saúde, Educação e outras, beneficiam a população do concelho da Covilhã? -----

Para quando a instalação de empresas chinesas? Será que é necessário mais uma viagem? -----

Como está a nova barragem? -----

Como está um novo aeródromo? -----

Como estão as obras da piscina coberta? -----

Para quando as obras da pista de atletismo e os campos de futebol sintéticos? -----

Para quando a construção de uma arena para espetáculos desportivos, culturais e outros? -----

Para quando a reabilitação das nossas estradas e ruas? -----

Como está a limpeza das faixas de gestão dos terrenos junto do *Data Center*? Eram para empresas tecnológicas e hoje podiam até ser para empresas de inteligência artificial, mas tem sido apenas uma imobiliária. Quem comprou os lotes? Parece que alguns foram logo revendidos! Quanto é que a Câmara já faturou? -----

Obras no edifício da União de Freguesias – Qual é o ponto da situação? -----

Unidade de Saúde Familiar – Quem é o privado que vai ocupar o rés-do-chão? -----

Quanto custou a Feira do Desporto? -----

Somos ou não membros da Associação de Municípios da Cova da Beira? Parece que o Senhor Presidente costuma ir, às vezes, às tomadas de posse e fica para almoçar. -----

Quanto é que a Câmara já pagou aos advogados que estão a trabalhar no resgate das Águas da Serra? -----

Como tem sido a relação com a UBI? É verdade que a Câmara autorizou a construção de um imóvel em zona de expansão da UBI ao lado da Biblioteca Central? -----

Já está resolvido o terreno na Boidobra? Afinal, de quem é? -----

A Câmara e a UBI devem ser dois grandes irmãos. -----

Deixou praticamente morrer o comércio tradicional e o mercado municipal. -----

Senhor Presidente, o Senhor para mim, como cidadão e como Presidente da União de Freguesias da Covilhã e como Presidente de Freguesia da Conceição, foi o pior Presidente da Câmara de sempre. Muito havia a dizer. Sei o que o Senhor sabe e o Senhor sabe o que eu sei que sabe.” ----

- **Cristina Maria Conde de Campos Barata (Peraboa)**: Após cumprimentar todos os presentes, perguntou “ao Senhor Presidente da Câmara Municipal da Covilhã, em que ponto de situação se encontra a Estrada Municipal 506, visto que através da Comunicação Social tivemos conhecimento que ia ser feito com meios próprios, o qual muito nos surpreende porque, em setembro de 2023, pedimos a maquinaria para aplicar 600 m² de alcatrão na Junta de Freguesia de Peraboa, em que pagávamos todo o material necessário e a Câmara só iria colocar lá a maquinaria. -----

Foi-nos respondido agora dia 25 de junho que o calendário estava completo até ao final do ano e, como tal, as máquinas não iam poder ser destinadas para Peraboa. Pronto, ok este assunto está encerrado. A Junta de Freguesia vai assumir esse compromisso e vai alcatroar aqueles 600 m². ----

Agora surpreende-me como é que não tem calendário e agora têm calendário para irem fazer uma estrada desta envergadura! Isto surpreende-me muito. -----

Outra questão: queria saber como é que está novamente o muro dos 25.000 € que a Junta de Freguesia se adiantou à Câmara Municipal da Covilhã. Suportou esse custo em setembro de 2024 e até hoje não obtivemos qualquer resposta. Estive no gabinete do Senhor Vereador em fevereiro. Sei que o assunto foi passado para o gabinete do Senhor Presidente da Câmara e até hoje nem protocolo, nem sei absolutamente nada acerca disto. -----

As lombas nas Castanheiras é um assunto que está a ser pedido desde 2021. De três em três meses mandamos um email a solicitar as lombas para as Castanheiras. Recebemos agora a informação de que as lombas estão aprovadas. No entanto, foi-nos dito que só podem ser colocadas depois de a pavimentação ser feita. Ora, se não vão conseguir fazer a pavimentação do T entre Peraboa e Ferro até Peraboa, quando é que chegará o alcatrão às Castanheiras para colocarmos as lombas?” -----

2.4 - DECLARAÇÕES DE ÂMBITO POLÍTICO E DE INTERESSE MUNICIPAL

--- Nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 45.º do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã, foi concedida a palavra de acordo com a ordem estabelecida no referido Regimento aos seguintes Deputados Municipais: -----

- **Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso)**: “Podia repetir o que disse há pouco, mas vou dizer o seguinte: como sabem, o Senhor Membro desta Assembleia... Está com um sorriso. Não sei se é para mim ou se é para o Senhor Presidente da Câmara! Senhor Engenheiro Hélio, certamente que é para mim, mas também vou sorrir para si através de palavras. -----

Como sabe, o Senhor não representa o Município. O Chefe de Gabinete não representa o Município e, até há meio ano/oito meses, era raro ver o Senhor Hélio Fazendeiro em eventos e iniciativas promovidas pelo movimento associativo e outras. Hoje é uma azáfama. Ainda tem muito para

andar. Não apenas o Senhor, mas outras pessoas. Isso só demonstra que está a utilizar uma instituição pública em benefício próprio. Mas continue. Até gosto de o ver e até o tenho cumprimentado sempre. Até já lhe fiz um telefonema. Está lembrado? Lembra-se desse telefonema? Diga só: fiz um telefonema ou não fiz? -----

Senhor Hélio Fazendeiro, é feio e há mais sorrisos aí, certamente a pensar no futuro. Há para aí uns sorrisos, há para aí umas preocupações. Isto para dizer o seguinte, olhos nos olhos, faça-me o favor: fiz-lhe ou não lhe fiz um telefonema? Não consegue responder, pois não?" -----

- **Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro (Movimento “Covilhã Tem Força”)**, após cumprimentar todos os presentes, iniciou dizendo que “somos um país de emigrantes. Não podemos escamotear isso. Mas cada vez mais somos um país de migrantes e é urgente que se aborde o tema de forma ponderada, com seriedade, com lisura e nunca de forma deturpada pela importância que essas pessoas têm para a nossa economia, empresas, escolas, universidades e até Segurança Social. -----

O meu avô paterno foi para a Argentina em 1928 e, graças a Deus, não sendo analfabeto (muitos eram), personificava as pessoas que se arriscavam à procura de uma vida melhor, desconhecendo a língua do país, mas cumpriam, no entanto, os requisitos de ir preencher as necessidades de mão-de-obra que esses países necessitavam nos vários setores naturalmente da economia. -----

Entretanto, o paradigma alterou-se e dos “emigrantes analfabetos”, passámos aos emigrantes qualificados. Formamos quadros para a seguir os exportar. Isto nos mais variados quadrantes económicos. Apetece perguntar que paradoxo é este da nossa emigração em que acatamos que a mão-de-obra, no início do século passado, nos fugisse e, no início deste novo século, permitimos que nos fuja na mesma depois de a formarmos. Não finjamos que não vemos. -----

A nível da migração, Portugal transformou-se num país apetecível aos olhos da mão-de-obra que nos vê de lá de fora. Recebemos mão-de-obra na agricultura, na construção civil, nos serviços, na indústria e por aí fora. A maior parte sabe que estão sujeitos aos empregos menos qualificados, frequentemente com salários abaixo da média nacional em que, muitas das vezes, os portugueses não querem trabalhar. -----

Os migrantes são fundamentais para o funcionamento da economia nacional, concelhia, local e, neste momento, essa mão-de-obra não pode ser dispensada sob pena de o país ficar paralisado em alguns setores. Basta lembrarmo-nos do turismo e das receitas que gere, sendo que todos nós damos conta que nos hotéis e restaurantes cada vez mais a mão-de-obra é estrangeira. -----

Mas as necessidades do país, e por causa disso, não podem franquear as portas à chegada. A legislação tem de se ajustar às novas realidades. Tem que, inclusivamente importar o que se faz de melhor em outros países de imigração para permitir legalização ordenada, para poder ser utilizada seriamente naqueles setores económicos em que são indispensáveis. -----

Deixo o repto: por que não fomentar uma migração sazonal para os setores que necessitam de mão-de-obra apenas em algumas alturas do ano? Tantos portugueses que iam e foram apenas e só às vindimas na França! -----

Deixo apenas uma nota final, como país de acolhimento: se estiver ao nosso alcance fazer algo para que a barreira linguística deixe de ser um problema, então que se faça. Até as autarquias podem ser escolas.”-----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** Após cumprimentar todos os presentes, iniciou referindo que “os crimes de Israel contra o Povo Palestino atingem proporções inacreditáveis que configuram um autêntico genocídio na Faixa de Gaza com centenas de pessoas mortas pelos bombardeamentos e os constantes ataques militares israelitas (o bloqueio à entrada de água potável, alimentos, medicamentos e outros bens essenciais; o uso da fome como forma de agressão contra a população; a sistemática e total destruição de habitações, de hospitais e de outras infraestruturas básicas; a proclamada intenção de ocupar militarmente todo o território e de expulsar o Povo Palestino da sua terra, a Palestina). -----

É intolerável que, ao fim de 21 meses, persigam impunemente os crimes sionistas. Urge recordar que foi Israel que, em 18 de março, retomou a via da guerra, pondo fim ao cessar-fogo que havia sido acordado e que estava a permitir a libertação dos detidos por ambas as partes. -----

É gritante a vergonhosa e hipócrita indiferença por parte dos Estados Unidos, da União Europeia e da NATO perante as atrocidades israelitas que, para além de não as condenarem de forma contundente e clara, pelo contrário, vendem armas, atribuem financiamentos, prosseguem normais relações comerciais, dão cobertura política a Israel, sendo cúmplice dos seus monstruosos crimes. -----

A agressão de Israel contra o Povo Palestino configura o maior crime do nosso tempo. A dimensão da barbárie, a heroica resistência do Povo Palestino, a pressão do movimento de solidariedade internacional suscitam incómodos aos governos das grandes potências ocidentais que, no entanto, se recusam a implementar as decisões e ações que se impõem. São urgentes ações imediatas e firmes que ponham fim, sem mais demoras, aos massacres e às ações militares, assegurando a entrada urgente e sem restrições de bens de primeira necessidade e de auxílio médico, implementando um cessar-fogo permanente, assim como a total retirada das forças israelitas da Faixa de Gaza e o fim dos seus ataques na Cisjordânia e em Jerusalém Leste. -----

É urgente que se solucione a questão de fundo, criando o Estado da Palestina determinado pela ONU há décadas, mas nunca concretizado dado a política de ocupação, colonização e agressão por parte de Israel com o apoio dos Estados Unidos e seus aliados. Um Estado da Palestina independente, onde seja o Povo Palestino a decidir soberanamente o seu destino. -----

É urgente que o Governo Português: -----

- Ponha fim ao seu silêncio cúmplice perante o brutal desrespeito dos direitos humanos e do direito internacional por parte de Israel e que, de forma firme e clara, condene a criminosa política da ocupação, colonização e agressão israelita; -----
- Exija o fim imediato do genocídio, o cumprimento dos direitos nacionais do Povo Palestino com a criação do Estado da Palestina e o respeito do direito de regresso dos refugiados palestinos, conforme determinam as decisões da ONU. -----

O Grupo Municipal da CDU – PCP/PEV apela aos trabalhadores, aos jovens, ao povo da Covilhã que reforce a solidariedade com a heroica resistência do Povo Palestino, a solidariedade com Palestina é mais necessária do que nunca.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)**, após cumprimentar todos os presentes, iniciou dizendo que, “porque é a primeira oportunidade que tenho formalmente nesta Assembleia, depois das últimas eleições, não posso deixar de ter aqui uma palavra relativamente aos resultados das eleições legislativas que recentemente ocorreram. -----

Recordei-me da intervenção do Senhor Deputado Hélio Fazendeiro, há cerca de três anos, quando o PS esteve à retumbante maioria que deu no que deu, onde quis imputar responsabilidades ao CDS local pelo pior resultado de sempre do CDS na história da democracia em Portugal. Se calhar é altura de perceber e, não faço isso, se calhar tínhamos que fazer uma reflexão sobre o que eu disse na altura. Chamei, na altura, a atenção para que a posição do PS e a forma de exercício do poder do PS em maioria e em minoria podia levar, e certamente estaria a contribuir, para o crescimento daqueles que não queríamos que aqui estivessem, daqueles que não defendem tão claramente a democracia como nós aqui defendemos que eram, de facto, os extremismos, o CHEGA e esse problema todo. -----

Passado este tempo, pergunto ao Eng.º Hélio Fazendeiro o que é que tem a dizer sobre isso? Se a forma arrogante, prepotente, agressiva com que sempre fizeram questão de governar, de aliar tudo e todos à vossa volta de facto compensa. Se, de facto, esse é o caminho para aumentar ainda mais os extremismos? -----

Temos a responsabilidade de não o fazer. Temos responsabilidade de trabalhar para que isso não aconteça. E, infelizmente e com muita pena minha, com os resultados que o PSD teve nestas eleições, é de tomar nota disso. -----

Depois duas notas em termos locais que acho que é importante saber. -----

Primeiro, bem-vindo o regresso do Senhor Presidente Carlos Martins que já há muito tempo que não tínhamos o prazer de o aqui ter e com esta sua nova força e sua nova necessidade de intervenção. Bem-vindo! Acho que faz falta, efetivamente, não só para pôr a nu aquilo que supostamente já devia ter posto em 2013 e 2014, que não teve a coragem de o fazer e que comeu, calou e andou, durante dez anos, a fazer de conta que a Câmara era, de facto, a melhor do mundo e que agora, afinal de contas, viemos a saber que não. -----

Não me surpreende porque aliás aquilo que o Senhor disse aqui, nós na oposição, temos vindo a dizer há 12 anos. Temos chamado a atenção para as falhas constantes desta Câmara, para a forma de trabalhar desta Câmara, que não é a correta nem para com as juntas, nem para com os cidadãos, nem para as associações e, sobretudo, para as oposições. Portanto, bem-vindo ao nosso lado para nos dar razão àquilo que sempre dissemos. -----

Por último, também quero dar as boas-vindas ao Deputado e ao Eng.º Hélio Fazendeiro às necessidades da Covilhã porque, de facto, ouvi atentamente a sua apresentação e as notícias sobre a sua apresentação no passado Sábado e fiquei preocupado. A primeira pergunta que me surgiu a mim e a muita gente com quem falei foi: onde é que andou este Senhor Eng.º Hélio durante 12

anos? É que o Senhor Engenheiro, durante 12 anos, se tivesse feito metade do que disse que vai fazer nos próximos quatro, ou apenas duas ou três medidas, se calhar hoje estávamos aqui a dizer que o PS tinha feito um bom trabalho! -----

É preciso termos a capacidade de perceber, e não vou comentar se é plágio de algumas medidas, inclusivamente da candidatura que o Pedro falou e que começou em 2013 no seu programa eleitoral, grande parte das medidas que anunciou já lá estavam. Teve o cuidado de as ler, mas aquilo que me preocupa é que o Senhor anunciou estas coisas todas que são precisas fazer na Covilhã, e são precisas fazer na Covilhã porque não foram feitas ao longo dos últimos 12 anos, e aquilo que faltou aqui dizer foi: por que é que isto não foi feito? Só falta aqui dizer que não foi feito por culpa do atual Presidente de Câmara porque se o Senhor, enquanto assessor, participou ativamente desde a primeira hora nestes governos socialistas dos últimos 12 anos, não teve a capacidade de influenciar nada. Será caso de dizer que vozes de assessor não chegam ao céu! Mas claramente não podemos é acreditar. Isto faz parte do exercício daquilo que estava a dizer há bocado que é a credibilização da política, a credibilização dos candidatos. -----

Não podemos passar uma esponja, fazer de conta que não estivemos cá e depois, a seguir, temos isto tudo para fazer quando não fizemos nada. É preciso efetivamente mudar. É preciso efetivamente dar mais à Covilhã. A Covilhã precisa efetivamente de muito mais. E o CDS e a Iniciativa Liberal estão cá exatamente para isso.” -----

- **Dr. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira (PPD/PSD)**, após cumprimentar todos os presentes, iniciou dizendo que, “ainda dependentes daquele que virá a ser o calendário das próximas eleições autárquicas, estamos possivelmente perante a última ou penúltima sessão da Assembleia Municipal deste mandato. Importa assim fazer um balanço político, ou seja, uma necessária reflexão política dividida entre a análise nacional e o retrato local porque o que se passa em Lisboa tem inevitavelmente reflexos na Covilhã. -----

Passou um ano desde que a Aliança Democrática assumiu a governação do país. Um ano difícil, de grande exigência, marcado pela tentativa de reverter uma década de governação socialista que nos deixou um país fragilizado. A nível nacional, a herança socialista foi clara: -----

- Degradação dos serviços públicos, desrespeito por classes profissionais essenciais e uma gestão ideologicamente capturada por vontades da extrema-esquerda; -----
- Na Saúde, o SNS estava ideologicamente capturado, foi esvaziado de pragmatismo e eficiência. Foi neste tempo que se acabaram com as PPP's de excelência que ajudavam o SNS a ser eficaz e eficiente; -----
- Na Educação, o ensino público foi usado como laboratório ideológico em vez de ser uma alavanca de igualdade e mérito. Foi neste tempo que se acabaram com os contratos-programa para muitas escolas privadas que ajudavam o sistema de ensino público também ele a ser eficiente e eficaz; -----
- A conflitualidade com as classes profissionais, professores, médicos, forças de segurança foi uma marca constante do PS. -----

O tempo é agora de reconciliação. Reconciliação com quem sustenta os serviços públicos com trabalho e dedicação, muitas vezes ignorados ou maltratados por decisões centralistas e surdas. --

Na imigração, Portugal tem hoje oficialmente mais de 1.500.000 imigrantes sem que tivesse sido apresentado um plano estruturado de integração, criando situações de sobrecarga em serviços sociais e habitação. Falhou-se redondamente na regulação e na integração. A extinção do SEF foi o início de um descontrolo total nas políticas públicas nesta área. As consequências estão à vista: tensões sociais, precariedade e exploração. É preciso coragem para dizer que a política migratória tem de ser baseada em critérios de responsabilidade e não em romantismos ideológicos. -----

Este primeiro ano da AD foi marcado por um esforço de reposicionamento do Estado face à sociedade. Herdámos um país marcado por decisões ideológicas da governação socialista tomadas para agradar à extrema-esquerda. É neste contexto que o atual Governo trabalhou e trabalha porque um ano de governação é muito pouco para corrigir tantos erros. -----

Neste contexto, a AD ganhou as eleições legislativas com uma maioria maior e reforçou a sua representatividade no distrito. Aproveito para felicitar todos os Deputados eleitos pelo distrito de Castelo Branco, mas em particular os Deputados Covilhanenses Leonor Cipriano e Nuno Fazenda. Sabemos que vão dar o seu melhor na defesa dos interesses da Covilhã. -----

Mas vamos para a parte do retrato local. Localmente, que avaliação fazemos a uma década de governação socialista na Covilhã? A Covilhã está há 12 anos entregue a um executivo do Partido Socialista que, mais do que governar, parece gerir um centro de emprego. A máquina camarária tornou-se um espaço de nomeações políticas e de recompensas partidárias. A transparência foi substituída por opacidade. A competência deu lugar ao compadrio. Em relação à execução orçamental, a média de execução anual ficou abaixo dos 55%, ou seja, para que todos entendamos, quase metade do que se promete em Orçamento não sai do papel. -----

Mas vejamos, e para sermos justos, os grandes investimentos estruturantes para o Concelho que deixa este Executivo: -----

- A requalificação da Escola Secundária Frei Heitor Pinto; -----
- A requalificação do Teatro Municipal da Covilhã; -----
- Na rede viária: a Estrada Unhais-Paul, a Estrada Sobral de São Miguel-Altas Teixeira, a estrada Ourondo-Casegas. -----

É isto em 10 anos. Sim, é só isto. É este o grande legado do PS do Dr. Vítor Pereira e, claro, da sua equipa. Se estivesse aqui António Costa diria “é muito pouquinho para uma década”. -----

E continuamos a perguntar: qual foi a taxa de execução dos orçamentos nestes últimos dez anos? Que grandes investimentos estruturantes deixam este Executivo como legado para além dos mencionados? Onde está a transformação do Concelho tão apregoada? -----

Não fosse a iniciativa privada e a Universidade da Beira Interior a fazer crescer a cidade, a Covilhã teria voltado à designação de Cidade Fantasma. Lembram-se? Quem tem, nos últimos tempos, representado o Executivo é, de facto, o Chefe de Gabinete – o Eng.º Hélio Fazendeiro. Mas, de facto, é este também o seu legado. É aquele que vai ter que explicar a cada um dos Covilhanenses que se cruzar na rua nesta próxima campanha eleitoral. -----

Fica a pergunta final para memória futura. O Partido Socialista esteve 12 anos, tempo mais do que suficiente. A pergunta que se impõe é: o que deixa à cidade e ao Concelho? O mesmo que deixou ao país: falta de transparência, falta de visão estratégica e liderança ausente. -----

O Socialismo e a Esquerda estão claramente esgotados, meus Senhores. É tempo de mudar. Não estamos aqui apenas para criticar, mas estamos aqui, sobretudo, para exigir mais e hoje, sobretudo, para preparar uma alternativa. -----

A Covilhã precisa de uma nova forma de fazer política porque a atual está claramente esgotada. A Covilhã precisa de líderes que são cidadãos comuns - com o seu mérito e competências claro que sim -, mas sem vícios e sem amarras políticas que, com uma nova liderança, coloca os interesses da Covilhã e dos Covilhanenses à frente de tudo. -----

Senhor Presidente, Senhores Deputados, caros Covilhanenses, o Deputado do PSD Alexandre Poço dizia há uns dias na Assembleia da República e passo a citar *“Há momentos na vida de uma nação em que o curso do futuro não se pode adiar. Em que o tempo da hesitação termina. Em que fazer mais do mesmo não é opção. Portugal está neste momento e o Governo está preparado para o enfrentar.”* Fim de citação. Rapidamente adapto esta situação à nossa realidade e digo: há momentos na vida de um concelho em que o curso do futuro não se pode adiar. Em que o tempo da hesitação tem de terminar. Em que fazer mais do mesmo não é opção. A Covilhã está neste momento, meus Senhores, e o PS Covilhã não está claramente preparado para o enfrentar.” -----

- **Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar-Galo e Vila do Carvalho)**, em defesa da honra: “Não é tanto a honra pessoal, mas é uma honra partidária. Defino-me como um homem de esquerda e queria perceber, quando a Senhora Deputada se refere à extrema-esquerda, a quem é que se está a referir e porquê.” -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS)**: Após cumprimentar todos os presentes, iniciou a sua intervenção dizendo que, “como habitualmente faço nestas sessões da Assembleia, vou separar a minha intervenção em duas partes: a parte nacional e a parte local. -----

Começo, como é habitual também nestes momentos, sobretudo momentos pós-eleitorais, por saudar com fair play democrático os vencedores das últimas eleições legislativas. O Partido Socialista não alcançou os resultados que pretendia, pese embora na Covilhã tenha vencido, mas a verdade é que os portugueses escolheram, na sua maioria, eleger o Governo da AD e quero, por isso, felicitar democraticamente todos os partidos que constituem essa coligação e quero desejar as maiores felicidades a este Governo e ao seu Primeiro-Ministro Luís Montenegro. O sucesso deste Governo é garantidamente o sucesso dos portugueses e isso só nos pode orgulhar, só nos pode regozijar porque todos nós que estamos na causa pública, independentemente dos partidos, aquilo que queremos é desenvolver o nosso país e o nosso território. -----

Depois quero também saudar todos os Deputados eleitos no distrito de Castelo Branco, mas em especial os Deputados da Covilhã: o Deputado Nuno Fazenda e a Deputada Leonor Cipriano,

desejando e fazendo votos para que tenham um mandato de luta e de conquistas para o nosso território porque garantidamente essas conquistas serão as conquistas também de todos nós. ----

Depois ainda a nível internacional, tenho feito insistentemente e lamentavelmente não consigo deixar de o fazer que é um apelo à paz. Um apelo à paz que é tão necessária hoje no mundo, na Europa, mas também noutras latitudes e é impressionante a forma como a guerra e como o espírito belicista alastra em todo o mundo. Aquilo que acontece hoje na Palestina é inqualificável. Aquele que é o capital político que Israel conquistou ao longo destes anos todos e a autoridade moral para falar destas lutas, do Holocausto que foi vítima no século passado, está lamentavelmente a perdê-lo com uma intervenção destemperada nos seus vizinhos palestinianos. Espero e faço votos para que o mundo serene, para que a paz impere e para que a diplomacia e o direito internacional vinguem para que só na mesa das negociações possam ser dirimidas as divergências. -----

Depois, a nível local, começo por uma felicitação e um agradecimento. Queria felicitar todas e todos os diretores dos novos agrupamentos e escolas que foram eleitos e que hoje alguns já tomaram posse, outros estão ainda na fase da tomada de posse e todas e todos aqueles que deixaram. Na Campos Melo, quero felicitar a Senhora Prof.^a Sandra Gamboa e agradecer à Senhora Prof.^a Isabel Fael que deixou o cargo de diretora ao fim de muitos anos. Na Escola do Teixoso, à Senhora Prof.^a Sofia Mendes, felicitá-la pelo novo mandato, e agradecer à Senhora Prof.^a Liliana Ramos. Na Quinta da Lageosa, agradecer ao Senhor Prof. Agostinho Ferreira e saudar a Senhora Prof.^a Teresa Reigones, que agora entra. Na Escola Frei Heitor Pinto, saudar o Senhor Diretor Marco Santos que agora é reeleito. Na Escola Pêro da Covilhã, saudar o Senhor Prof. Nuno Rolo e agradecer o trabalho do Senhor Prof. Jorge Cruz e, na Quinta das Palmeiras, saudar o Senhor Prof. Jorge Pombo e agradecer o trabalho do Senhor Prof. João Paulo Mineiro. -----

Foi um momento de transição nas nossas escolas que é extraordinariamente importante. A infância e a juventude é, provavelmente, o momento da vida de todos nós mais impactante. É onde temos e construímos as bases para ser, conquistar e realizar tudo aquilo que somos ao longo da vida. Quero agradecer às senhoras e aos senhores diretores que agora saem por todo o trabalho que fizeram e neles toda a comunidade escolar, todas as professoras, todos os auxiliares, todos os pais, toda a comunidade escolar que ao longo deste período e no futuro vão continuar a trabalhar para que as crianças da Covilhã tenham um futuro melhor, tenham um futuro risonho, tenham um futuro com mais expectativa, com mais qualidade que lhes permita conquistar e realizar os seus sonhos. É verdadeiramente importante o trabalho que eles realizam todos os dias, não esquecendo também, já agora, o trabalho que a Câmara Municipal tem desenvolvido, os técnicos da Câmara Municipal e a Senhora Vereadora na Câmara Municipal, toda a equipa autárquica nas juntas de freguesia, no apoio que prestam às nossas escolas. Tudo isto é fundamental para que as nossas crianças tenham um futuro melhor e este deve ser o nosso principal objetivo. -----

Quero saudar também a eleição da Senhora Reitora, a Senhora Professora Ana Paula. Agradecer também o trabalho que foi feito pelo Senhor Reitor Professor Mário Raposo que agora termina e quero desejar à Senhora Professora e à Senhora Reitora que hoje toma posse - e provavelmente muitos de nós gostaríamos de estar nessa tomada de posse e eventualmente podemos não conseguir pela circunstância de estarmos aqui também na Casa da Democracia na Covilhã a representar e a debater o nosso futuro - as maiores felicidades dizendo-lhe que o caminho da Universidade é o caminho da Covilhã. O caminho que temos para percorrer é um caminho lado a

lado que é determinante para a afirmação, para a concretização dos sonhos e dos projetos de desenvolvimento. Não tenho dúvida que foi este o caminho que foi feito até agora por este Executivo Municipal e que será este caminho que vai ser feito no futuro porque só lado a lado, Câmara Municipal e Universidade da Beira Interior, é que vamos conquistar e vamos conseguir vencer os desafios que se nos colocam. -----

Quero depois também saudar muito rapidamente a 12.^a edição do Festival WOOL. É o mais antigo festival de arte urbana do nosso país e teve mais uma edição de grande sucesso. Todas as edições estão a crescer. Todas as edições têm coisas novas. Quero, na pessoa dos seus organizadores, felicitar todos os voluntários, todos os artistas e agradecer penhoradamente o trabalho que têm feito na nossa cidade que é hoje uma marca distintiva e é hoje um cartaz turístico extraordinário.

Saudar também a edição da Trienal de Design. Foi um sucesso. É a primeira edição. Conseguiu dar um novo elã e uma nova perspetiva do ponto de vista cultural e do ponto de vista do design. Quero, por isso, felicitar a Senhora Vereadora e toda a equipa, às empresas privadas e aos voluntários e trabalhadores que se empenharam na organização da Trienal de Design. -----

Quero também saudar os 150 anos da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Covilhã. Tive a oportunidade de estar presente na celebração. Foi um momento e uma festa extraordinária. São soldados da paz que todos os dias, a Direção da Associação Humanitária e o Corpo de Bombeiros superiormente comandada pelo Senhor Comandante Luís Marques, deixam os Covilhanenses e aqueles que nos visitam mais tranquilos quanto à segurança de estarem e passarem no nosso território. A eles muito obrigado pelo trabalho que fazem. -----

Saudar também os 99 anos da Liga dos Combatentes e quero dar destaque ao Monumento dos Combatentes que a Câmara Municipal, em boa hora, erigiu no Jardim Público e nele lembrar todos aqueles que defenderam a Pátria com prejuízo pessoal, alguns deles que não voltarão à nossa terra e que, em nome do nosso país, perdendo muitas vezes a vida ou tendo consequências para o resto da sua vida, deram e dão a cara por Portugal. -----

Para finalizar, dar a nota de um dado que, em certa forma, contraria muitas vezes o discurso que aqui é feito e que já hoje aqui ouvimos de que a Covilhã está parada, que a Covilhã regrediu, que a Covilhã não tem futuro. Não sei se todos se aperceberam, mas a Covilhã tem vindo, ao longo dos últimos tempos, a subir o número de eleitores. Para além do número de eleitores, já tínhamos notado também que subimos o número de população e isso vê-se no número de crianças que temos no início do ano escolar. Isso é muito importante. É muito impactante e significa que a Covilhã está no bom caminho. As pessoas que aqui vêm a investir, nomeadamente os privados, não vêm fazê-lo só pelos lindos olhos do Senhor Presidente da Câmara ou do Executivo municipal. Vêm sobretudo porque acreditam e percebem que a Covilhã está numa dinâmica positiva, numa dinâmica de crescimento, numa dinâmica de afirmação, numa dinâmica de liderança e isso é mérito de todos os Covilhanenses. É mérito das instituições privadas, mas também das instituições públicas. Quero agradecer penhoradamente a todas e a todos aqueles que acreditam e investem na Covilhã.” -----

2.5 - APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE PROPOSTAS DE DELIBERAÇÃO

--- Nos termos das alíneas d) e e) do n.º 1 do artigo 45.º do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã, foram apresentadas, discutidas e votadas as seguintes propostas de deliberação: -----

2.5.1 – Voto de Pesar pelo falecimento de José Lopes Bragança -----

“A União das Freguesias de Covilhã e Canhoso vem por este meio apresentar um voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Lopes Bragança. -----

Cidadão de virtudes humanas e sociais, manifestadas ao longo de toda a vida, na sua participação cívica, nomeadamente como autarca, onde desempenhou várias funções, fazendo parte da Comissão Instaladora da Freguesia do Canhoso e posteriormente foi membro da Assembleia de Freguesia, em vários mandatos. -----

Por tudo isto, solicitamos a aprovação do presente Voto de Pesar e que o mesmo seja remetido à família enlutada.” (Doc.01 proposto pela União das Freguesias de Covilhã e Canhoso) -----

“Voto de pesar pelo falecimento de José Lopes Bragança, de 76 anos de idade. -----

Dedicou parte da sua vida ao desenvolvimento da localidade da sua residência, o Canhoso. Fez parte da Comissão Instaladora da Freguesia do Canhoso tendo sido, posteriormente, e por vários mandatos, membro da Assembleia de Freguesia, exercendo essas funções com, reconhecido, sentido cívico e humano. -----

Pelo seu contributo social e político e a título de reconhecimento apresentamos este voto de pesar.

Do teor deste voto de pesar, será dado conhecimento aos familiares.” (Doc.02 proposto pelo Grupo Municipal do PS) -----

--- Não havendo intervenções e colocados à votação, os presentes **Votos de Pesar pelo falecimento de José Lopes Bragança** foram **aprovados por unanimidade**. -----

Não votaram os Senhores Deputados Municipais Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS) e Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo) por se encontrarem ausentes da sala. -----

--- Foi feita a seguinte Declaração de Voto: -----

- **Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso):** “Conheci o Senhor José Lopes Bragança há muitos anos. Era um homem empenhado e dedicado à sua terra. Fez parte da Comissão Administrativa aquando da criação da Freguesia do Canhoso. Eu próprio também representava a Freguesia da Conceição. Não foi possível em vida ele ver a criação da Freguesia do Canhoso e da Covilhã. Peço aos partidos que têm Deputados na Assembleia da República para que se empenhem no sentido

de, uma vez por todas, ser criada a Freguesia do Canhoso e da Covilhã. Da minha parte, em nome da União de Freguesias da Covilhã e do Canhoso, reuni com todos os grupos parlamentares, exceto com o IL.” -----

2.5.2 – Voto de Louvor à Liga dos Combatentes – Núcleo da Covilhã -----

“A União das Freguesias de Covilhã e Canhoso apresenta um voto de louvor à Liga dos Combatentes – Núcleo da Covilhã, pela passagem do seu 99.º aniversário, efeméride que assinala quase um século de dedicação à causa dos antigos combatentes. -----

Ao longo da sua existência, esta instituição tem sido uma guardiã dos valores de coragem, sacrifício e patriotismo, mantendo viva a honra dos que serviram Portugal em contextos de grande exigência.

O Núcleo da Covilhã tem feito o seu trabalho em prol da valorização dos seus associados e da preservação da dignidade dos combatentes, promovendo iniciativas de carácter social, cultural e cívico. -----

Por tudo isto, propomos a aprovação do presente Voto de Louvor, e que o mesmo seja remetido à Liga dos Combatentes – Núcleo da Covilhã.” (Doc.03 proposto pela União das Freguesias de Covilhã e Canhoso) -----

--- Os Grupos Municipais do PS, PPD/PSD e CDS-PP associaram-se à proposta de Voto de Louvor. -

--- Não havendo intervenções e colocado à votação, o presente **Voto de Louvor à Liga dos Combatentes – Núcleo da Covilhã** foi **aprovado por unanimidade**. -----

Não votaram os Senhores Deputados Municipais Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS) e Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo) por se encontrarem ausentes da sala. -----

2.5.3 – Voto de Louvor aos Bombeiros Voluntários da Covilhã -----

“A União das Freguesias de Covilhã e Canhoso apresenta um voto de louvor aos Bombeiros Voluntários da Covilhã, pelo seu 150.º Aniversário. -----

Fundada em 1875, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Covilhã é uma das mais antigas e prestigiadas instituições do concelho, sendo fundamental na segurança das populações e da resposta em situações de emergência e catástrofe. -----

Ao longo de século e meio, gerações de homens e mulheres envergaram com orgulho a farda desta nobre corporação, colocando o bem-estar dos outros à frente do seu e com um profundo sentido de missão. -----

Relembramos também a memória daqueles que perderam a vida ao serviço da causa pública e para homenagear os que, ao longo de décadas, construíram o prestígio da instituição com dedicação e honra. -----

Assim, expressamos o maior reconhecimento e gratidão às direções, comandos, corpo ativo, estagiários, estafetas, funcionários e todos os voluntários que asseguraram até hoje, com profissionalismo e humanidade, a missão dos Bombeiros Voluntários da Covilhã. -----

Por tudo isto, propomos a aprovação do presente Voto de Louvor, e que o mesmo seja remetido aos Bombeiros Voluntários da Covilhã.” (Doc.04 proposto pela União das Freguesias de Covilhã e Canhoso) -----

--- O Grupo Municipal do PS associou-se à proposta de Voto de Louvor. -----

--- Não havendo intervenções e colocado à votação, o presente **Voto de Louvor aos Bombeiros Voluntários da Covilhã** foi **aprovado por unanimidade**. -----

Não votaram os Senhores Deputados Municipais Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS) e Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo) por se encontrarem ausentes da sala. ----

2.5.4 – Voto de Louvor ao Festival WOOL -----

“A União das Freguesias de Covilhã e Canhoso apresenta um voto de louvor ao Festival WOOL, que conta com o apoio da nossa Junta de Freguesia. -----

Reconhecemos publicamente o contributo notável do Festival WOOL, que este ano celebra a sua 12.ª edição, afirmando-se como um dos eventos culturais mais relevantes da Covilhã, e uma referência nacional e internacional na arte urbana. -----

Através de murais, instalações e ações educativas, tem revitalizado o espaço público, aproximando a arte das pessoas e promovendo o acesso à cultura de forma democrática e participativa. -----

O WOOL tem sido também uma importante ferramenta de valorização do território, atraindo visitantes, promovendo o turismo cultural e contribuindo para a dinamização económica da cidade. Mais do que um festival de arte, é um projeto de envolvimento comunitário, de intervenção crítica e de reflexão sobre o espaço urbano e social que habitamos. -----

Por tudo isto, propomos a aprovação do presente Voto de Louvor, e que o mesmo seja remetido aos organizadores do Festival WOOL.” (Doc.05 proposto pela União das Freguesias de Covilhã e Canhoso) -----

--- Os Grupos Municipais do PS, PPD/PSD e CDS-PP associaram-se à proposta de Voto de Louvor. -

--- Não havendo intervenções e colocado à votação, o presente **Voto de Louvor ao Festival WOOL** foi **aprovado por unanimidade**. -----

Não votaram os Senhores Deputados Municipais Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS) e Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo) por se encontrarem ausentes da sala. -----

--- Foi feita a seguinte Declaração de Voto: -----

- **Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso)**: “Dizer que não há dúvidas da importância deste festival nos últimos anos da nossa cidade, mas, infelizmente e pela primeira vez, a sua líder, a nossa conterrânea, reuniu com a União de Freguesias da Covilhã de Canhoso porque, infelizmente, os apoios que foram prometidos por várias instituições nacionais e locais eram inferiores aos que tinham sido conversados, ou melhor, negociados. E pela primeira vez quisemos dar o nosso contributo para que este festival fosse uma realidade. Apoiámos financeiramente e também estamos com esta organização, tendo tido a oportunidade de fazer uma intervenção no dia da apresentação do festival.” -----

2.5.5 – Voto de Congratulação às Marchas Populares da Covilhã -----

“A União das Freguesias de Covilhã e Canhoso vem por este meio congratular-se pela realização das Marchas Populares da Covilhã, com o apoio da nossa Junta de Freguesia, que foi um magnífico espetáculo e animou a cidade. -----

Congratular todas as marchas participantes, que demonstraram o que de muito bom se faz em termos associativos, culturais, desportivos e recreativos, na nossa freguesia e concelho. -----

Parabéns ao Grupo Instrução e Recreio do Rodrigo; Grupo Desportivo Águias do Canhoso; Grupo Recreativo Vitória de Santo António; Grupo Educação Recreio Campos Melo; CCD Académico dos Penedos Altos; CCD Leões da Floresta; CCD Oriental de São Martinho; Grupo Desportivo da Mata; Moto Clube da Covilhã Lobos da Neve; União de Freguesias de Cantar Galo e Vila do Carvalho; União de Freguesias de Teixoso e Sarzedo e Junta de Freguesia do Tortosendo, assim como às marchas convidadas do ATL do Rodrigo, Centro de Ativ’ldades e da Associação Brinc’ar Livre..”
(Doc.06 proposto pela União das Freguesias de Covilhã e Canhoso) -----

--- Os Grupos Municipais do PS, PPD/PSD e CDS-PP associaram-se à proposta de Voto de Congratulação. -----

--- Não havendo intervenções e colocado à votação, o presente **Voto de Congratulação às Marchas Populares da Covilhã** foi **aprovado por unanimidade**. -----

Não votaram os Senhores Deputados Municipais Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS) e Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo) por se encontrarem ausentes da sala. -----

--- Foram feitas as seguintes Declarações de Voto: -----

- **Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso)**: “Hoje mesmo de manhã, quando dirigia para esta reunião, tive conhecimento de que a magnífica participação do grupo do Centro de Atividades, inserido no Município da Covilhã, não teve qualquer apoio financeiro por parte do Município. Tenho conhecimento que não houve nenhum apoio financeiro nem para materiais. Portanto, que fique o registo porque estas pessoas são pessoas com determinada idade, frequentam este centro para ter o seu envelhecimento ativo e têm, sem dúvida alguma, uma pessoa extraordinária como “líder na educação” e na formação das várias atividades que é a Senhora Dina. -----

Lamento que tenham sido os próprios a custear o material e a confeção para abrilhantar e para fazer com que todos tivessem batido palmas. Obrigado. -----

Já agora, Senhor Presidente, a União de Freguesias da Covilhã e do Canhoso normalmente ficava sempre num local quando os padrinhos das marchas iam cumprimentar, mas desta vez fizemos questão ir ao encontro dos padrinhos, oferecendo uma pequena lembrança das marchas 2025. Sei que algumas pessoas não gostaram, mas até oferecemos à Câmara Municipal da Covilhã, na pessoa do Senhor Vereador José Miguel.” -----

- **Cristina Maria Conde de Campos Barata (Peraboa)**: “Sem ter nada contra as Marchas que foram convidadas nos três primeiros que ocuparam algum tempo, queria lamentar também que a Junta de Freguesia de Peraboa solicitou a este Município a participação nas Marchas, participação essa que foi recusada por falta de tempo. Qual o meu espanto depois quando vejo três marchas convidadas que vão ocupar o tempo de mais do que uma marcha.” -----

2.5.6 – Voto de Pesar pelo Falecimento de Manuel Quinteiro Gomes -----

“O Grupo Municipal do Partido Comunista Português apresenta o voto de pesar pelo falecimento de Manuel Quinteiro Gomes, de 91 anos, em 13 de Maio de 2025. -----

Natural e residente na freguesia do Tortosendo, foi preso em 23-12-1963 por agentes da Direcção Nacional da PIDE por “actividades contra a segurança do Estado”, segundo a terminologia da polícia política e ficou na Cadeia do Aljube até 14-02-1964, data em que é transferido para o “depósito de presos” (sic) de Caxias. Foi posto à ordem dos Tribunais Criminais, de Lisboa primeiro e depois do Porto em 07-07-1964, ficando aí até ao julgamento de 21-07-1964 em que foi condenado a 18 meses de prisão, suspensão de direitos políticos por 5 anos e medida de segurança de internamento de 6 meses a 3 anos. Em 25-09-1964 foi transferido para a cadeia do Forte de Peniche. Em 15-06-1965 iniciou a medida de segurança de internamento, a pena prolongada, mas ainda foi internado 1 mês no Hospital-Prisão de S. João de Deus. Saiu de Peniche em 25-01-1967 em liberdade condicional, mas a definitiva só a teve em 12-05-1970. -----

Não teve uma vida fácil, por causa das suas opções políticas, no tempo em que ter opinião diferente do regime vigente, era delito, crime com penas de prisão, torturas diversas, das mais simples às mais complexas que atingiam a mente. Esteve isolado mais de 50 dias e sofreu a tortura do sono até à alucinação. -----

Manuel Quinteiro Gomes foi um cidadão empenhado na implementação dos valores de Abril e na consolidação da democracia no nosso concelho, teve uma exemplar intervenção cívica, foi eleito e membro da Junta de Freguesia do Tortosendo, onde teve uma participação assinalável na defesa e valorização dos trabalhadores e da população do Tortosendo. -----

Assim, os membros do Grupo Municipal da CDU – PCP/PEV propõem que a Assembleia Municipal reunida, hoje, dia 30 de Junho de 2025, delibere aprovar um voto de pesar e apresentar as sentidas condolências à família enlutada e a todos os que sentem profundamente a sua ausência.” (Doc.07 proposto pelo Grupo Municipal da CDU – PCP/PEV) -----

--- Os Grupos Municipais do PS e do CDS-PP associaram-se à proposta de Voto de Pesar. -----

--- Não havendo intervenções e colocado à votação, o presente **Voto de Pesar pelo Falecimento de Manuel Quinteiro Gomes** foi **aprovado por unanimidade**. -----

Não votaram os Senhores Deputados Municipais Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS) e Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo) por se encontrarem ausentes da sala. -----

2.5.7 – Voto de Louvor – João Paulo Ramos Duarte Mineiro -----

*“A bancada do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal da Covilhã propõe a aprovação de um **voto de louvor** ao Professor **João Paulo Ramos Duarte Mineiro**, pelo seu desempenho como Diretor da **Escola Secundária Quinta das Palmeiras**, em reconhecimento pelos seus dedicados anos de serviço em cargos diretivos ao serviço desta instituição de ensino público da cidade da Covilhã.*

Ao longo do seu percurso, João Paulo Mineiro destacou-se pela sua liderança pedagógica, pela defesa intransigente da qualidade do ensino, pela promoção de um ambiente escolar inclusivo e pela sua visão estratégica no desenvolvimento da Escola Secundária Quinta das Palmeiras, tornando-a uma referência no concelho e na região. -----

A sua ação enquanto diretor pautou-se por um elevado sentido de responsabilidade, profissionalismo e proximidade com toda a comunidade educativa – professores, alunos, funcionários e encarregados de educação. Soube promover a modernização da escola, impulsionar projetos pedagógicos inovadores e fomentar o sucesso escolar dos alunos. -----

O Professor João Paulo Mineiro deixa um legado de compromisso com a escola pública e com o desenvolvimento educativo da Covilhã, que merece ser solenemente reconhecido por esta Assembleia. -----

Assim, os membros do Grupo Municipal do PSD propõem que a Assembleia Municipal reunida, hoje, dia 30 de Junho de 2025 delibere aprovar este voto de louvor, dando conhecimento ao próprio, como forma deste órgão, representativo de todos os Covilhanenses, manifestar a sua gratidão pelo trabalho desenvolvido e desejar ao à Professora João Paulo Mineiro, os maiores sucessos pessoais e profissionais nos desafios futuros que certamente terá pela frente.” (Doc.08 proposto pelo Grupo Municipal do PPD/PSD) -----

--- Os Grupos Municipais do PS e CDS-PP associaram-se à proposta de Voto de Louvor. -----

--- Não havendo intervenções e colocado à votação, o presente **Voto de Louvor ao Prof. João Paulo Ramos Duarte Mineiro** foi **aprovado por unanimidade**. -----

Não votaram os Senhores Deputados Municipais Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS) e Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo) por se encontrarem ausentes da sala. -----

2.5.8 – Voto de Louvor – Isabel Fael -----

“A bancada municipal do PSD apresenta à Assembleia Municipal da Covilhã o presente Voto de Louvor à Prof.ª Isabel Fael, em reconhecimento pelo seu notável percurso profissional, dedicado à Escola Secundária Campos Melo, instituição de referência no concelho e na região. -----

Ao longo de 26 anos de liderança em cargos diretivos, a Prof.ª Isabel Fael distinguiu-se pelo seu empenho, competência e visão estratégica, promovendo o prestígio da escola, elevando os padrões de qualidade do ensino e contribuindo para a formação de sucessivas gerações de jovens covilhanenses. -----

A sua ação firme e esclarecida foi determinante para a afirmação da Escola Secundária Campos Melo como uma escola de excelência, inclusiva e inovadora, mantendo sempre uma relação de proximidade com a comunidade educativa e com os diversos agentes locais. -----

A dedicação, o espírito de missão e a elevada capacidade de gestão que sempre demonstrou, mesmo nos momentos mais desafiantes, fazem da Prof.ª Isabel Fael um exemplo de serviço público e de liderança educacional. -----

Neste momento em que encerra este ciclo de funções diretivas, a Assembleia Municipal da Covilhã, por proposta da bancada do PSD, expressa publicamente o seu reconhecimento, gratidão e apreço pelo valioso contributo prestado à educação no concelho da Covilhã. -----

Assim, os membros do Grupo Municipal do PSD propõem que a Assembleia Municipal reunida, hoje, dia 30 de Junho de 2025 delibere aprovar este voto de louvor, dando conhecimento ao próprio, como forma deste órgão, representativo de todos os Covilhanenses, manifestar a sua gratidão pelo trabalho desenvolvido e desejar ao à Professora Isabel Fael, os maiores sucessos pessoais e profissionais nos desafios futuros que certamente terá pela frente.” (Doc.09 proposto pelo Grupo Municipal do PPD/PSD) -----

--- Os Grupos Municipais do PS e CDS-PP associaram-se à proposta de Voto de Louvor. -----

--- Não havendo intervenções e colocado à votação, o presente **Voto de Louvor à Prof.ª Isabel Fael pelo Falecimento de José António Nabais Moreira Neves** foi **aprovado por unanimidade**. -----

Não votaram os Senhores Deputados Municipais Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS) e Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo) por se encontrarem ausentes da sala. -----

2.5.9 – Voto de Congratulação – Marco Macedo – Vice-Campeão Nacional de Contrarrelógio e Vice-Campeão Regional de XCO -----

*“A Bancada Municipal do PSD manifesta publicamente o seu reconhecimento ao atleta **Marco Macedo**, natural de Guimarães e residente no Paul – Covilhã, pelos seus notáveis feitos desportivos.*

*Marco Macedo sagrou-se **Vice-Campeão Regional de XCO** na categoria Master 40 (M40) e, mais recentemente, conquistou o título de **Vice-Campeão Nacional de Contrarrelógio** na categoria Master 45.* -----

O contrarrelógio individual é uma das disciplinas mais desafiantes do ciclismo, sendo disputado isoladamente contra o tempo. Marco Macedo alcançou um meritório segundo lugar, ficando a escassos 16 segundos do título nacional. -----

Este voto expressa o reconhecimento da dedicação, esforço e excelência desportiva de Marco Macedo, sendo um exemplo de superação e perseverança que muito honra e inspira a comunidade.

*A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em sessão ordinária, delibera, por proposta da bancada municipal do **Partido Social Democrata (PSD)**, aprovar o presente **Voto de Congratulação** ao Marco Macedo – Vice-Campeão Nacional de Contrarrelógio e Vice-Campeão Regional XCO.* -----

Assim, o Grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã, propõem que a Assembleia reunida, hoje, no dia 30 de Junho de 2025 delibere: -----

Que deste reconhecimento seja dado conhecimento público ao Atleta Marco Macedo.” (Doc.10 proposto pelo Grupo Municipal do PPD/PSD) -----

--- O Grupo Municipal do PS e a Junta de Freguesia do Paul associaram-se à proposta de Voto de Congratulação. -----

--- Não havendo intervenções e colocado à votação, o presente **Voto de Congratulação a Marco Macedo** foi **aprovado por unanimidade**. -----

Não votaram os Senhores Deputados Municipais Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS) e Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo) por se encontrarem ausentes da sala. -----

2.5.10 – Voto de Congratulação – Francisco Macedo – Campeão Regional de Cross Country Olímpico -----

*“A Bancada Municipal do PSD manifesta publicamente o seu reconhecimento ao jovem atleta **Francisco Macedo**, natural do **Paul**, pelo título de **Campeão Regional de Cross Country Olímpico (XCO)** da **Associação de Ciclismo da Beira Litoral (ACBL)**, na categoria **Sub-17**, alcançado no passado dia **15 de junho**, em **Penacova**. -----*

*Com apenas **16 anos**, Francisco Macedo continua a demonstrar um percurso desportivo de grande mérito, somando agora o título de Campeão Regional de XCO ao já conquistado **título regional de Ciclocrosse**, o que o torna atualmente **detentor simultâneo dos dois títulos regionais** da ACBL na sua categoria. -----*

Estes resultados são testemunho do talento, dedicação e esforço do jovem atleta, bem como do apoio da sua família, da sua equipa e da comunidade que o viu crescer. A sua prestação constitui um motivo de orgulho para o concelho da Covilhã e, em particular, para a freguesia do Paul, que vê assim representada, a nível regional, a excelência desportiva dos seus jovens. -----

*Felicitamos o atleta **Francisco Macedo**, desejando-lhe os maiores sucessos no seu percurso desportivo, e reconhecendo o seu contributo para a valorização do desporto jovem e para a promoção do nome da região. -----*

*A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em sessão ordinária, delibera, por proposta da bancada municipal do **Partido Social Democrata (PSD)**, aprovar o presente **Voto de Congratulação** ao Francisco Macedo – Campeão Regional de Cross Country Olímpico. -----*

Assim, o Grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã, propõem que a Assembleia reunida, hoje, no dia 30 de Junho de 2025 delibere: -----

***Que deste reconhecimento seja dado conhecimento público ao Atleta Francisco Macedo.”**
(Doc.11 proposto pelo Grupo Municipal do PPD/PSD) -----*

--- O Grupo Municipal do PS e a Junta de Freguesia do Paul associaram-se à proposta de Voto de Congratulação. -----

*--- Não havendo intervenções e colocado à votação, o presente **Voto de Congratulação a Francisco Macedo** foi **aprovado por unanimidade**. -----*

Não votaram os Senhores Deputados Municipais Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS) e Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo) por se encontrarem ausentes da sala. -----

2.5.11 – Voto de Congratulação – Bombeiros Voluntários da Covilhã – 150 Anos de Existência ---

“A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Covilhã assinala, no presente ano, o seu 150.º aniversário, uma data de extraordinária relevância para a história da Covilhã e para todos os covilhanenses. -----

Desde a sua fundação, em 1875, os Bombeiros Voluntários da Covilhã têm desempenhado um papel fundamental na proteção de pessoas e bens, prestando socorro com dedicação, coragem e espírito de missão. Ao longo de um século e meio, esta nobre instituição tem sido um pilar essencial da segurança e da solidariedade no concelho da Covilhã, enfrentando incêndios, acidentes e catástrofes naturais, muitas vezes em condições extremamente difíceis. -----

Esta data simbólica é, por isso, uma ocasião para homenagear todos aqueles – homens e mulheres – que ao longo de gerações integraram esta corporação, oferecendo o seu tempo, a sua força e o seu saber ao serviço da comunidade. É também um momento para reconhecer o esforço das direções que, ao longo dos anos, têm sabido gerir e modernizar a instituição, assegurando a sua sustentabilidade e capacidade de resposta. -----

*Pela sua história, pelo seu presente e pelo exemplo de serviço público que representa, a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em sessão ordinária, delibera, por proposta da bancada municipal do **Partido Social Democrata (PSD)**, aprovar o presente **Voto de Congratulação** à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Covilhã, felicitando todos os seus membros – antigos e atuais – pelos 150 anos de dedicação e serviço à população. -----*

Assim, o Grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã, propõem que a Assembleia reunida, hoje, no dia 30 de Junho de 2025 delibere: -----

Que deste reconhecimento seja dado conhecimento público à direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Covilhã.” (Doc.12 proposto pelo Grupo Municipal do PPD/PSD) ----

--- Os Grupos Municipais do PS, do CDS-PP e a Junta de Freguesia do Paul associaram-se à proposta de Voto de Congratulação. -----

--- Não havendo intervenções e colocado à votação, o presente **Voto de Congratulação à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Covilhã** foi **aprovado por unanimidade.** -

Não votaram os Senhores Deputados Municipais Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS) e Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo) por se encontrarem ausentes da sala. ----

2.5.12 – Voto de Congratulação – Associação Centro de Artes Marciais da Covilhã e Terapias Orientais – Campeonato Nacional de Kempo -----

“A Bancada Municipal do PSD manifesta publicamente o seu reconhecimento e desempenho da Associação Centro de Artes Marciais da Covilhã e Terapias Orientais, que participou, nos dias 7 e

8 de junho, no **Campeonato Nacional de Kempo**, com três atletas apurados pelo campeonato regional em março. -----

Destacamos os excelentes resultados obtidos: -----

● **Marina Cardona**, no escalão de mais de 36 anos, conquistou: -----

○ 1.º lugar em **formas mãos vazias**; -----

○ 1.º lugar em **semi-kempo -58kg**; -----

○ 2.º lugar em **formas com armas**; -----

○ 2.º lugar em **formas com armas por equipas**. -----

● **Emanuel Taborda**, no escalão dos 16 aos 17 anos: -----

○ 2.º lugar em **formas com armas por equipas**; -----

○ 3.º lugar em **semi-kempo -53kg**. -----

● **Fernando Cláudio**, no escalão dos 14 aos 15 anos: -----

○ 2.º lugar em **formas com armas por equipas**; -----

○ 3.º lugar em **formas com armas**; -----

○ 4.º lugar em **semi-kempo -63kg**. -----

Estes resultados demonstram o elevado nível de dedicação, disciplina e excelência dos atletas e treinadores da Associação, que têm levado o nome da Covilhã a um patamar de destaque no panorama nacional das artes marciais. -----

A Assembleia de Freguesia felicita calorosamente todos os atletas, treinadores e demais envolvidos, desejando os maiores sucessos nas futuras competições e iniciativas. -----

A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em sessão ordinária, delibera, por proposta da bancada municipal do **Partido Social Democrata (PSD)**, aprovar o presente **Voto de Congratulação** à Associação Centro de Artes Marciais da Covilhã e Terapias Orientais – Campeonato Nacional de Kempo. -----

Assim, o Grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã, propõem que a Assembleia reunida, hoje, no dia 30 de Junho de 2025 delibere: -----

Que deste reconhecimento seja dado conhecimento público aos Atletas Marina Cardona, Emanuel Taborda e Fernando Cláudio.” (Doc.13 proposto pelo Grupo Municipal do PPD/PSD) ----

--- O Grupo Municipal do PS associou-se à proposta de Voto de Congratulação. -----

--- Não havendo intervenções e colocado à votação, o presente **Voto de Congratulação à Associação Centro de Artes Marciais da Covilhã e Terapias Orientais** foi **aprovado por unanimidade**. -----

Não votaram os Senhores Deputados Municipais Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS) e Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo) por se encontrarem ausentes da sala. -----

2.5.13 – Voto de Congratulação – Lua Afonso – Vence Concurso Nacional de Leitura em Voz Alta

*“A Bancada Municipal do PSD vem por este meio expressar o seu reconhecimento à aluna **Lua Afonso**, da **Escola Secundária Quinta das Palmeiras**, na **Covilhã**, pela notável conquista do **Concurso Nacional de Leitura em Voz Alta**, no âmbito da 13.ª edição da **Maratona de Leitura**. ----*

*Este feito adquire particular relevância por se tratar de uma **vitória repetida**, facto inédito na história do concurso, tornando Lua Afonso na **primeira aluna a alcançar duas vitórias consecutivas** nesta competição de âmbito nacional. Este resultado reflete não apenas o seu talento, dedicação e paixão pela leitura, mas também o trabalho meritório da comunidade educativa que a acompanha. -----*

*Congratulamos este exemplo de excelência e empenho, dirigindo à aluna Lua Afonso, à sua família, aos professores e a toda a comunidade escolar, votos de **sinceros parabéns**, desejando que este percurso continue a ser marcado pelo sucesso e pelo entusiasmo pela leitura. -----*

O Concurso Nacional de Leitura em Voz Alta tem como missão promover o gosto pela leitura e estimular hábitos de leitura em voz alta entre os jovens, envolvendo as bibliotecas escolares de todo o país. A vitória da aluna Lua Afonso, além de prestigiar a Escola Secundária Quinta das Palmeiras, contribui para a valorização da leitura e da cultura na comunidade escolar e local. -----

A atribuição de um prémio de mil euros para a aquisição de livros ou para ações de promoção da leitura constitui uma mais-valia para toda a escola, reforçando o impacto positivo desta conquista.

*A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em sessão ordinária, delibera, por proposta da bancada municipal do **Partido Social Democrata (PSD)**, aprovar o presente **Voto de Congratulação** à Lua Afonso – pelo segundo ano consecutivo vencer o Concurso Nacional de Leitura em Voz Alta. -*

Assim, o Grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã, propõem que a Assembleia reunida, hoje, no dia 30 de Junho de 2025 delibere: -----

Que deste reconhecimento seja dado conhecimento público à Covilhanense Lua Afonso.” (Doc.14
proposto pelo Grupo Municipal do PPD/PSD) -----

--- O Grupo Municipal do PS associou-se à proposta de Voto de Congratulação. -----

*--- Não havendo intervenções e colocado à votação, o presente **Voto de Congratulação a Lua Afonso** foi **aprovado por unanimidade**. -----*

Não votaram os Senhores Deputados Municipais Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS) e Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo) por se encontrarem ausentes da sala. -----

2.5.14 – Voto de Congratulação – Ana Paula Duarte – Nomeação como Reitora da Universidade da Beira Interior -----

“A bancada do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal da Covilhã propõe um voto de congratulação à Professora Doutora Ana Paula Duarte, que, no passado dia 6 de junho de 2025, foi eleita pelo Conselho Geral da Universidade da Beira Interior (UBI) para o cargo de reitora da instituição. -----

A Professora Ana Paula Duarte é uma reconhecida académica da UBI, com um percurso de excelência no ensino, na investigação e na gestão universitária, tendo desempenhado ao longo dos anos diversas funções de elevada responsabilidade. A sua eleição representa não apenas o reconhecimento das suas qualidades pessoais e profissionais, mas também uma renovada confiança na capacidade de liderança e no compromisso com o desenvolvimento da Universidade e da região. -----

*Importa destacar, com especial significado, que **Ana Paula Duarte será a primeira mulher a assumir o cargo de reitora da Universidade da Beira Interior** desde a sua fundação, em 1979. Este facto constitui um marco histórico para a instituição e um importante sinal de progresso na promoção da igualdade de género nas instituições do ensino superior em Portugal. -----*

A UBI é uma das principais instituições da cidade e da região, desempenhando um papel central no seu desenvolvimento social, económico, científico e cultural. A eleição da Professora Ana Paula Duarte constitui, por isso, um momento relevante para toda a comunidade covilhanense. -----

Assim, o Grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã, propõem que a Assembleia reunida, hoje, no dia 30 de Junho de 2025 delibere: -----

Aprovar um voto de congratulação à Professora Doutora Ana Paula Duarte endereçando-lhe as maiores felicitações e os votos de sucesso no desempenho das suas futuras funções enquanto reitora da Universidade da Beira Interior e que este voto lhes seja remetido.” (Doc.15 proposto pelo Grupo Municipal do PPD/PSD) -----

--- Os Grupos Municipais do PS e CDS-PP associaram-se à proposta de Voto de Congratulação. -----

*--- Não havendo intervenções e colocado à votação, o presente **Voto de Congratulação à Professora Doutora Ana Paula Duarte** foi **aprovado por unanimidade**. -----*

Não votaram os Senhores Deputados Municipais Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS) e Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo) por se encontrarem ausentes da sala. -----

2.5.15 – Voto de Pesar pelo Falecimento de João Manuel Serra Duarte -----

*“A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em sessão ordinária a 30 de Junho de 2025, manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de **João Manuel Serra Duarte**, no passado dia 5 de Maio, aos 86 anos, figura de grande relevo na história do **Sporting Clube da Covilhã**. -----*

*João Manuel Serra Duarte esteve ligado ao clube desde a época de 1965-1966, desempenhando funções enquanto dirigente e, mais recentemente, como **1.º relator do Conselho Fiscal** da atual direção. Foi também um dedicado colaborador nas áreas do **futebol juvenil** e do **basquetebol**, deixando uma marca indelével de dedicação e serviço ao desporto e à juventude da nossa terra. --*

A sua memória perdurará entre todos aqueles que com ele partilharam o amor pelo clube e pelos valores que sempre defendeu: o associativismo, o voluntariado e o compromisso com a comunidade. -----

Assim, a Assembleia Municipal da Covilhã delibera aprovar este voto de pesar, expressando as mais sentidas condolências à família enlutada, bem como ao Sporting Clube da Covilhã, as mais sentidas condolências. -----

*Delibera-se comunicar este voto à família enlutada, à atual Direção do Sporting Clube da Covilhã.”
(Doc.16 proposto pelo Grupo Municipal do PPD/PSD) -----*

“Voto de pesar pelo falecimento de João Manuel Serra Duarte, de 86 anos de idade. -----

Dedicou parte da sua vida aos "Leões da Serra" e ao Sporting Clube da Covilhã. Foi dirigente dos Serranos e 1º relator do Conselho Fiscal da direção atual. Foi ainda colaborador do futebol juvenil e do basquetebol do clube. -----

Pelo seu contributo em prol do desporto e a título de reconhecimento apresentamos este voto de pesar. -----

*Do teor deste voto de pesar, será dado conhecimento aos familiares.” **(Doc.17** proposto pelo Grupo Municipal do PS) -----*

--- O Grupo Municipal do CDS-PP associou-se às propostas de Voto de Pesar. -----

*--- Não havendo intervenções e colocado à votação, os presentes **Votos de Pesar pelo Falecimento de João Manuel Serra Duarte** foram **aprovados por unanimidade**. -----*

Não votaram os Senhores Deputados Municipais Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS) e Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo) por se encontrarem ausentes da sala. ----

2.5.16 – Voto de Pesar pelo Falecimento da Prof.^a Maria Margarida Alves Pires Henry Robbins --

“Voto de pesar pelo falecimento da Prof. Dra. Maria Margarida Alves Pires Henry Robbins, de 81 anos de idade. -----

Dedicou parte da sua vida ao ensino e educação, tendo exercido funções de professora na escola EB2 Pêro da Covilhã. -----

Interessava-se ainda pelas atividades culturais, tendo desempenhado o cargo de vice-presidente da associação da Banda da Covilhã. -----

Foi ainda associada fundadora e elemento dos órgãos sociais do Clube do Professor da Covilhã, durante vários anos e pertenceu aos órgãos sociais da Confraria da Pastinaca e do Pastel de Molho.

Pelo seu contributo social e cultural e a título de reconhecimento apresentamos este voto de pesar.

Do teor deste voto de pesar, será dado conhecimento aos familiares.” (Doc.18 proposto pelo Grupo Municipal do PS) -----

--- O Grupo Municipal do PPD/PSD associou-se à proposta de Voto de Pesar. -----

--- Não havendo intervenções e colocado à votação, o presente **Voto de Pesar pelo Falecimento da Prof. Dra. Maria Margarida Alves Pires Henry Robbins** foi **aprovado por unanimidade**. -----

Não votaram os Senhores Deputados Municipais Eng.^o João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS) e Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo) por se encontrarem ausentes da sala. -----

2.5.17 – Voto de Louvor a António José Teixeira -----

“António José Teixeira, nasceu na Covilhã em 1961, e é jornalista, comentador político e professor universitário. -----

Pela sua carreira e competência profissional é hoje um dos mais respeitados e reconhecidos profissionais da comunicação social em Portugal. -----

Ao longo da sua carreira, António José Teixeira tem-se distinguido pelo seu rigor, integridade e dedicação à causa da informação livre e plural. O seu percurso como jornalista, comentador e diretor de diversos órgãos de comunicação social é exemplo de profissionalismo, espírito crítico e serviço ao interesse público. -----

O seu desempenho, até há poucos dias, como diretor de informação da rádio e televisão públicas e a sua colaboração com diversos meios de comunicação evidenciam o compromisso constante com a qualidade e com a ética no jornalismo, contribuindo decisivamente para uma sociedade mais esclarecida, democrática e participativa. -----

Por tudo isto, e num momento em que de forma surpreendente e inesperada deixa a direção de informação da rádio e televisão públicas, a Assembleia Municipal da Covilhã aprova este voto de louvor como forma de reconhecimento e agradecimento pelo trabalho de excelência

desenvolvido por António José Teixeira, e deseja-lhe para o futuro, os maiores sucessos, pessoais e profissionais. -----

Como expressão de louvor, reconhecimento e gratidão pelo trabalho desenvolvido, a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida a 30 de junho de 2025 aprova este Voto de Louvor, pelo notável contributo que António José Teixeira tem prestado ao jornalismo e à vida pública portuguesa, o qual deve ser enviado ao próprio.” (Doc.19 proposto pelo Grupo Municipal do PS) -----

--- Não havendo intervenções e colocado à votação, o presente **Voto de Louvor a António José Teixeira** foi **aprovado por maioria com 37 votos a favor (PS, PPD/PSD, CDS-PP, Movimento “Covilhã Tem Força” e todos os DMI’s) e 03 abstenções (CDU – PCP/PEV).** -----

Não votaram os Senhores Deputados Municipais Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS) e Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo) por se encontrarem ausentes da sala. -----

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

3.1 - DEBATE ENTRE GRUPOS MUNICIPAIS

--- Nos termos do artigo 49.º do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã, o Grupo Municipal da CDU – PCP/PEV indicou para discussão o tema “*Espaços verdes e equipamentos urbanos*” e o Grupo Municipal do CDS-PP indicou o tema “*Participação cívica e transparência na governação*”. -

--- O Deputado Municipal **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV)**, após cumprimentar todos os presentes, fez a seguinte apresentação do tema “***Espaços verdes e equipamentos urbanos***” com a projeção de imagens: -----

“Para a apresentação do tema, visitámos alguns espaços verdes e equipamentos urbanos para *in loco* constatarmos a realidade existente, nomeadamente quanto à sua utilização e estado de conservação que permita a função para que foram criados. -----

A fotografia é um meio concreto de comunicação e de constatação de uma realidade existente. Bastas vezes a imagem vale mais do que mil palavras. -----



O primeiro lote de fotos corresponde ao espaço de lazer da floresta, o parque de merendas da floresta. -----

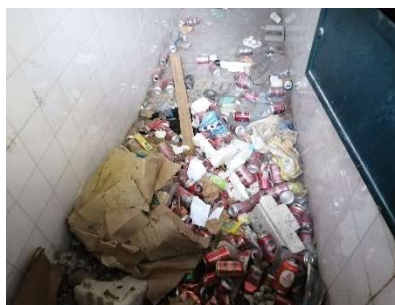
No Parque da Floresta há um conjunto de equipamentos que se encontram ao serviço de quem quer utilizar aquele espaço, mas aquilo que se verifica é que, de facto, o espaço se encontra praticamente abandonado. Reparem na quantidade de lixo e de pinhas que se encontram no chão que impossibilita o seu desenvolvimento. As casas de banho, espaço de apoio, as mesas, enfim, verifica-se, de facto, a degradação do espaço e a falta de conservação do mesmo, o que impossibilita a sua utilização. Portanto, concluímos que o parque está abandonado. Carece de limpeza e de manutenção urgente, caso contrário é impossível a sua utilização e usufruto pela população local e de quem nos visita. Um mau postal de promoção da cidade e da Serra da Estrela.



Prosseguimos e visitámos o circuito de manutenção. O circuito de manutenção está praticamente inoperacional. Não funciona. É impossível funcionar. Ninguém o utiliza. É visível que não é utilizado pela população porque os equipamentos estão degradados, o piso completamente intransitável. É uma estação de realização de exercício de flexão de membros inferiores e verifica-se que não é utilizado e a sua degradação é evidente. -----



Visitámos depois o Parque Alexandre Aibéu onde foi possível verificar também que o espaço de apoio não funciona e verificámos, nas restantes fotografias, a degradação dos equipamentos existentes, quer papeleiras quer bebedouros. -----

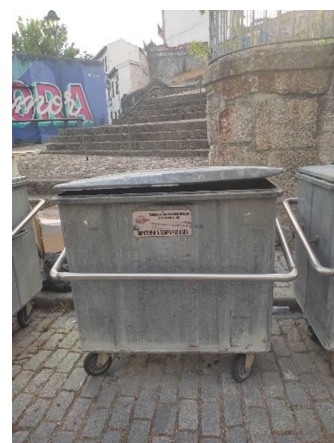


No Largo de São João de Malta seguimos a placa de sinalização de WC's e visitámos os WC's existentes e as condições das instalações. Indicamos a quem nos visita que existem ali WC's, mas depois é evidente que o WC se encontra no estado em que está. -----





No Parque da Goldra, só visitando é que se percebe o estado a que chegou e os níveis de degradação do espaço verde e de equipamentos urbanos. Verificámos que aquele edifício está completamente degradado com vidros partidos. Enfim, encontra-se como está. Como veem e verificam, estamos a falar num espaço praticamente dentro da cidade com vedações caídas, proteções caídas, ... -----



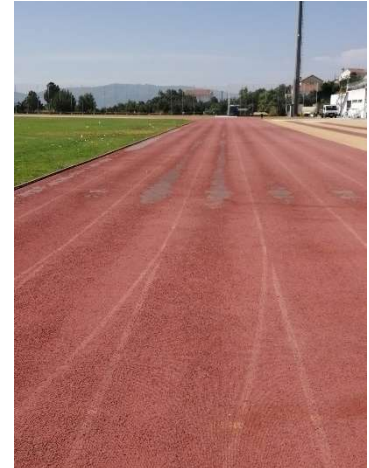
Quanto aos equipamentos, apresentámos como exemplo, entre outros, o não funcionamento do funicular do ramal de São João de Malta do Rodrigo. Queria salientar a questão dos contentores. Já aqui tínhamos colocado a questão destes equipamentos urbanos. Era benéfico, principalmente para a população mais idosa, a existência de contentores com um pedal para facilitar o levantamento e alguns deles já têm as tampas degradadas que criam outras situações. -----

Por outro lado, verifiquei a ausência daquela informação sobre a lavagem e a desinfestação dos próprios contentores. As fotografias que tirei foram de contentores que estão aqui ao nosso lado, portanto podem passar e verificar que, de facto, liberta algum cheiro que é desagradável para quem transita. -----

Quanto ao equipamento temporariamente indisponível, já lá vão meses, alguém escreveu ali “haja vergonha”. É, digamos, a participação popular que se regista nas informações. -----



Este equipamento, abrigo de passageiros no Refúgio, não andei à procura. Encontrei-o num estado um pouco degradado. É evidente que não andei a procurar todos os abrigos de passageiros. Foi aquilo que, enquanto cidadão, a transitar, verifiquei. -----



Depois, outro equipamento foi a pista de tartan no Complexo Desportivo. De facto, está completamente degradado. É impossível o treino. É impossível a prática desportiva e é necessário e importante intervir. -----

É evidente. Não trago aqui a questão da piscina dos Penedos Altos que se encontra no estado em que está e é com equipamento fundamental. -----

A par do que se refere e se reporta, existem muitas outras situações na cidade de falta de limpeza de arruamentos, de falta de manutenção de passeios. Veja-se o caso da Avenida 25 de Abril com passeios intransitáveis e de escadarias de acesso a bairros. A existência de buracos nas vias, que teimosamente se mantêm ao longo de meses, dão uma imagem negativa a quem nos visita e não conferem qualidade de vida a quem cá reside. -----



A realidade que se encontra é esta, verificável no dia-a-dia com uma simples volta à cidade. Não nos acusem de tudo isto ser um exercício de mal dizer. Não. E não. -----

Os problemas existentes não necessitam de avultados investimentos. Só por desleixo, incúria e incompetência é que eles existem. Muitas das situações existentes resolvem-se com a presença de trabalhadores da Autarquia em trabalhos de limpeza das vias e espaços, em trabalhos de conservação, manutenção e vigilância pela adequada utilização do espaço e equipamentos. A redução de assistentes operacionais nesses setores não foi, nem é, boa medida. A externalização daqueles serviços não garante a permanência e a eficácia de quem diariamente deverá estar presente. -----

O problema existe. As fotografias não enganam. Daí a pertinência do debate.” -----

--- Foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro (Movimento “Covilhã Tem Força”):** “Não haja dúvidas nenhuma de que aquilo que acabámos de assistir, que é visível e notório, a limpeza e a manutenção de tudo aquilo que diz respeito à cidade e para serviço dos munícipes, está bastante degradado. -----

Penso que, às vezes, temos que evoluir e quando digo termos que evoluir, é acompanhar toda a realidade e para não estarmos também sempre a falar na necessidade da mão humana que é sempre também importante. Como é lógico, hoje existem meios técnicos que são bem mais avançados e que permitem que efetivamente este tipo de trabalho possa ser feito, inclusivamente com menos tempo e chegar a mais locais, mas se calhar faz sentido que haja algum investimento nessa área para permitir toda uma limpeza e uma manutenção completamente distinta. -----

Permitam-me também só que diga que estive no Tortosendo, na Escola EB, e, entretanto, também fiquei de alguma forma desagradado por ver no espaço envolvente da escola o lixo que estava por ali nos mais variados locais. Isto não é só a responsabilidade da escola, da Câmara ou de quem quer que seja. Se calhar também, cada vez mais, temos que apostar na civilidade, a começar logo nas escolas como é lógico, para que efetivamente as coisas possam ser diferentes. -----

Muitas vezes também damos conta, por exemplo, e lembro-me no Tortosendo, dos sanitários que deveriam estar a funcionar no que diz respeito à chamada praça dos táxis e não funciona porque realmente há sempre quem vá lá, quem estrague, quem degrade e tudo mais... Mas, se calhar, com uma pequena câmara de vigilância tudo se resolvia porque aí as pessoas, se calhar, percebiam de uma vez por todas que se praticarem algum ato passível, até inclusivamente um ato bárbaro ou criminal, as pessoas efetivamente podem ser responsabilizadas por isso e, se calhar, uma pequena câmara resolvia um problema. Acho que isso era importante. Às vezes há pequenas coisas que, se forem feitas, trazem resultados que todos naturalmente gostamos, queremos e ambicionamos que aconteçam.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Não poderia estar mais de acordo com a intervenção que me precedeu. De facto, se calhar a solução para que as coisas de facto corram melhor é mesmo uma pequena câmara porque já percebemos que a incúria da Câmara grande que é a nossa é evidente, notória e tristemente realidade. Como diz o nosso Presidente, muitas vezes “o algodão não engana” e, de facto, aqui as fotografias também não enganam. -----

Infelizmente não é de agora. Infelizmente isto é uma realidade e basta ver aos registos destas Assembleias em que, várias vezes, a Deputada Joana Rocha veio falar sobre a questão dos sanitários públicos que vimos. -----

Isto já não é uma questão de intervenção. É uma questão de limpeza. É uma questão de dignidade. Acho que a Covilhã merece efetivamente mais nesta matéria.” -----

- **Mafalda Lourenço Nunes (PPD/PSD):** Após cumprimentar todos os presentes, iniciou “por felicitar a Câmara Municipal da Covilhã pelo trabalho que tem feito ao longo destes 12 anos nos espaços verdes e equipamentos urbanos, não só na cidade, mas em todo o Concelho. -----

Este trabalho tem feito com que os nossos habitantes tenham melhores condições e qualidade de vida, em especial as crianças e os idosos. Contudo, é importante reconhecer todas as melhorias e desafios que foram enfrentados ao longo destes longos anos. -----

Obrigada pela requalificação das estradas e vias do Concelho, pelas obras permanentes realizadas e não apenas em ano de eleições. -----

Obrigada por plantarem árvores em vez de as abaterem. -----

Obrigada pela correta escolha dos abrigos nas paragens de autocarros, evitando assim que os passageiros estejam à chuva e em segurança. -----

Obrigada pela requalificação da ponte pedonal da Ribeira da Carpinteira e da escolha da iluminação pública colocadas em todas as zonas da cidade onde passou a ser seguro caminhar à noite tanto nos Penedos Altos, como na Avenida 25 de Abril, na Rua Mateus Fernandes ou na Rua Cidade do Fundão. -----

Obrigada pelo cuidado na requalificação do Parque da Goldra, mais um espaço verde no centro da cidade onde as famílias podem passar os seus tempos livres, gozando os equipamentos de desporto e de lazer. -----

Obrigada pela criação de mais um parque de autocaravanas na nossa cidade que trouxe mais famílias a visitarem o centro, desfrutando da arte urbana e dos museus, a fazerem compras no comércio local em vez de se verem obrigados a deslocar a 20 quilómetros de distância. -----

Obrigado por cuidarem dos passeios e do seu nivelamento, onde as pessoas podem andar tranquilamente a pé sem terem de ir para a via por causa das ervas ou das raízes das árvores. ----

Obrigada pela remodelação do Jardim Público que dotou este espaço e equipamentos de iluminação para o seu uso em permanência. -----

Obrigada pela requalificação da Avenida Frei Heitor Pinto, onde os idosos e as pessoas com necessidades de cadeira de rodas já podem circular nos passeios e não na estrada. -----

Obrigada pela requalificação e pela criação da ciclovia na Estrada Municipal Ferro-Quinta Branca. -

Obrigada pelas requalificações prometidas e cumpridas nos dois relvados sintéticos, evitando que os nossos jovens treinem sem luz ou na lama no nosso Complexo Desportivo. -----

Obrigada pela requalificação da pista de atletismo. -----

Obrigada pelas obras realizadas nas infraestruturas dos balneários e das bancadas, evitando que chova nos corredores e balneários. Agora sim, os nossos atletas têm as merecidas condições de higiene e segurança. -----

Obrigada pela intervenção realizada no circuito de manutenção da floresta. A degradação dos equipamentos e a falta de limpeza obrigava as famílias a procurarem outros espaços para fazerem desporto na natureza. -----

Obrigada pela realização do importante investimento na requalificação dos balneários e bancadas do Campo Maia Campos. Os jovens do Teixoso agradecem. -----

Obrigada por terem garantido o funcionamento da piscina coberta evitando o seu encerramento por mais dois anos, o que iria limitar a aprendizagem de natação aos nossos jovens e prejudicar o bem-estar dos idosos. -----

Obrigada por me fazerem sonhar a mim e a todos os Covilhanenses que acreditaram que, em 12 anos, a nossa cidade estaria francamente melhor.” -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS):** “Começar naturalmente por saudar a intervenção da Senhora Deputada do PSD que me antecedeu e dizer-lhe que, pese embora reconheça e agradeça a honestidade intelectual com muitos dos elogios que fez, acho que houve aqui algumas coisas que, de facto, não correram bem. Quero assumir, sem qualquer tibieza nem qualquer dúvida, que exagerei nos elogios que fez, porque, por exemplo a ciclovia Ferro-Peraboa e Quinta Branca ainda não está construída, ainda não conseguimos resolver o Complexo Desportivo, nem o Parque da Goldra, nem os campos que estão ao lado. Mas a verdade é que muitas coisas foram feitas e a Senhora Deputada assumiu e reconheceu muitas delas e não só aqui na Covilhã. Foram feitas também nas nossas freguesias. -----

O Senhor Deputado Vítor Reis Silva vem-nos apresentar um conjunto de fotografias que são factuais. Algumas delas não são responsabilidade do Município. Por exemplo, o circuito de

manutenção é um espaço da responsabilidade do ICNF e da Direção da Agricultura, pese embora o Município da Covilhã tenha prestado colaboração já mais do que uma vez na sua manutenção, a verdade é que a responsabilidade direta não é nossa. De facto, factualmente não se encontra bem e este é um grande desafio que temos pela frente, que assumo, sem qualquer reboço, que é necessário melhorar a qualificação do espaço público, a qualificação de espaços verdes e dar continuidade ao trabalho que temos feito porque o fizemos assim no Jardim Público, no Jardim das Artes, no Jardim do Lago, em várias pontes, em vários locais das nossas aldeias e das nossas freguesias. Fizemo-lo assim quando recuperámos os parques infantis que estamos a recuperar e é necessário dar continuidade a este trabalho. Fizemo-lo quando recuperámos a Avenida Frei Heitor Pinto e a acessibilidade da Praça do Município e é a este trabalho de qualificação do espaço público que é preciso dar continuidade. -----

As cidades são das pessoas. Já lá vai o tempo, e esse tempo não está assim tão longe e não foi só na Covilhã, mas globalmente nas cidades, em que a prioridade era dada aos automóveis. Ora, esse tempo acabou. Temos que capacitar e requalificar as nossas cidades para o usufruto de todas as pessoas, independentemente da sua condição, da sua idade, da sua condição de mobilidade. Esse trabalho tem sido feito e é preciso intensificar no futuro. -----

Tenho grande expectativa de que este trabalho de valorização do espaço público, de recuperação dos passeios, de recuperação das praças, recuperação dos espaços verdes que temos tenha continuidade e possa ser alargado, nomeadamente temos uma facilidade e temos uma felicidade extraordinária. É que temos muito espaço verde natural. Temos a Serra da Estrela. Temos o Rio Zêzere. Temos um conjunto de património natural que é extraordinário, que nos enriquece e que nos valoriza. -----

Senhor Deputado Vítor Reis Silva, obrigado pelo tema que nos trouxe. Permitiu-nos dar destaque também a um conjunto de situações a que é preciso dar resposta, mas também não podemos esquecer as outras que estão feitas e aquelas que correram bem e, sobretudo, perspetivar aquilo que é necessário fazer.” -----

- **Doutora Mónica Cristina Cerqueira Ramôa (CDU – PCP/PEV):** “O meu camarada deu o contexto factual e vou dar o contexto político e possibilidades de futuro. -----

Vivemos hoje um momento decisivo para o futuro das cidades. Perante as alterações climáticas, o envelhecimento populacional e a necessidade de uma transição ecológica, repensar o espaço urbano é uma prioridade e, neste desafio global, cidades como a Covilhã têm um papel fundamental pela sua localização, pelo seu património e pelo seu potencial de inovação. -----

Neste contexto, pensar o futuro da cidade, da nossa cidade e do nosso Concelho deverá obrigarnos a todos a pensar mais verde, mais inteligente e com mais humanidade. -----

Na Covilhã, uma cidade de montanha com uma morfologia íngreme e singular, os espaços verdes têm ainda uma outra função estratégica: ligar a cidade ao seu território natural envolvente, isto é, à Serra da Estrela. A Covilhã deve pensar-se como uma cidade de montanha onde natureza e urbanidade se entrelaçam. Para isso é fundamental conservar e modernizar os espaços existentes,

mas também redesenhá-los com um novo propósito: ecológico, social e sensorial, mas, sobretudo, criar novas tipologias de espaço verde adaptadas ao contexto local. São vários os exemplos. -----

Nomeadamente a instalação de *Pocket Forest*, a este propósito somos a única cidade em Portugal que tem uma *Pocket Forest* de iniciativa da comunidade escolar da Escola Secundária Frei Heitor Pinto e está esquecida. Como é que é possível não se reconhecer o valor daquela iniciativa e do que lá está? Dir-se-ia que é urgente reimaginar os espaços verdes. -----

Num tempo em que a saúde mental e o bem-estar ganham centralidade na agenda pública, os espaços verdes e biofílicos tornam-se infraestruturas de saúde preventiva. Equipamentos urbanos como parques inclusivos, hortas comunitárias, trilhos acessíveis e zonas de sombra ativa não são luxos urbanos. São essenciais para cidades mais humanas. Mas nada disto é possível sem planeamento e sem participação cívica. -----

A cidade do futuro verde, inteligente e resiliente constrói-se com base numa tipologia urbana integrada em que se dá prioridade aos modos suaves de transporte, à reutilização de espaços devolutos, à reabilitação do património edificado e onde os cidadãos são parte ativa na conceção e manutenção dos espaços públicos. Isto já está previsto na Lei. Mas esta visão exige investimento não só financeiro, mas também político, técnico e social. É preciso envolver os cidadãos nos processos de planeamento, ouvir quem vive, trabalha e estuda na Covilhã e dar-lhes um papel ativo na requalificação do espaço público. -----

Uma cidade verde e biofílica é, antes de tudo, uma cidade com alma coletiva e isso é, no fundo, prestar tributo a todos os homens e mulheres que construíram esta cidade porque, no fundo, o que está em causa não é apenas o aspeto da nossa cidade, mas a sua habitabilidade, a sua justiça ambiental e a sua saúde coletiva. -----

A Covilhã, com o seu passado, conhecimento industrial e o seu presente académico, científico e de inovação tem todas as condições para ser uma referência nacional em urbanismo verde e uma cidade assim não é ficção científica. Elas já existem no estrangeiro, mas também em Portugal. Construir a cidade do futuro começa por cuidar do verde hoje e esse verde é muito mais do que estereis relvados, anacrónicos jardins e paisagem. É vida. É justiça.” -----

--- O Deputado Municipal **Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP)** fez a seguinte apresentação do tema **“Participação cívica e transparência na governação”**: -----

“O turno de escolha de tema do CDS calha num momento particular neste calendário político. É verdade que estão a terminar 12 anos de mandato, oito dos quais com maioria, mas também é verdade que, sendo sempre justo analisar o passado, o passado já pouco importa porque todos nós já estamos com a cabeça virada para o futuro. -----

O Senhor Presidente de Câmara está com certeza apostado em terminar bem o seu mandato, mas já é candidato anunciado a uma outra autarquia e democraticamente desejo-lhe não que ganhe, mas que tenha uma boa sorte e uma boa campanha. E nesta sala estão também dois candidatos a Presidente de Câmara: o Senhor Presidente da União de Freguesias Covilhã e Canhoso, carismático e conhecido de todos nós, e também o Senhor Líder da bancada Hélio Fazendeiro. A ambos desejo

também não que ganhem, mas boa sorte e, no caso do Eng.^o Hélio Fazendeiro, também uma saudação geracional. É bom que as novas gerações se cheguem à frente e é sempre bom estar na política porque é o único sítio onde aos 40 e tal anos continuam a chamar-nos de novos. É sempre bom que, com esta enorme juventude que os 40 e tal anos nos dão, possamos renovar o panorama político. Portanto, também não me parece que fosse curial utilizar este tempo neste tema para fazer campanha. Também eu sou candidato a Presidente da Assembleia Municipal e, portanto, também eu poderia utilizar este tempo para isso. -----

Achamos, por bem, fazer outra coisa. Escolher um tema que pudesse ser consensual e de futuro. Consensual porque é evidente que todos somos a favor da transparência e da participação cívica. Se há outras matérias em que podemos ter visões diferentes sobre o tipo de investimentos que queremos e as prioridades que temos, estou certo que aqui vamos encontrar espaço para consenso e alguma unanimidade. E por outro que pudesse ser um tema de futuro. Como é que nós, chegados aqui, podemos aumentar a participação cívica dos nossos cidadãos e a transparência das nossas instituições. -----

Por isso, aquilo que trazemos aqui não é tanto uma crítica àquilo que acabou de se passar nos últimos 12 anos, embora muitas destas propostas, sendo novas, significam que não estão em vigor agora e, portanto, já deveriam ter estado e, portanto, implícita uma crítica, mas deixo isso de fora para deixar aqui algumas das propostas que acho ou que consideramos que podia ser útil que os vários partidos pudessem acordar para podermos garantir que temos mais transparência e mais participação cívica nos próximos 12 anos de mandato, sejam eles de quem forem. -----

Dividimos isto em blocos, se assim quiserem, e, no primeiro bloco, a ideia de prestação de contas de que estes órgãos têm de prestar contas. Algumas propostas: -----

Bloco 1 -----

- a) A transmissão online obrigatória de todas as reuniões de Câmara públicas. Não apenas das Assembleias Municipais, mas as reuniões do Executivo Camarário. Faz sentido que assim seja. Tecnicamente já vimos que é possível. É feito noutros lugares. Aqui também pode fazer-se; -----
- b) Relativamente a esta Assembleia, o calendário de reuniões ser fixo no começo do ano para que todos os Covilhanenses e para que todos saibam e organizem a sua vida para que possam estar nos dias agendados, marcados sem prejuízo das reuniões extraordinárias que sempre terão lugar; -----
- c) Publicação automática das atas das reuniões públicas e também dos pareceres jurídicos e técnicos que tipicamente, pelo menos dos principais assuntos e propostas, acompanham as propostas. Há direito de acesso à informação administrativa. Enxertados que estão de fora segredos que possam existir: segredos de negócio, segredos comerciais, segredos de Estado e, portanto, não estamos a fazer nada que vá contra a Lei; -----
- d) Para cada proposta que vem à Assembleia Municipal, uma ficha de transparência obrigatória para todas as propostas com origem e impacto orçamental, lista e pareceres de consultas realizadas; -----

- e) Os relatórios de contas das empresas públicas e as contas das empresas públicas municipais nos *sites* atualizados para que todos os possam conhecer. Isto para as instituições poderem prestar contas; -----
- f) Depois, a utilização da tecnologia ao serviço da participação e da cidadania. Era importante que a Câmara pudesse ter uma plataforma digital unificada que permitisse a consulta pública dinâmica, a realização de sondagens e a realização de instrumentos de participação, como queixas e participações dos munícipes. Não é utilizar meios tradicionais, do e-mail ou plataformas que são de difícil acesso, mas tornar a participação algo muito mais intuitiva. Existem plataformas no mercado. Elas podem também ser criadas pelos serviços da Câmara, mas era importante que a consulta pública também não se resumisse apenas àquilo que a lei manda que seja de consulta pública, mas que houvesse mais iniciativas de consulta pública relativamente a alguns dos aspetos que estão a ser discutidos no Executivo e que pudesse essa plataforma poder garantir essa participação; -----
- g) Ter um portal único de transparência com todas as nomeações, todos os contratos, todos os regulamentos, todos os pareceres, todas as obras que são feitas, para que empresas e com montantes. Do ponto de vista da contratação pública, já existe o portal Base, mas é de péssima consulta para aqueles que tentam trabalhar nele e nada obsta a que a Câmara tenha uma plataforma melhor, mas não é apenas na contratação pública que estamos a falar. Estamos também a falar de contratações que escapam à contratação pública e que têm de estar no Base e desde logo as nomeações, sejam elas políticas ou não políticas. Aqui não queremos qualificar. Plataforma também de acompanhamento de todas as obras municipais com ficha por obra, empreiteiro, custo, fase, cronograma e imagens. Garantir que há maior capacidade de controlo e de monitorização por parte dos cidadãos; -----
- h) E depois algo tecnologicamente, eventualmente, mais arrojado, mas *opensource*, dados abertos para que, com os dados que a Câmara tem e dispõe, nomeadamente do ponto de vista urbanístico, os cidadãos possam também eles trabalhar em cima desses dados; -----
- i) Um sistema de notificações e alertas para os cidadãos para aquilo que são eventos ou deliberações ou algo que lhes diga respeito e possa haver um meio de comunicação direto entre as pessoas e o Executivo. -----

Bloco 2 -----

- a) Participação com poder real e de novo trazer o Orçamento Participativo. O instrumento pode estar obsoleto, mas o princípio está completamente certo e, portanto, se não funcionou por algum motivo, que se arranje forma de funcionar de uma outra forma, mas as pessoas têm que voltar a sentir que são responsáveis também e que a sua voz conta para aquilo que é a participação no destino municipal; -----
- b) Contas. Já o referi na transparência, mas volto a citá-las. Não é possível continuarmos a não ter acesso atempado às contas das empresas públicas, das empresas municipais. Elas fazem parte da cidadania à qual temos que estar atentos e não é possível continuar, violando a Lei, a não ter essas contas disponíveis. -----
- c) Por fim, relativamente a campanhas eleitorais e integridade na governação, um Código de Ética para a participação dos dirigentes políticos nas redes sociais, nomeadamente quando

participam nas redes sociais das autarquias e, portanto, com regras, principio-lógica sobre o que é que pode e o que é que não se pode fazer e também, em tempo de campanhas eleitorais, aquilo que é um Código de Ética que todos podíamos subscrever e à qual todos estaríamos vinculados. Isso seria importante e interessante para garantir que há uma separação entre aquilo que é a tentação natural. Isto é interpartidário. Não há santos aqui de utilizar meios públicos para fazer campanha eleitoral. -----

Estas são algumas das propostas. Teria mais, mas só me falta um segundo para terminar e que espero que possa ajudar a um debate que penso que todos os partidos deveríamos fazer nesta Assembleia e no Executivo para que possamos ter salas mais cheias ou maior participação e uma participação mais na ponta dos dedos como aquilo que as novas tecnologias hoje permitem.” -----

--- Foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro (Movimento “Covilhã Tem Força”)**: “Congratulo-me imenso por este debate que veio a ser suscitado através do CDS-PP e pela explanação que foi feita com a qual concordo na plenitude. -----

Acho que este debate e este tema devem ser uma reflexão para todos nós e essencialmente nesta base de dizer o quê e porque se aproximam aí eleições também das mais variadas: a abstenção é cada vez uma coisa mais escandalosa, se é que se pode dizer desta maneira, na perspetiva de que tanto se lutou para se votar e hoje não se vota, mas todos temos efetivamente culpa disso. Não haja dúvidas nenhuma que aproximar os cidadãos da governação pública faz toda a diferença e, a seguir, se calhar as pessoas vão votar quando dão conta de que a transparência de tudo aquilo que é feito está ao alcance de toda a gente e aí realmente aproximará sempre os cidadãos. -----

Já temos este ótimo lugar aqui na Assembleia e de poder ser transmitido para todo o lado. Acho que também concordo que as sessões camarárias deviam estar disponíveis para todos nós para que se soubesse o que é que se passa ou não passa. Não é uma questão de se estar a querer fiscalizar ou só dizer mal. Não, não é isso. É a participação ativa e, por isso, todos nós temos que, paulatinamente, ir fazendo para que isso aconteça para que realmente todos possam opinar. -----

Também concordo que, se calhar, se se fixarem as datas das Assembleias também facilita a vida a todos, nomeadamente porque a esmagadora maioria de nós tem trabalhos, tem funções disto ou daquilo e estar sempre aqui um bocado na expectativa de meia dúzia de dias antes é que sabe quando é que vai acontecer ou não a respetiva assembleia, por vezes não é que não se tenha vontade, mas também todos temos agendas, como é lógico e, por isso, sabendo antecipadamente como é que as coisas funcionam ou não ou tendo essas datas, isso tudo faria de forma que se ajudassem a tudo e a todos. -----

Quanto ao Código de Ética, não haja dúvidas nenhuma e hoje já assistimos aqui realmente a algumas situações que, se houvesse um Código de Ética e se as coisas funcionassem, seria bom para todos. Temos que ser nós também aqui a dar exemplo lá para fora que realmente a democracia faz-se efetivamente e continuará a fazer-se com ética.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** “Defendemos a gestão democrática e participativa como objetivo transversal a todas as áreas do poder local democrático. -----

Defendemos a participação na gestão autárquica como um pilar fundamental de proximidade e respeitador dos verdadeiros anseios e necessidades das populações. -----

Defendemos a participação cívica e a transparência na gestão ou governação pública com o princípio de atuação dos eleitos e não quando nos dá jeito diagnosticar a ausência de participação e transparência de quem tem uma governação centralizada no funcionamento da democracia representativa. -----

A maioria socialista, que geriu e governou, limitou-se quanto à participação dos partidos e dos eleitos ao mero cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição. A atitude da maioria PS no Executivo e junto dos eleitos nesta Assembleia Municipal foi a do anúncio do facto consumado e o da propaganda. Mesmo os debates propostos, no âmbito regimental, serviram por parte do PS para a propaganda, promoção ou para mais promessas. -----

A maioria socialista chegou ao cúmulo de excluir os eleitos dos partidos representados nesta Assembleia na Comissão Organizadora do quinquagésimo aniversário do 25 de Abril. Esqueceu que a democracia plural e multipartidária foi uma das primeiras conquistas do 25 de Abril de 1974. ----

Quantos requerimentos feitos e não respondidos?! Quanto à democracia participativa e ou participada, ela nem existiu! A democracia participada e/ou a promoção da participação cívica, da audição e participação das populações na definição de prioridades e de resolução de problemas não existiu! A audição formal, a consulta pública de vários documentos municipais, na sua maioria dos casos, não obteve qualquer participação! -----

Foi criada a figura do Provedor do Município que, de forma perversa, visava afastar um município dos eleitos. Sem desprimor de quem exerceu as funções, o que se verificou, basta ler os relatórios quando eles existiam, foi que a estrutura da Câmara não dava resposta às solicitações dos mesmos.

A maioria PS insistiu e promoveu o chamado “Orçamento Participativo”, modelo já falhado em outras paragens, apesar da nossa defesa e proposta de se avançar com o Orçamento Participativo. O Orçamento Participativo que, face à ausência de uma base sustentável devidamente normalizada e supervisionada, desencadeou protestos vários e criou expectativas não satisfeitas. -----

Em conclusão, tivemos e temos o mero funcionamento da democracia representativa que não promoveu a participação cívica. -----

Quanto à transparência e se o critério da sua medição/aferição for o número de requerimentos feitos e não respondidos, então podemos afirmar que temos uma avaliação negativa.” -----

- **Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD):** Após cumprimentar todos os presentes, referindo que “a boa governação pública e democrática exige transparência, responsabilidade, abertura e escrutínio. Deve ser este o compromisso de quem é eleito para com os seus eleitores. Não é um favor, é uma obrigação. -----

A cidadania ativa não se limita ao direito de voto. Cidadania é poder questionar, propor, criticar e colaborar. É acompanhar o que se faz com o dinheiro público. É querer saber por que razão se escolhe uma obra em detrimento de outra. É exigir justiça nas prioridades e clareza nos critérios. -

Existe uma tendência, especialmente em mandatos longos, em que as decisões se tomem em círculos restritos, onde tudo se decide e pouco se justifica, pouco se informa aos verdadeiros destinatários – os cidadãos. -----

A transparência, por sua vez, não pode ser apenas um cartaz, nem uma mera formalidade. Transparência é prática. É publicar os contratos que se realizam. É explicar as opções políticas e orçamentais. É ouvir os cidadãos antes das decisões e não depois. É garantir que as respostas às solicitações dos munícipes não se percam em silêncios administrativos nem em promessas para o nunca. -----

Não se trata apenas de uma questão de ética. A transparência melhora a gestão, combate o desperdício, previne o favorecimento e reforça a confiança nas instituições porque, quando há luz, há menos espaço para a dúvida, para o boato e para a suspeita. -----

Neste sentido, urge promovermos mecanismos concretos de governação aberta. Falo, por exemplo, da criação de orçamentos participativos com impacto real, da realização de Assembleias descentralizadas nas freguesias, do reforço das plataformas digitais de consulta pública e, acima de tudo, de uma atitude política que valorize a prestação de contas como um dever democrático e não como um incómodo burocrático. -----

Mais do que isso, precisamos de educar para a cidadania. Deve envolver escolas, associações, coletividades e até empresas locais na construção de uma cultura de participação e de transparência porque cidadãos informados e conscientes são a melhor garantia de um poder local mais responsável e eficaz. -----

É de louvar a participação cívica em tantas coletividades e associações do nosso Concelho que são verdadeiras escolas da política real, da administração de bens comuns e da persecução de objetivos comuns de um grupo ou de uma comunidade. Deve ser, por isso, promovida essa participação, acarinhadas estas associações que tanto contribuem para o nosso desenvolvimento local. -----

Senhor Presidente, a credibilidade constrói-se com verdade, com abertura e com respeito pelos cidadãos e a melhor forma de respeitar quem nos elege, é governar com clareza, com justiça e com humildade democrática.” -----

- **Eng.º Pedro Miguel de Melo Bernardo (PS):** Após cumprimentar todos os presentes, iniciou dizendo que “o debate trazido aqui por parte da bancada do CDS é, sem dúvida, de louvar e humildemente agradecer, de facto, trazer este tema. É verdade que em todos os temas da governação municipal, sejam eles quais forem, são sempre temas e trabalhos inacabados. Temos que estar sempre à procura naquilo que é o processo de melhoria contínua em todos os temas da governação, mas neste em particular, no momento social, no momento democrático e que a democracia portuguesa vive, quando inflacionados discursos de ódio, quando inflacionados discursos baseados na desinformação, sem dúvida alguma que a procura de uma maior participação cívica, de uma maior transparência das entidades públicas é fundamental.

Fundamental porque, muitas das vezes, aquilo que é visto do poder público e aquilo que são os responsáveis públicos e, como referi há pouco, assente muitas vezes naquilo que é a desinformação passada através de meios digitais entre outros, não corresponde objetivamente à verdade. Cabe-nos a nós que estamos eleitos, que somos eleitos, que temos os nossos mandatos e que temos a nossa oportunidade, reforçar essa participação e essa transparência de forma mais acentuada. Por isso, saudar a participação do CDS e a colocação deste tema a debate nesta Assembleia e, acima de tudo, saudar a apresentação de propostas a esta Assembleia. -----

Da minha parte pessoal e em nome da bancada do Partido Socialista, existem algumas propostas que genericamente somos concordantes. Estamos em concordância. Inclusive, quanto a algumas delas, já tem vindo a ser feito algum trabalho nos últimos anos e falo nestes últimos quatro anos de mandato dentro desta Assembleia Municipal em que temos dado mostras vivas daquilo que é a procura dessa participação cívica e dessa transparência. -----

Falar de participação cívica na Covilhã tem, de facto, o desafio acrescido e, tal como foi referido aqui na intervenção anterior por parte do Deputado Lino, vivemos e estamos presentes no Concelho que tem uma participação cívica notável através do associativismo. Provavelmente seremos a maior força viva e, se calhar, o maior património imaterial dentro da Covilhã é, de facto, a participação e a força que os Covilhanenses e que as pessoas têm através de associações. Isto é algo que está na raiz. Está no âmago de cada um dos Covilhanenses e que é algo difícil porque o nível é muito alto e as pessoas têm consciência dessa participação e desse contributo para o município. -----

A verdade é que, porque também já fui membro de algumas associações e também já fiz essa participação, não podemos deixar de reconhecer - como disse há pouco todos os processos são feitos com base na parte da melhoria contínua e com a base da melhoria contínua -, este é um processo em que o Partido Socialista tem responsabilidade nos últimos 12 anos e, objetivamente, a participação cívica e a transparência que hoje temos é incomparável àquilo que tínhamos há 12 anos atrás e, com toda a certeza, vai ser completamente diferente para melhor nos próximos 12 anos. -----

Não posso esquecer que há uns anos atrás a Covilhã vivia quase que num período negro, sem luz naquilo que era a participação das pessoas e dentro das associações que se não obedecessem a determinadas diretivas por parte do Executivo Municipal ou eram penalizados ou, pura e simplesmente, não recebiam o apoio municipal. Esse tempo mudou. -----

Essa participação cívica que falamos nasce também muito naquilo que é a forma com que os executivos municipais tratam cada um de nós, cada Covilhanense, independentemente daquilo que é a sua opinião política, daquilo que é a sua filiação partidária, daquilo que é a sua visão para o município. Aliás, se há coisa que o Partido Socialista se orgulha é que, de facto, esse ambiente democrático, esse ambiente de liberdade que se vive hoje na Covilhã, deve-se muito mesmo àquilo que tem sido uma postura de tolerância, de respeito pela diferença dentro do município. além deste tratamento e desta forma que estimula a participação cívica e a própria transparência do município, temos vários casos. Já li agora um, mas temos, por exemplo, o Conselho Municipal do Desporto. Temos o Conselho Municipal da Cultura, temos as próprias comissões que foram criadas dentro desta Assembleia e aliás, hoje vamos ter também um momento para discutir um trabalho

numa dessas comissões. Temos as questões das transmissões *online* que o PS, dentro deste mandato de últimos 4 anos, deu prova viva que, de facto, é concordante sobre aquilo que devem ser as transmissões online. A revisão de um Regimento desta Assembleia que, dentro das discordâncias, todos somos concordantes que melhorámos. Certamente que há melhorias para fazer. A experiência está-nos a dar esse sinal de que há coisas ainda por fazer. -----

Aquilo que apraz ao Partido Socialista neste tema que foi trazido é saudar e demonstrar o seu total compromisso, com o seu total empenho para que esta participação ativa e esta transparência seja cada vez maior para ofuscar e para desconstruir aquela que é a base da desinformação e aquilo que são os períodos negros que a nossa democracia de alguma forma vive e aqui, há pouco também foi referido pelo Deputado Fernando, com aquilo que também devemos ter que, enquanto eleitos, devemos ser o exemplo lá para fora. Enquanto eleitos, temos essa responsabilidade naquilo que é o nosso comportamento dentro das Assembleias, naquilo que é o comportamento que os eleitos têm na execução das suas funções a começar exatamente pela presença. Não me escondo. Tenho aqui o Deputado Adolfo e, portanto, se há algo que referi, pelo menos na última Assembleia, é que somos mandatados para estarmos presentes num mandato independentemente de todos nós termos a nossa vida profissional. Sou concordante que deveríamos ter um calendário das Assembleias que poderia agilizar quem tem uma vida profissional, mas independentemente disso não justifica aquilo que é uma ausência da grande maioria das Assembleias Municipais. E não falo particularmente do caso do Deputado Adolfo. Falo de forma genérica e a todos os representantes que temos aqui que, de forma paulatinamente, não estão presentes. Sinceramente, isto é um apelo democrático a que, de facto, consigamos estar mais presentes e, tal como deu provas, até pode dar alguns contributos úteis ao Município.” -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** “No fundo, queria contribuir para esta reflexão através de dois pontos divididos por o que se apresentou. -----

Longe vai o tempo em que o que nos recordamos como espaço verde da cidade da Covilhã, ainda hoje lhe chamamos Jardim Público, estava restringido àquele espaço. Os espaços verdes, e bem, multiplicaram-se. Os órgãos municipais foram acompanhando com o crescimento de trabalhadores nessas áreas, mas efetivamente temos muita dificuldade e falo também enquanto autarca. Muitas vezes não consigo chegar a todo o lado ao mesmo tempo para cuidar dos espaços verdes da Freguesia com a diferença de meios que existe. -----

Portanto, temos que pensar todos como é que vamos fazer e como é que vamos cuidar do espaço público destes espaços verdes, destes equipamentos, não só dos funcionários. Por um lado, há um problema logo à partida de haver uma mega junta de freguesia na cidade da Covilhã. A competência de espaços verdes não está delegada e cai em cima da empresa municipal. Não está delegada na Junta de Freguesia como está nas outras juntas de freguesia e temos que pensar na delegação de competências a outras organizações que possam cuidar espaço a espaço, o Parque da Floresta, o Parque Alexandre Aibéu, determinados espaços e há propostas que já vieram a público que estejam consagrados à atividade de um determinado organismo/entidade e que, ao mesmo tempo, se faça também o cuidado naturalmente com o respetivo pacote financeiro. -----

Depois, relativamente a esta questão da transparência que aqui foi colocada, já agora a Junta de Freguesia da Boidobra concorreu, por exemplo, em 2023 e 2024 aos apoios no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio às Freguesias que aqui aprovámos, mas sem uma decisão automática e sem orçamento foi necessário andar a negociar e a pedir para que os protocolos fossem assinados, o que ocorreu só em 2025. -----

As juntas de freguesia têm outro problema nesta questão da transparência. Muitas vezes, no nosso dia-a-dia, perguntamos onde é que está o *Edoc*, onde é que está o pendente, quem é que está a tratar do protocolo que está para assinar, o assunto está com quem, em que ponto é que se encontra, quais é que são os passos seguintes, qual é que é a previsão para encerramento do assunto, quais são as prioridades dos dez assuntos colocados, como é que a Câmara Municipal prioriza aquele assunto. E, portanto, falta também insistirmos nesta questão da transparência nos próximos mandatos do Município da Covilhã, da Câmara Municipal da Covilhã para com as suas freguesias. Podemos resolver muitos problemas se não andarmos sempre à procura daquilo que é necessário fazer do assunto e, portanto, haver um conhecimento direto, uma espécie de plataforma também informática para que a junta de freguesia perceba que os funcionários e os serviços do Município até que ponto é que já trabalharam naquele assunto e por onde é que ele está encaminhado para que nos permita uma ação porque muitas vezes podemos também resolver, antecipar e não dar tanto trabalho aos serviços municipais se formos acompanhando o assunto. Penso que não é nenhum segredo de Estado. Queria colocar também esta ênfase neste ponto em concreto.” -----

- **Carlos do Carmo Martins**, em defesa da honra, referiu que “a União de Freguesias da Covilhã e do Canhoso propôs ao Município a delegação de todas essas competências. Mais. No início do primeiro mandato da União de Freguesias da Covilhã e do Canhoso, 2017/2021, durante um período, procedemos à limpeza urbana do Canhoso. Reunimos com os Senhores Administradores na AdC. Não fomos pagos. Apenas isto.” -----

- **Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP)**: “A primeira coisa que gostava de dizer é que me parece importante que todos os partidos têm noção da importância deste tema. Ele é mais urgente tendo em conta o surgimento de forças populistas e a desinformação. Há ideias dos vários grupos e, portanto, provavelmente é o fórum certo, mais até do que o Executivo Municipal, para tratarmos deste assunto. -----

Por isso, no próximo mandato, é o desafio que deixo, independentemente depois das funções que cada um vai exercer, para que possamos tratar deste assunto com a sistematização necessária para o efeito. -----

Há um ponto que gostava de realçar. Parte das dificuldades de transparência são hoje resolvidas tecnologicamente e as pendências, o estado dos processos, quem tem o quê, quanto tempo demora, a tecnologia hoje permite esse nível de transparência e é um nível de transparência que deve ser suficiente para preservar o recato da Administração Pública face ao direito administrativo.

Estou muito ciente de que a Administração Pública também tem a parte do seu recato, mas há uma parte da participação que, de facto, é importante e é urgente. -----

Por isso, o repto que deixo a todas as forças políticas é que, para além das propostas que vamos apresentar na campanha eleitoral, possamos enquanto Membros da Assembleia Municipal tomar este assunto e tratá-lo como um pacote mais sistemático. -----

Uma questão final sobre as presenças. Desde 2016, quando lancei a minha candidatura à Câmara Municipal, ouvi a mesma frase: que eu não ficaria cá. Primeiro, não ia ser candidato e não ia até ao fim. Que desistiria a favor de Carlos Pinto. Não sei se estão recordados desse tempo. Depois não iria exercer o meu lugar de Vereador. Depois iria para uma grande empresa e, portanto, já não precisaria disto para nada. Depois vai para a televisão e já não quer isto para nada. Depois desfilou-se e, portanto, também vai sair daqui. E nunca aconteceu. -----

Se a minha assiduidade aqui não é tão exemplar quanto foi na Câmara, e o Senhor Presidente pode testemunhar isso, deve-se tão simplesmente à circunstância de algo que quero resolver aqui que é a destas reuniões, as ordinárias pelo menos, estarem marcadas anualmente como acontece em quase todas assembleias municipais do país. Não tem problema nenhum e só faz bem porque, de facto, temos vida profissional e nem sempre é possível. Mas há duas coisas que sei: a primeira, da mesma forma que disse sempre que não me ia embora, não vou; a segunda é que esta cadeira nunca ficou vazia e isso é algo que queria aqui realçar.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, após cumprimentar todos os presentes, começou “por saudar o facto de terem trazido tão importantes temas a debate aqui hoje e não é pelo facto de a Câmara Municipal não estar isenta de algumas lacunas, de algumas insuficiências que vou aqui deixar de sublinhar passos importantes que foram dados nuns e noutros domínios. -----

É certo que a preservação do mobiliário urbano é sempre muito difícil. É uma questão de civismo. Há muita gente que destrói por destruir. Falávamos há pouco aqui no funicular. Alguém se encarregou de vandalizar a porta do funicular, provavelmente por estar aborrecido por estar encerrado, mas isso não é forma de lavrar protesto. Porque estamos a falar também de espaço de mobiliário urbano, aproveitava esta ocasião para dizer que, efetivamente, ele está encerrado, por uma das placas eletrónicas daquele sistema estar, como agora se diz em linguagem técnica, descontinuado, ou seja, essa placa já não há no mercado à venda, não está disponível. Os nossos serviços, depois de terem de forma exaustiva percorrido o mercado no sentido de conseguir obter essa placa, estão a trabalhar na alteração do mecanismo do funicular, ou seja, terá que ser alterado o modo de funcionamento dele. Aquele mecanismo terá que ser alterado para que possa funcionar e servir os nossos concidadãos. É algo que ultrapassa o Município. Por muito boa vontade e por mais justas que sejam as críticas no sentido de que ele está inoperacional, mas milagres não conseguimos fazer. Não somos capazes de inventar placas que o mercado já não tem. -----

Depois falamos em espaços verdes. É verdade que há alguns espaços que não estão como queríamos. A Goldra, na prática, está desativada porque a queríamos requalificar e o projeto existe. Está aí para avançar e as governações são sucessivas e contínuas. Não terminam com um mandato

ou com um conjunto de mandatos ou com um ciclo político. E, portanto, lá estará para ser, de facto, requalificada. -----

O mesmo acontece com as casas de banho porque as que temos não são condignas. Precisamos, de facto, de outras. -----

Mas na preservação e criação de espaços, o Jardim das Artes foi uma realização deste Município, dos Executivos a que tenho tido a honra de presidir. Várias requalificações e melhoramentos foram feitas noutros que já existem e isso é visível. Como é visível nas freguesias: de Verdelhos a Vale Formoso, passando por Orjais, pelo Teixoso, pelo Paul, por Casegas, Sobral de São Miguel, Aldeia de São Francisco de Assis, ... Tantos e tantos espaços públicos que foram requalificados com a grande proatividade, é certo, dos Senhores Presidentes de Junta, mas com o apoio do Município, o apoio financeiro não só através da delegação de competências, mas também apoio específico direccionado apenas para esses mesmos espaços. E, portanto, seria profundamente injusto que aqui se dissesse que não foi feito trabalho neste domínio. Obviamente que, nestas coisas, a memória tende a ser curta ou tende a ser seletiva consoante a abordagem ou o enfoque que damos aos assuntos. -----

Por falar em espaços verdes e em requalificações, também queria aqui sublinhar a importância dos parques infantis. Demorou. Foi difícil. À exceção de uma união de freguesias que chamou a si a construção ou, melhor dizendo, a implementação dos seus parques infantis, todas as outras têm o seu parque infantil em conformidade com aquilo que tínhamos acertado, acordado e consensualizado. Também aí demos um passo significativo. -----

Depois, porque estamos a falar de zonas verdes, espaços que precisam de ser preservados e que evitem a propagação e a ignição de incêndios, dar nota que as nossas faixas de gestão estão a ser executadas. São faixas de gestão de combustível sobretudo na rede viária municipal que é a partir de onde é mais fácil a propagação de um incêndio. São 49 quilómetros e 62 hectares. Foi efetuada a limpeza em 28 lotes de terreno municipal. Muito mais haveria para dizer, mas não quero, de facto, açambarcar o tempo, nem ultrapassar as regras.” -----

3.2 – DISCUSSÃO DA MATÉRIA EM ANÁLISE NO DEBATE TEMÁTICO SOBRE “HABITAÇÃO” REALIZADO NA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 30/05/2025 E VOTAÇÃO DE PROPOSTAS DE DELIBERAÇÃO

--- Foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes (PS):** *“O debate temático sobre a habitação, trazido a esta Assembleia, pelo Partido Socialista, no passado dia 30 de maio, à semelhança de outras assembleias onde discutimos o tema, vem tentar promover a discussão sobre as causas e implementação de estratégias que o Município da Covilhã deve adotar para combater a dificuldade no acesso à habitação no nosso Concelho.* -----

No debate, acho que posso dizer que foi consensual, afirmar-se que o problema de acesso à habitação é comum em vários países da Europa e é um problema generalizado no nosso país que se sente também no nosso concelho. -----

No Município da Covilhã, com o aumento significativo de alunos deslocados, o aumento da população estrangeira, o aumento de agregados unipessoais, sente-se uma forte pressão no mercado habitacional, regista-se uma procura superior à oferta, o que provoca um aumento do custo à habitação e da taxa de esforço dos agregados familiares, seja na aquisição de imóveis ou no arrendamento, sobretudo na área da grande Covilhã. Embora o município verifique uma diminuição da taxa de desemprego e de beneficiários de RSI, o valor remuneratório médio de trabalhadores por conta de outrem é ainda abaixo do valor médio nacional, o que gera um poder de compra abaixo da média nacional. -----

O debate que se procurou promover, mais do que nos debruçarmos no diagnóstico, que já está feito na Estratégia Local de Habitação aprovada em 2021 e na Carta Municipal da Habitação aprovada em 2023, pretendia promover a reflexão sobre as medidas que poderão ser implementadas pelo Município para assegurarmos uma habitação condigna e acessível a todos os covilhanenses. -----

Á população que pela falta de recursos financeiros necessita de habitação pública de cariz social, aos jovens e às famílias de rendimentos médios que necessitam de acesso a uma habitação a preços acessíveis. -----

O que este debate veio clarificar, é que o diagnóstico presente está feito e que há uma responsabilidade coletiva para agir. Veio clarificar que os municípios sozinhos não têm capacidade para resolver o problema da habitação, que é generalizado a nível nacional e europeu, que têm de estar coordenados com as políticas estratégicas nacionais para a habitação e é fundamental se aproveitar ao máximo o financiamento público para o efeito, nomeadamente através de projetos de financiamento do PRR. -----

A Carta Municipal de habitação enuncia os caminhos, permite conhecer as realidades presentes, mas importa monitorizar as transformações demográficas, a evolução das condições socioeconómicas da população, estarmos atentos a fatores como o da imigração, ao aumento da população estudantil, no nosso caso em particular, de modo a corrigir trajetórias no diagnóstico traçado e ajustar as respostas às necessidades da população do nosso concelho no futuro. -----

A resposta tem de passar por vários objetivos, o que já está a ser feito! O desafio de requalificação, gestão e manutenção do parque habitacional, por outro lado criar uma resposta para habitação dos jovens, para a população de rendimentos médios que nos permita ser um fator diferenciador e que possibilite atrair população. O Município tem de promover a Habitação acessível de qualidade.

Não há de facto soluções mágicas nem imediatas para o problema da habitação, temos que pensar estrategicamente o futuro e procurarmos respostas municipais, respostas mistas, municipais e cooperativas, e conseguirmos atrair segmentos do setor privado para construção de habitação a preços controlados. -----

A Carta Municipal de Habitação, documento estratégico de planeamento e ordenamento do território do município, aprovado nesta assembleia, tem a função de criar mecanismos para a política de solos poder ser aprofundada, nomeadamente através de cedência de solos, bolsa de

terrenos municipais, majoração da edificabilidade para promotores que promovam a construção de habitação acessível. Bem como, estabelecer incentivos à reabilitação urbana, como já existe, pela via de reduções de taxas urbanísticas para operações em ARU's, promover a redução dos encargos urbanísticos, para quem promova a habitação a custos controlados, ou contribua para o aumento da oferta no mercado de arrendamento, promovendo assim maior viabilidade económica para os promotores. Valorizar o espaço público, como forma de incentivo para que os privados invistam e reabilitem as suas habitações. -----

Será fundamental a articulação deste instrumento de planeamento com o novo PDM, que se encontra em fase de conclusão, e será necessário a regulamentação municipal de algumas destas medidas. Pelo que o próximo mandato autárquico será determinante no desenvolvimento, aplicação e monitorização das medidas para a habitação enumeradas, para se garantir um melhor acesso à habitação para todos no concelho da Covilhã. -----

Será para isso fundamental a sensibilidade política para este tema e a experiência para a sua execução. O partido socialista, ao longo destes mandatos, procurou desde a primeira hora, criar os instrumentos estratégicos para a habitação, para que fossem aproveitados e canalizados todos os apoios de financiamento numa primeira fase através do orçamento de estado e posteriormente através do PRR. Os resultados estão à vista de todos. As intervenções feitas pelo município, no âmbito da ELH, concluídas ou em curso e protocoladas representam cerca de 10 milhões de euros de investimento feito pelo município, contabilizando-se as reabilitações nos fogos habitacionais através do 1º direito, 113 fogos municipais reabilitados, e numa primeira fase protocolados 27 fogos habitacionais para rendas acessíveis, resposta a ser desenvolvida entre o município, IHRU e a CIMBSE. -----

Estando definido como meta pela Carta Municipal de Habitação, uma reprogramação do 1º direito para 20/30 e um horizonte de 80 fogos com rendas acessíveis até 2032. -----

Para o Partido Socialista esta é uma área fundamental no desenvolvimento estruturado e sustentável do nosso concelho, que impacta diretamente na qualidade de vida dos nossos concidadãos, onde já muito foi feito, mas onde ainda há uma necessidade clara de continuar a fazer. -----

O Partido Socialista acredita que uma Covilhã com futuro passa por uma cidade inclusiva, de oferta habitacional condigna e acessível a todos, com uma resposta diversificada para os vários tipos de procura, contribuindo decisivamente para uma cidade mais justa, onde ninguém fique para trás, e todos possam encontrar o seu projeto de felicidade.” (Doc.20) -----

- Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro (Movimento “Covilhã Tem Força”): “Em relação a este tema da habitação, penso que todos concordamos que o diagnóstico está feito e, por isso mesmo, há é que o implementar e o colocar em prática, como não pode deixar de ser. -----

No entanto, deixaria aqui duas ou três notas que me parecem que fazem sentido. As primeiras notas que deixo é quanto às necessidades habitacionais, começando pela população estrangeira, passando pelos nossos idosos e terminando na população estudantil que me parece que são

realmente os setores mais importantes e que, neste momento, se encontram mais desfavorecidos em relação à habitação. -----

Faz todo o sentido que cada vez mais haja a denominada requalificação e a denominada reabilitação para ir de encontro às necessidades que existem. No entanto, e volto a atrever-me a ter assim estas ideias às vezes mais peregrinas, acho que o nosso centro histórico poderia efetivamente ficar de uma forma completamente distinta e povoado se a população estudantil para ali viesse, se efetivamente se fizesse de forma a que eles viessem a ocupar esses alojamentos que estão vagos ou, eventualmente, outros que se lhes pudessem oferecer porque um centro histórico com vida faz toda a diferença no que diz respeito às cidades. -----

Outra coisa que às vezes me parece que descuramos um tanto é que olhamos muito e a nível habitacional única e exclusivamente para a Covilhã e volto novamente a dizer esta frase: a Covilhã não pode ser o Litoral e o Concelho o Interior. O Concelho tem que fazer parte também desta solução habitacional. Não podemos única e exclusivamente pensar na Covilhã porque, se calhar, parte da solução deste problema pode passar efetivamente à volta do perímetro urbano da Covilhã, das aldeias e vilas que compõem esse mesmo concelho. Se alargarmos os horizontes, quero crer que isso é possível e todos beneficiaríamos com isso porque também as populações que neste momento estão a perder pessoas ou se tornam dormitórios ou todos querem vir efetivamente para a Covilhã e, se houvesse aqui incentivos, poderíamos estar a solucionar um problema.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** “Tivemos a oportunidade de participar no debate anterior sobre esta temática da habitação. Como é evidente e como já foi referido, os estudos da Câmara em diversos âmbitos fazem o diagnóstico, as carências existentes, os problemas económicos existentes, a procura de habitação e a inexistência de oferta, pelo menos, oferta acessível, esta questão da procura pelos estudantes, esta competição entre uma família média que pretende arrendar casa para viver na cidade e a população estudantil, a ausência do número de camas em número suficiente para a população estudantil. Parece-nos que aquilo que hoje a Universidade oferece é muito limitado para o número de alunos que necessita de habitação. -----

Como aliás foi referido e foi notório da intervenção, a Câmara apostou, e bem, na redução das taxas através das ARU's que possibilitam nos licenciamentos a questão de alguma isenção dos valores para quem se enquadra dentro destas áreas e depois há a utilização dos fundos comunitários, essencialmente ao nível do PRR para a intervenção que era necessária e era urgente na habitação municipal, na habitação social e outra habitação que a Câmara tinha disponível e era proprietária. -----

Portanto, os caminhos foram um pouco esses. Falta caminhar e fazer o resto do percurso e o resto do caminho porque, como diz o poeta, “ainda há muito caminho para fazer”. Enquanto houver caminho para fazer, terá que se fazer. -----

Terá que se fazer no âmbito logo da reabilitação urbana e da sustentabilidade da própria cidade. Ainda neste fim-de-semana tivemos o WOOL e, mesmo na zona central da cidade, encontramos espaços completamente degradados. Já agora e acompanhando também a preocupação do último interveniente, dizer que em muitas freguesias vivem o mesmo problema, onde eventualmente se

poderá avançar aqui e ali, com alguma disponibilização por parte da Câmara, com intervenção da Câmara de alguma habitação acessível também nas freguesias porque, caso contrário, com dificuldades nas freguesias, também tem dificuldades na cidade e hoje verifica-se um movimento de um aumento de população das freguesias não só por via, digamos, de alguns emigrantes que vão regressando, mas também de muita gente que vivendo na cidade, e não falo na Covilhã, vivendo na cidade de Lisboa, etc., procurando outras áreas do país onde, com as suas reformas e os seus rendimentos possam pagar uma habitação, há muita gente a deslocar-se e não são naturais do Concelho da Covilhã e destas freguesias. -----

Portanto, existe muito trabalho a fazer e muito caminho a percorrer no âmbito da reabilitação urbana. Como costume dizer, é necessário intervir, reduzir também algum espaço e alguma expansão que ao nível do Plano Diretor Municipal poderá fazer porque a expansão contínua do espaço urbano penso que traz outros problemas inerentes a essa expansão, mas é necessário reciclar espaço dentro da cidade porque, quando falamos nos centros urbanos, falamos muitas vezes em reabilitar e recuperar aquilo que existe quando é possível reciclar espaços. Espaços onde estavam casas, é possível criar os pátios desportivos. É possível criar os espaços que permitem zonas de lazer para evitar que as crianças joguem à bola ali na Rua do Notícias da Covilhã ou no pátio em frente da Igreja de Santa Maria. Ou seja, falta na zona histórica da cidade espaço onde as crianças possam ocupar os seus tempos e onde os pais também possam, digamos, estar descansados e ter as crianças em segurança e é evidente reutilizar o edificado que temos. -----

É um caminho para percorrer e a Câmara não se pode limitar à questão das taxas e à questão do aproveitamento dos fundos comunitários. A Câmara Municipal deve ter, através do seu serviço, um trabalho específico e próprio na reabilitação de edifícios. Não defendo, enfim, as chamadas sociedades de reabilitação urbana que foram uma experiência na cidade da Covilhã, mas é possível que os serviços municipais, através da sua Divisão de Urbanismo e de Obras, possam aqui e ali, por sua iniciativa e por iniciativa municipal, fazer sem estar à espera de fundos comunitários, dotando o Orçamento Municipal com uma verba específica para, de forma paulatina e por iniciativa da Câmara, também aí se avançar na reabilitação urbana e dos espaços urbanos e na oferta de habitação acessível na cidade.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Fiquei preocupado com a ironia e o sarcasmo que foi evidente na intervenção da colega Deputada do PSD, relativamente aos espaços verdes, uma forma, em meu entender, que acho que se calhar não estará ao alcance de todos: crítica, fina e inteligente em que teve a oportunidade de fazer, tendo sido entendido e incorporado como sendo uma forma de elogio, como aqui vimos. A ponte que aqui assistimos ao debate temático sobre a habitação e vimos aqui os técnicos da Câmara e os técnicos que trabalham para a Câmara dizer coisas importantíssimas como sendo que, de facto, o diagnóstico foi feito, mas não é atualizado desde o momento em que foi feito porque os serviços da Câmara não o atualizam, não lhes dão a informação para o fazer, quando é evidente que a Câmara, por muito que aqui venha dizer que agora é que vai sair o mundo e os fundos na nova estratégia da habitação e da nova política de habitação com parcerias de todo o lado e tudo o mais, esteve alheada disto até este momento. Quando vemos que efetivamente a Câmara não cumpre as obrigações básicas e legais em que tem de apresentar a esta Assembleia aquilo que são os relatórios municipais de habitação

anuais precisamente para nos permitir e para permitir à própria Câmara e aos serviços da Câmara poderem corrigir, para poderem dizer que este não é o caminho e que, se calhar, vamos corrigir para ali. Não é à vontade do Deputado ou do candidato ou do Presidente da Câmara. É sustentado com base nos pareceres técnicos, objetivos, com informação clara e evidente. -----

Vimos aqui ouvir que, afinal de contas, “há umas coisas por fazer, mas no essencial somos os melhores”. Tenho problemas de audição, mas não tenho problemas de audição seletiva como é o caso que se vê no PS nestas matérias. Aquilo que me pareceu é que é evidente aquilo que aqui foi dito pelos técnicos. Estou a falar pelos técnicos e nem sequer estou preocupado com os processos de intenções que o PS tenha dentro dele ou dos vários PS's que existam dentro do PS. Estou preocupado é com o que os técnicos dizem e não são ouvidos. -----

As questões básicas e essenciais... O PDM para a Covilhã, onde é que está? Falamos aqui de política de solos. Vimos aqui e temos a ousadia de vir dizer que as políticas dos solos na Carta Municipal de Habitação... Não Senhora Deputada. A política de solos é definida no PDM que a sua Câmara e que este PS, durante 12 anos, enfiou na gaveta e não o fez. Isto tem que ser dito porque já percebemos que a crítica fina e inteligente, infelizmente, não é entendida. É entendida como bajulação. Se calhar tenho que vir aqui olhar olhos nos olhos das pessoas e dizer “os Senhores estão enganados. Os Senhores não cumprem as partes básicas do que os próprios técnicos vos dizem.” -----

Foi aqui dito que é urgente e que é premente a articulação com as juntas de freguesia em matéria habitacional. Todos nós que andamos pelas freguesias deste Concelho, vemos a necessidade e a urgência que as juntas de freguesia tinham e têm de recuperar edificado. De facto, começa a haver fenómenos de migração interna e externa que querem ocupar zonas que não na Covilhã porque a Covilhã está como está graças à pressão urbanística relativamente aos estudantes. Mas onde é que está o resto? Quais são os trabalhos que estão a ser feitos com as juntas? Zero! As juntas respondem, mas as casas continuam por fazer e as obras feitas. -----

Aquilo que percebo é que estamos aqui perante evidências, como aliás já vimos a reportagem fotográfica que foi feita aqui, da forma como a Câmara olha e trata a Covilhã com a incúria e viemos aqui fazer de conta que, afinal de contas, somos os maiores do mundo. Isto para mim, peço desculpa e sinto-me porque também sou filho de boa gente, é um atentado à inteligência e temos que o dizer publicamente porque não basta aqui vir dizer que está tudo bem e que afinal nisto da habitação a Covilhã é um exemplo a seguir. Não, não é e é preciso corrigirmos e ouvirmos os técnicos para pormos em prática aquilo que eles dizem.” -----

- **Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira (PPD/PSD):** “A última Assembleia Municipal e o debate ocorrido sobre esta temática, infelizmente não mudou o diagnóstico que tínhamos feito. -----

O PS herdou um parque vasto, mas não o mantiveram eficazmente nem o fizeram crescer. -----

Anunciaram programas, mas pouco ou nada executaram. -----

Continuam a diagnosticar quando já deviam estar a fazer balanço da obra executada. -----

É tempo de inverter esta tendência e, por isso, o PSD apresentou na altura e repete agora nesta Assembleia propostas claras e concretas. Vamos uma vez mais a elas: -----

1. Aceleração das reabilitações em curso com a atribuição imediata aos agregados mais vulneráveis; -----
2. Transformar arrendatários de habitação social em proprietários, através de contratos de propriedade resolúvel. Se já existem, queremos saber quantos foram feitos. Na altura fizemos a pergunta e não nos foi respondida; -----
3. Criar uma bolsa municipal de arrendamento acessível que mobilize o parque privado para ofertas a preços controlados; -----
4. Avançar com um programa específico de residências universitárias em parceria com a UBI e promotores privados; -----
5. Finalizar urgentemente a revisão do PDM que agora o Deputado também mencionou para libertar solo urbano destinado à construção acessível; -----
6. Lançar um programa de reabilitação energética e de acessibilidade para idosos e pessoas com mobilidade reduzida; -----
7. Reutilizar imóveis devolutos em plano de intervenção prioritária e onde legalmente aplicável expropriação; -----
8. Criar um grupo de técnicos e ação rápida nas freguesias para resolver definitivamente os processos de ruína; -----
9. Apoiar candidaturas aos apoios ao PRP e de reabilitação energética em curso. -----

Estas foram as nossas propostas. Tantas vezes que fomos acusados de não ter propostas e de não as identificar. Elas têm sido identificadas ao longo das Assembleias Municipais quando falamos sobre esta temática. -----

Caros Deputados, caros Covilhanenses, repito o que disse na última Assembleia Municipal: a política da habitação na Covilhã precisa de sair da gaveta, entrar na casa das pessoas e resolver o problema dos Covilhanenses. -----

O PSD tem memória de quem fez, de quem construiu, de quem não se esconde atrás de PowerPoints, de estratégias em execução ou de desculpas burocráticas. -----

Chegou o momento de mudar, de fazer da habitação realmente uma prioridade real e efetiva, mas essa mudança não virá com a mesma política.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** iniciou dizendo não querer “ser fastidioso com esta questão. Aliás, na última sessão este tema foi aprofundado e debatido. Veio aqui quem sabe desse assunto, quem nos tem acompanhado, quem nos tem dado consultoria e quem conhece a realidade de outros municípios. Aliás, a insistência de várias e vários Senhores Deputados Municipais, procurando encontrar aqui alguma coisa que não estivesse da nossa parte a ser cumprida, reiteraram pelo menos por três ou quatro vezes que fomos pioneiros. Fomos dos primeiros municípios a avançar com uma Estratégia Local de Habitação a sério e estamos a cumprir as regras e a desenvolver todos os esforços que são necessários para essa finalidade. -----

Não cometo a injustiça de achar que há aqui Senhoras ou Senhores Deputados Municipais que não estão preocupados com esta temática. Esta é uma temática transversal em termos de preocupação mundial e europeia. Aliás, é o grande problema das sociedades modernas mesmo em países muito desenvolvidos e, portanto, o que todos temos que fazer é gritar menos e fazer mais em conjunto, como aqui foi dito pelos senhores técnicos que estamos a fazer aquilo que tínhamos que fazer. Candidatámos aquilo que temos que candidatar. Pagámos a habitação que foi, em boa hora, construída na Covilhã para as pessoas mais desfavorecidas e dei-vos aqui os números que são reais e concretos e que estão nas plataformas. Estes não precisamos de ir a ver a nenhuma outra plataforma, não obstante de concordar com muito do que aqui foi dito relativamente àquilo que tem de ser melhorado em termos de transparência. -----

Muito esforço tem sido despendido. No centro histórico, deram-se passos significativos e a Câmara deu o exemplo requalificando edifícios emblemáticos, icónicos e dando facilidade, apoiando quem efetivamente está e tem requalificado o centro histórico. É verdade que isto não se faz tudo nem de supetão, nem de uma só vez. Leva muitos anos. Costumo dizer que os dois casos paradigmáticos em Portugal de requalificação urbana são Guimarães e Évora. Agora perguntem-me que respondo quando é que eles começaram a trabalhar isto. Há 50 anos! Aqui começámos a fazer habitação social ainda no mandato do Senhor Augusto Lopes Teixeira. Reporto-me sobretudo àquelas casas ali nas proximidades do Estabelecimento Prisional e da Escola Secundária Frei Heitor Pinto. Depois prosseguiu, e bem, com o Presidente Carlos Pinto, que construiu aquilo que construiu e a verdade é que pagámos porque isto é intergeracional. Isto para dizer que somos pessoas de bem – a Câmara tem que ser pessoa de bem, os compromissos assumidos por um presidente ou por um executivo têm que ser honrados pelos que se lhe sucedem, e foi o que fizemos. Mas, para alocar quase 20 milhões de euros que tivemos de pagar pelas casas que, como digo e repito, em boa hora foram construídas, obviamente que deixámos de alocar este dinheiro durante um determinado período à sua requalificação ou à construção de nova habitação. -----

Apesar disso, já demos a volta por cima. Já pagámos a dívida e estamos a fazer habitação nova. Estamos com uma estratégia correta que foi aqui, no fundo, saudada pela empresa que referiu que trabalha para muitos municípios de todas as cores políticas. Não veio aqui fazer favor nenhum. É só ouvirem as gravações. Portanto, o trabalho tem que continuar, tem que ser feito e é um esforço coletivo. -----

O PDM está em curso, como sabem. Vamos entrar agora na fase de discussão. É um documento, enfim, moroso onde intervêm dezenas e dezenas de entidades que fazem com que nem sempre consigamos, dentro daqueles prazos que pretendíamos, concretizar metas que estão a ser ultrapassadas e essas dificuldades com a nossa valorosa equipa de técnicos do Município estão a trabalhar para também nesse domínio propiciar as melhores condições em termos de futura e contínua ação em prol da habitação no nosso Concelho. -----

Mesmo assim, como já disse, requalificámos e melhorámos. Fomos à eficiência energética. Fomos requalificar casas que estavam praticamente inabitadas e este trabalho tem que prosseguir, tem que ser feito. Não termina agora. Continua. Desejo que continue porque é bom sinal, sendo certo que temos todos a noção, voltando ao início da minha intervenção, que o problema da habitação já não é só das classes mais desfavorecidas. É da classe média porque a classe média em Portugal, infelizmente, já não tem rendimentos suficientes, muitas vezes, para requalificar a casa que tem

há muitos anos, que herdaram, que construíram, que compraram já há muitos anos e que até já pagaram, mas que agora querem dotá-la de melhor eficiência energética, querem melhorar e para isso é preciso haver, de facto, apoios. -----

Depois também a nível governamental, e esta crítica é dirigida aos dois governos, ao anterior do Partido Socialista e ao atual do Partido Social Democrata, que é: têm que por mão no IHRU. O Instituto da Habitação em Portugal não funciona e, sobretudo, não funciona de acordo com aquilo que são os prazos do PRR. É que temos fundos comunitários para aplicar com esta finalidade e não o conseguimos fazer, nós e todos os municípios. Estamos todos com este problema. Se forem a uma reunião, como eu vou, da Associação Nacional de Municípios Portugueses, veem autarcas de todos os partidos políticos a dizer o que vos estou aqui a dizer. Portanto, isto não é um assunto de politiquice ou de partidarite ou de coisa que o valha. É uma questão objetiva. Não estou a falar na competência das pessoas. A pessoa pode ser muito competente, mas se não lhe forem dados meios para agilizar procedimentos... porque em Portugal temos esta dificuldade. É um problema transversal. Olhem, por essas e por outras é que quando o PS e o PSD não se entendem em questões de regime e questões fundamentais, depois há outros que aparecem e crescem.” -----

- **Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes (PS):** “Só esclarecer o seguinte porque, de facto, houve algumas bancadas que trouxeram algumas sugestões e propostas onde veem eventualmente o futuro para a habitação no Concelho. Aquilo que alguns Deputados fazem é trazer alguma retórica em que se fala mal de tudo e todos, se diz que os outros é que ouvem muito mal, mas porventura se calhar ouviram mal os técnicos que estiveram cá neste debate temático em que referiram precisamente a questão do financiamento, que é um problema que é transversal a Portugal e transversal até nomeadamente à Europa. Por isso é que o PRR teve verbas associadas exclusivamente a questões da habitação. Não somos os únicos. Não somos o único concelho com este problema. Não somos o único país com este problema. Portanto, é uma coisa muito mais transversal. -----

Há determinados mecanismos que têm que ser assumidos não só para a habitação de cariz social, mas também, como o Senhor Presidente dizia e bem, para outro tipo de habitação que neste momento é necessária, seja para os jovens que se querem emancipar, seja para as famílias de médios rendimentos que não têm capacidade financeira para fazer face, neste momento, aos custos com a habitação. Estas verbas são extremamente necessárias para isso. -----

Por outro lado, o Senhor também não deve ter estado muito atento quando se referiu que até ao seu próprio governo fez alterações relativamente à cedência dos espaços, aquando da aprovação dos futuros loteamentos, onde para além de terrenos e áreas destinadas a espaços verdes e equipamentos poderia haver também um benefício na aprovação de determinados loteamentos, se forem cedidas também áreas para essa habitação, para a promoção de habitação a custos controlados. Isso tem a ver com a regulação dos solos e a utilização dos solos. Obviamente que o PDM está articulado com outros planos, Senhor Deputado. O PDM não se cinge exclusivamente a si só. Existem outros planos complementares e que não estão dissociados. Por seu turno, estão integrados. Portanto, eventualmente, se calhar pode desconhecer isso também.” -----

--- A presente sessão foi interrompida pelas 13:05 horas para almoço. -----

--- A sessão reiniciou pelas 15:15 horas, não estando presente o Senhor **Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso)**. -----

3.3 APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

--- Foi presente informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal que faz parte integrante da presente ata, ficando, para os efeitos legais, arquivada em pasta própria. -----

--- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** abdicou do seu tempo para apresentação do assunto. -----

--- Foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro (Movimento “Covilhã Tem Força”)**: “A única questão que queria efetivamente aqui levantar é só que estamos novamente perante um extenso relatório de 108 páginas e continuamos a pugnar que este documento deveria conter no mínimo uma coluna comparativa com o período homólogo, de forma a que efetivamente se pudesse fazer uma apreciação muito mais consolidada do que aquilo que habitualmente acontece e, como tal, era a única questão que eu queria realmente levantar ou deixar como sugestão.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV)**: “Verificar que nos registos do BUPi ainda só temos uma taxa de execução de 28,12%, o que me parece que é uma taxa de execução baixa e penso que deveria levar o Executivo a implementar ou dinamizar esta iniciativa. -----

Depois chamar a atenção para a necessidade de limpeza de vários terrenos. Na cidade exige-se muitas vezes, na proteção contra incêndios, a limpeza dos terrenos que se encontram à volta da área urbana a 50 metros de habitações e temos na cidade situações que anualmente se repetem também. Estou a falar na limpeza de terrenos nas traseiras do prédio do ex-fomento. Há um terreno privado que cria problemas constantemente e anualmente e que, neste momento, como é evidente, está ali próximo de um equipamento público, de habitações sociais e de habitações também particulares, zona de estacionamento que a Câmara Municipal, através da AdC ou através dos seus meios, deveria proceder à sua limpeza o mais rápido possível. -----

Na leitura da informação, aparecem várias iniciativas no âmbito do desporto e da cultura, mas fico sempre com a sensação de que estas atividades são muito centradas, concentradas muitas vezes

na cidade e desenvolvidas, enfim, para a população aqui da área urbana. A questão que colocava era que, à semelhança da delegação de competências em diferentes áreas nas juntas de freguesia, se não seria possível também com as juntas de Freguesia trabalhar um protocolo, um acordo, uma delegação de competências que possibilitasse às juntas de freguesia desenvolver atividades no âmbito da cultura. Cada freguesia tem o seu calendário cultural anual, mas sendo a área da cultura e do Desporto uma competência da Câmara, poderá delegar nas freguesias. Daria a sugestão de também nesta área dar essa possibilidade para que as juntas de freguesia, de acordo com o calendário, propostas da Câmara, propostas próprias, pudessem localmente também ter a capacidade financeira para desenvolver estas atividades. -----

Depois a velha questão em que iniciei a Assembleia Municipal: a questão do Secretário Executivo da CIMBSE e a questão das concessões no Concelho da Covilhã. Parece que é consensual hoje que a existência de duas ou três concessões diferentes, uma na Grande Covilhã, outra na zona Sul do Concelho e outra do Norte, cria diferenças e discriminações. Penso que o Executivo deveria rever esta situação porque é, de facto, discriminatório termos regimes diferentes de mobilidade no Concelho, o que nos leva a questionar onde é que são aplicadas as verbas do PART no Concelho da Covilhã nas duas concessões e se é legítimo ou correto manter trabalhadores a pagar 80/90 € pelo passe para se deslocarem para o seu local de trabalho para o Tortosendo, para o Parque Industrial do Tortosendo por exemplo. Existem vários trabalhadores da zona que vão para a *Benoli* e para outras empresas e que ao ganharem o salário mínimo mais esta verba do passe cria algumas dificuldades para além da discriminação, a falta de equidade e todos os adjetivos que se poderão colocar aqui. Tendo conhecimento disto já há vários anos, não vejo qualquer iniciativa do próprio Executivo para resolver isto. Os próprios beneficiários do Cartão Social Municipal, os maiores 65 anos, os das freguesias só têm direito a 12 viagens por mês, ou seja, só têm direito a deslocar-se a sede de Concelho, por exemplo, seis dias por mês. Portanto, são 12 viagens que têm de crédito. Acho que, enquanto os maiores 65 do Teixoso ao Tortosendo, podem utilizar o transporte diariamente e várias vezes sem terem esse constrangimento. -----

Ouvi entre reformados levantar esta questão da promessa do 100% para os maiores 65 anos. Portanto, questionar o Senhor Presidente da Câmara quanto ao cumprimento desta promessa feita, aquando o aumento para 75% do benefício do Cartão Social, de que este ano chegaríamos ao 100%. Pelo menos é essa a informação que é pública e, portanto, não há transmissões aqui individuais. Até poderia haver, mas é pública. Ouvi na rádio que, de facto, essa promessa existiu e que, se há promessas, é evidente que a Câmara é uma pessoa de bem e procura cumpri-las.” -----

- **Dra. Joana Petrucci Dias Rocha (CDS-PP):** “Estamos, ao que tudo indica, na penúltima sessão da Assembleia Municipal deste mandato e já houve muitos elogios. Nestas sessões, há evolução da informação escrita que nos é apresentada. Eu própria elogiei, mas foi sol de pouca dura. Já não tenho vontade de elogiar. Em primeiro lugar, porque isto não foi um favor que nos foi feito a nós, Membros da Assembleia Municipal. Foi cumprir a Lei. Mesmo assim ela continua a não ser cumprida e as explicações que o Senhor Presidente dá, para mim, são inaceitáveis, como dizer-me que a omissão total sobre a atividade nas empresas municipais (que o Senhor Presidente, na última Assembleia, me disse reconhecer que sabia e estar perfeitamente ciente que era uma obrigação legal prestar essa informação) não a pode prestar porque a informação não lhe chega por parte

das empresas. Não aceito esse argumento. Isto não acontece uma vez por mandato. Não acontece sequer uma vez por ano. É obrigatório em cada Assembleia e, portanto, não pode o Senhor Presidente querer que se tome como bom esse argumento. Se não lhe fazem chegar a informação, o Senhor Presidente, para cumprir uma obrigação que é sua, tem de a exigir e, se não lhe for apresentada, então explicar-nos porquê e todos tiraremos as ilações que quisermos, quem as quiser tirar. O que é facto é que essa informação continua totalmente omissa. É a habitual opacidade à volta das contas e da atividade das empresas municipais que se reflete também na informação escrita e, portanto, isso para mim é incompreensível. Já não tenho esperança de a ver na informação escrita, mas deixo aqui dito que é incompreensível que não se queira transmitir esta informação que é obrigatória e que consta da Lei. -----

Depois também chegamos ao final do mandato sem que a informação escrita tenha qualquer informação quanto à Divisão de Recursos Humanos. Não sabemos nada sobre vagas, sobre candidaturas, sobre mobilidades, sobre promoções e talvez porque nos últimos dias ou nas últimas semanas isso tem estado na ordem do dia graças a uma série de despachos que sabemos que foram emitidos. Já não me vou pronunciar sobre a legalidade ou ilegalidade, mas, ao contrário, pelo menos do que era habitual, houve promoções com obviamente impacto salarial em massa nos últimos dias e, portanto, esta situação torna-se ainda mais premente, assim como nas empresas municipais em que também é completamente omitida da informação escrita toda a área de recursos humanos. -----

Por fim, quanto aos processos judiciais, a informação não foi dada durante muito tempo. Depois passou a ser dada, mas aquela que é dada é quase, desculpem-me a expressão, o mesmo que nada. Não há sequer uma informação sobre a contingência financeira que esses processos podem implicar, de quanto é que estamos a falar, de qual é a responsabilidade do Município, de qual é a percentagem ou os valores aproximados que o Município pode ver como entrada nas suas contas nesses processos. Portanto, nem o que é favor, nem o que é contra, não há informação absolutamente nenhuma. Há uma informação absolutamente vaga e, em muitos casos para quem percebe um bocadinho do que ali está, absolutamente imprecisa sobre o processo e a fase do processo. -----

Mais uma vez dizendo sem qualquer esperança de ainda ver uma informação escrita, o Senhor Presidente também diz “depois queixam-se que é muito grande”. Pode ter as páginas que tiver. Tem é de ter a informação que precisamos. Bem sei que não tem índice. Bem sei que não é fácil lê-la e procurar alguma informação em concreto que queiramos encontrar, mas há quem a leia. Sabemos que há quem a leia e quem a lê gostaria de ter lá tudo aquilo que se espera que esteja e, portanto, se for possível e se na próxima sessão da Assembleia tivermos uma informação escrita digna de ser louvada, serei a primeira a fazê-lo. Ao que tudo indica, será a penúltima.” -----

- **Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira (PPD/PSD):** “O documento da informação escrita reflete a atividade do Município nos diversos setores da sua governação. -----

Na última vez que me coube a mim, em representação do Grupo Municipal do PSD, analisar e avaliar a informação escrita sobre a atividade do seu Executivo, parabeneizei a evolução técnica do

documento e verifico que o mesmo continua a evoluir tecnicamente e, portanto, saúdo novamente por isso. -----

No entanto, continuamos a ter no documento algumas lacunas e imprecisões, muitas atividades que não se conseguem quantificar, não tem percentagem de execução e são meramente descritivas, não podendo assim analisar o efetivo impacto de certas atividades, tanto ao nível do trabalho do Município como ao nível do verdadeiro impacto na comunidade. -----

Também constatamos a ausência de determinados assuntos de relevante importância, pelo que interpelamos Vossa Excelência no sentido de nos esclarecer a esse respeito. -----

Voltámos a verificar que no documento nada é referido no que diz respeito à alteração às normas de funcionamento do Teatro Municipal e volto, com alguma mágoa, a este assunto principalmente da sua utilização pelas várias coletividades do Concelho, escolas e outras entidades de cariz cultural e desportivo. -----

Continuamos com números mensais muito baixos de espetáculos e as nossas associações sem agenda disponível. Não se entende. O atual modelo continua sem servir os interesses dos municípios. Na última vez que abordámos este assunto mostrou-se sensível ao mesmo. -----

Já temos alguma novidade sobre esta matéria e onde estão explanadas as atividades mais prementes para a resolução dos problemas graves e estruturantes para o Concelho e para os nossos concidadãos? Como vai fazer com as promessas que ainda não cumpriu? É que há bem pouco tempo dizia-nos que ainda ia cumprir. Falo em vários assuntos: nos parques verdes que não criou e que não requalificou. A Goldra é o caso mais gritante, mas não é o único; falo das inúmeras redes viárias do Concelho que continuam por requalificar – a Avenida Montes Hermínios, o Eixo TCT, a estrada Sobral-Casegas, etc.; falo do quartel da GNR do Tortosendo; e falo do famoso acesso à Serra da Estrela, aquele famoso acesso que durante estes 12 anos foi-se falando e nada passou do papel. Questionamos o que nos vai dizer desta vez e o que é que podem os Covilhanenses esperar neste em particular. -----

Termino, um bocadinho na sequência daquilo que a Deputada Joana dizia, para reforçar um erro que nos parece um erro grosseiro de gestão que é: o documento, mais uma vez, reflete muito mais informação sobre a atividade do município, no entanto, a informação financeira continua a ser genérica, um quadro final muito sucinto que pouco informa e continuamos sem ver qualquer menção aos resultados das outras entidades exigidas por Lei que esperemos que, nas próximas informações escritas, já estejam corrigidas.” -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS):** “Quero também, nesta parte da agenda da Ordem de Trabalhos da Informação Escrita do Senhor Presidente, aproveitar para colocar algumas questões precisamente sobre o tema que já hoje aqui falámos dos espaços verdes e equipamentos urbanos e que os Deputados Municipais que me antecederam, nomeadamente a CDU e o PSD, colocaram.

Começaria por elencar aqui um conjunto de intervenções que relembram esta câmara, porque todas elas passaram por aqui, muitos dos exemplos que gostaria de perceber. -----

Relembro aqui, por exemplo, a extraordinária zona balnear do Paul que está hoje dotada de um espaço fantástico para usufruto no Verão e que, creio e espero eu pelo menos, ainda seja formalmente inaugurado por este Executivo, pese embora já esteja a ser utilizada há vários anos.

O mesmo aconteceu na zona balnear do Sobral de São Miguel, na valorização do Centenário Sobreiro da Rua do Sobreiro e no parque infantil que lá foi construído; na zona de lazer e no parque infantil de Casegas; na praia fluvial e no parque infantil de Unhais; na piscina e no parque infantil da Erada; no parque de *fitness* da Aldeia de São Francisco de Assis e da Barroca; no parque de merendas do Cristo Operário, também com parque infantil; no parque de merendas da Aldeia do Souto; no parque infantil também da Aldeia do Souto e outro em Vale Formoso; no campo de futebol da Aldeia do Souto e no campo de futebol da Aldeia de Vale Formoso; no Pavilhão Desportivo de Vale Formoso; nos trilhos pedonais em todo o Concelho com mais de cento e muitos quilómetros; na zona de lazer da Sesmarias; no parque de *fitness* e no parque infantil do Dominguiso; na construção do parque infantil e do parque de lazer do Teixoso; na piscina do Teixoso e no arranjo do espaço exterior da zona verde exterior; na requalificação do parque de merendas da Fonte dos Amieiros também no Teixoso; na construção do parque de merendas da Atalaia também no Teixoso; no parque infantil junto à escola do Teixoso; no campo de futebol Maia Campos que está em andamento também no Teixoso; na requalificação do Jardim de São Salvador (um espaço verde e espaço de usufruto público); no parque infantil no Tortosendo; no parque infantil no Peso, no parque infantil em Vales do Rio, nos parques verdes no Peso e em Vales do Rio, na zona de lazer de Beijames; no parque comunitário de Verdelhos que inclui o parque infantil, os equipamentos de fitness, o campo de futebol, campos de futebol de praia, mobiliário urbano diverso, bar de praia, etc.; no parque do Olival e no parque infantil em Orjais onde temos no parque do Olival uma reabilitação belíssima. Aliás, tivemos há poucas semanas, a oportunidade de participar na sua inauguração. -----

Concluindo a intervenção, aquilo que gostaria é se o Senhor Presidente porventura pudesse esclarecer, no âmbito daquilo que é o tempo que falta deste mandato para chegar ao fim, quais são as expetativas que tem ainda para concretizar alguns projetos de reabilitação urbana, de equipamentos e mobiliário urbano e também de espaços verdes no nosso Concelho.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** iniciou “pelo programa *PART* e pela questão relacionada com a vinda do Senhor Secretário Executivo da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, começando por dizer que não o podemos convocar. Não temos legitimidade nem política, nem temos a prerrogativa de convocar o Senhor Secretário. Podemos convidá-lo e tenho a certeza que, desde que lhe seja reiterado o convite, ele virá. Agora ele não é obrigado a vir aqui porque ele não é membro deste Órgão, não é membro do Município. É de uma entidade supramunicipal. Tenho a certeza, até daquilo que conheço dele como cidadão e como responsável, que ele virá assim que lhe seja novamente reiterado o convite e, portanto, a convocatória tem assim uma carga um pouco negativa. -----

No entanto, indo à questão fundamental, não é verdade, Senhor Deputado Municipal Vítor Reis Silva, que a Câmara não tenha, ao longo dos anos começando por governos do Partido Socialista, insistido publicamente com o Primeiro-ministro, com o Ministro das Infraestruturas, com outros

responsáveis ministeriais em contexto de vários fóruns, de *workshops*, de conferências em que intervenho sistematicamente e deixo a nota de reprovação pelo facto de no interior de Portugal (não falo só pela Covilhã) estarmos a ter um tratamento diferenciado e negativamente discriminatório. Às vezes fala-se em discriminação positiva. Não. A diferenciação positiva é uma coisa. Isto é discriminação, mas isso é transversal aos governos em geral que são muito pressurosos em acudir às pretensões dos nossos concidadãos do Litoral que têm esse direito e isto não é lançar mão daquele sentimento corrosivo que é muito inerente à condição humana que é o da inveja porque não invejamos quem está bem. Queremos estar tão bem ou melhor que eles, mas pelo menos igual e, por conseguinte, não nos calaremos. Nunca me calarei enquanto os cidadãos do Interior não forem tratados em pé de igualdade com os do Litoral. -----

O flagrante é que já me ouviram em vários discursos, intervenções em momentos solenes, para além daqueles que já referi, a mencionar o facto de em Lisboa, por exemplo, se pagar 30 € por um passe e aqui se pagarem quase 200€. Alguém que mora nos confins ou nas zonas mais distantes da nossa sede de Concelho, desde que seja multifamiliar, se somarmos inclusive os membros do agregado familiar, muitas vezes ultrapassa sensivelmente metade do ordenado mínimo nacional. Isto é incomportável, incompreensível, irracional e injusto. Ninguém entende que isto assim funcione. -----

Não sou voz única a falar nisso. Muitos colegas meus, presidentes de câmara de outras áreas políticas também e não só daqueles que são meus correligionários, mas também outros que justamente reivindicam igualdade de tratamento para quem tem que ser transportado. -----

Aquilo que falou há pouco na ideia que lancei relativamente aos reformados, quero dar nota que tinha agendado amanhã à tarde uma reunião com a Inter-reformados e com outras entidades que neste domínio vão falar comigo para exatamente fazermos o ponto da situação relativamente a esse assunto. Não podendo ser realizada amanhã, sê-lo-á na quarta-feira. Não obstante vossas excelências serem lídimos representantes do Povo e tendo sido solicitado por eles para falar com eles em primeiro lugar, depois terei o gosto e o prazer de, daquilo que resultar dessa reunião, vos poder transmitir aquilo que acho que é justo e curial que façamos. -----

Informação escrita, simultaneamente para as Senhoras Deputadas Joana Rocha e Vanda Ferreira – Alguém disse um dia, na atual Alemanha, que a política é a arte do possível e nem sempre politicamente conseguimos fazer aquilo que desejamos. Apesar da boa vontade, das obrigações que temos em cumprir os preceitos legais, em nos esforçarmos por isso, a nossa Câmara, como muitas outras, são máquinas muito pesadas e são-no cada vez mais. Aliás, a talhe de foice, tem tudo a ver com a boa intervenção que tivemos aqui de manhã acerca da questão da transparência e da participação cívica. São tantas as exigências, os filtros, as entidades que, no fundo, nos controlam, nos monitorizam, nos acompanham que passamos grande parte do nosso tempo, a fazer este trabalho, o que se vem refletindo também a nível das próprias obras que queremos concretizar e, muitas vezes, se atrasam porque temos essa dificuldade do ponto de vista administrativo, jurídico, burocrático, enfim, procedimental e essas dificuldades são muitas vezes difíceis de ultrapassar. -----

Tinha todo o gosto, Senhoras Deputadas Municipais, de vir aqui e de vos dar toda essa informação pela qual pugnam. Não temos nada a esconder. Quem nada tem a esconder, não tem problema

nenhum em o revelar. Aliás, na senda daquilo que falámos de manhã, de plataformas, ... das primeiras coisas que fiz quando cheguei à Câmara, conjuntamente com quem me acompanhou e devo isso também aos nossos Diretores, nossos Chefes de Divisão e a muitas outras pessoas, foi efetivamente tornar a Câmara mais transparente. Não estou a dizer que não o era antes do ponto de vista da seriedade de quem cá estava. Não estou a questionar a seriedade de ninguém. Só que o processo decisivo decisório tem um *modus operandi*. Tem um princípio, meio e um fim. -----

Hoje toda a gente tem acesso ao que se faz na Câmara da Covilhã. Está tudo digitalizado, circula na rede da Câmara. Mas há algum segredo no que diz respeito às tomadas de decisão que não estejam refletidas nos documentos? Tem que estar porque se não estiverem não são legais. Os decisores políticos podem ter a sua vontade, mas se ela não estiver devidamente alicerçada em pareceres técnicos... Os políticos cada vez estão mais condicionados à opinião técnica. Não estou a censurar. Estou apenas a constatar e não sou especialista nem em pontes, nem em estradas, nem em outras questões de natureza técnica e, obviamente, tendo nós um excelente corpo técnico na Câmara Municipal, temos que nos louvar deles. Temos que nos socorrer deles para nos dar a opinião e a opinião deles é decisiva para isso porque não basta a vontade política. É preciso fundamentar tecnicamente aquilo que se decide. Ai do político nos dias que corre, que não cumpra do ponto de vista da decisão aquilo que está fundamentado tecnicamente. Significa que está a prevaricar, que está a decidir ao arrepio da Lei e depois tem sérios problemas que são consabidos e conhecidos daquilo que efetivamente acontece por este país fora. -----

Portanto, não de convir que tudo isto conjugado e fazer tudo isto não é fácil e condensá-lo depois também à informação escrita quando na verdade, Senhoras Deputadas, isto está mais do que evidenciado. Por exemplo, falou nas ações judiciais. Sobretudo por dever de ofício, sabe que há informações que, do ponto de vista judicial, não podem nem devem ser trazidas a público sem que o processo tenha um desfecho porque há fases do processo, e a Senhora muito bem disso sabe por boa profissional que é, que são sigilosas. Não vamos expor aquilo que é o nosso argumentário, o nosso trunfo do ponto de vista jurídico e factual. Não vamos trazê-lo aqui para a Assembleia Municipal condensada na informação escrita porque os nossos adversários, quem está do outro lado, têm acesso a essa informação e, portanto, não o devemos fazer até para defender o próprio Município e para a defesa do interesse público. -----

Passa até pela quantificação. A Senhora Doutora vai compreender exatamente isso. Imagine-se que, numa determinada ação judicial, estamos a discutir qual é que é o valor a que o cidadão, a empresa ou entidade tem direito. Se for dizer ou se lá se plasmar qual é que é a avaliação que a Câmara faz do montante que provavelmente ou alegadamente pode vir a ser pago, estamos a admitir, na prática, que a essa entidade com quem temos um litígio lhes estamos a conceder razão. Estas coisas, como sabem, não são lineares. -----

Do ponto de vista político - até pelo papel que a oposição tem e deve fazer e é sempre louvável que exista a oposição séria, credível e que estuda os dossiês -, a informação escrita é a arte do possível, fazendo todo o esforço para que ela seja o mais profunda e fidedigna sob esse ponto de vista. -----

Perguntou a Senhora Dra. Vanda Ferreira relativamente a obras. O quartel da Guarda Nacional Republicana está em andamento. Esteve suspenso porque, quando a obra se iniciou, a empresa

detetou problemas no solo, daqueles que não eram previsíveis e as fundações, como sabem, são fundamentais para que algo se alicerce, neste caso um edifício de um futuro quartel que todos almejamos no Tortosendo. Esteve suspensa para análise do assunto, para melhor estudo, para se fazer a reavaliação desse impacto e, neste momento, a obra já retomou o seu curso e prosseguirá como tal. -----

No que diz respeito a redes viárias, ninguém renunciou ou pôs de lado ou relegou para último plano a estrada entre Peraboa e o Ferro. Não é rotunda. É o Ferro. Como sabem e estou a falar nisto pela enésima vez, as obras de valor superior a 400.000 € são obrigatoriamente submetidas a um novo crivo. Lá está, as regras da transparência. Antigamente, essa obra neste momento já estaria em curso a sua execução. É jurisprudência do Tribunal de Contas e não vou discutir se estou de acordo ou não. O Tribunal de Contas tem as suas razões e só temos é que respeitar. O Tribunal é um órgão de soberania. Tem jurisprudência desde março deste ano que obriga todas as obras de valor superior a 400.000 € a terem a revisão de projeto e já expliquei aqui que a revisão do projeto visa apurar se o que está previsto no projeto é ou não adequado e compaginável com a situação concreta para evitar derrapagens e obras a mais. Portanto, temos que cumprir essas obrigações. O que é que isso na verdade obriga também? Obriga a que se demore mais tempo. -----

Há algum presidente de câmara ou algum presidente de junta que não queira executar, que não queira fazer ou não queira realizar? Não há aqui nenhuma vontade de não fazer, de não executar, de não concretizar. Queremos é que os nossos concidadãos estejam bem-dispostos, que estejam felizes, que tenham a sua vida facilitada todos os dias, com bons acessos, cómodos, seguros, etc. As indicações que tenho dos nossos diretores é que, de facto, a qualquer momento poderá vir o parecer final relativamente a essa matéria e começaremos a obra, com toda a probabilidade (não posso assegurar porque não gosto nunca de faltar à verdade), antes das eleições. -----

Já agora, a esse propósito e múltiplas conversas que tenho mantido com algumas e alguns dos senhores presidentes de junta, o mundo não termina no dia das eleições. É que conversamos todos como se houvesse um corte abrupto e não houvesse continuidade. Quem vier, quem o Povo da Covilhã escolher tem que continuar e tem que honrar os compromissos. Estão aí os projetos. Há dotação financeira. Há, no fundo, condições para prosseguir esse caminho. Quem vier tem condições para continuar aquilo que encetei e, portanto, o mundo não termina no dia das eleições. Claro que é a minha vontade e é a vontade de todas as Senhoras e Senhores Deputados, designadamente dos Senhores(as) Presidentes de Junta porque é quem está mais próximo das pessoas, quererem que as coisas aconteçam antes das eleições até porque querem prestar contas. Já agora, faço aqui um parêntesis. Também vou prestar contas. Nos próximos dias editarei um livro a prestar contas aos Covilhanenses com aquilo que fiz. Não tudo. É impossível. Já tem centenas de páginas e para quem se está a rir, depois vai-se rir a ler e a ter que engolir o sorriso irónico quando lá vir o que foi feito. Depois é uma chatice. Mas factos são factos e, portanto, isto para dizer que todos queremos que as coisas aconteçam. -----

Sei que também está preocupada com o muro. Só temos aqui um problema: se o muro já está feito, não o podemos pagar. Não podemos pagar muros já realizados. Podemos pagar aquilo que falta fazer.” -----

- **Cristina Maria Conde de Campos Barata (Peraboa)**: Interrompeu a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal dizendo que “o muro está feito desde setembro do ano passado.”

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** retomou a palavra dizendo que “o que estiver feito e não tiver apoio documental e decisório quer por parte do Município, quer por parte desta Assembleia obviamente que não podemos pagar coisas que já foram realizadas. Aquilo que faltar realizar nesse domínio honraremos o compromisso assumido. Sei que houve aí um equívoco. Já agora também vou falar nisso porque eu próprio pensava que o muro já estivesse feito e pago pelo Município. Pelos vistos está feito, mas não está pago pelo Município. A Senhora também herdou essa situação e, por conseguinte, vamos tentar no fundo, cumprindo a Lei, ajudar naquilo que é possível e, portanto, lá estamos a honrar os restantes compromissos: casa mortuária, etc. -----

Ainda relativamente a obras, há várias para fazer. Ninguém renunciou. Aliás, como disse, a seguir também vamos debatê-lo no âmbito da Alteração Modificativa n.º 8 ao nosso Orçamento, na verdade a única obra que admitimos desde já que não conseguimos, para muita pena minha e tenho a certeza que vossa e designadamente muitos Covilhanenses que vêm do Canhoso para a Covilhã, é aquela obra entre a Rua Alçada Padez e a rotunda do Operário, dado o seu também valor elevado e a dificuldade que existe. O valor para este efeito não é o valor do custo. É o valor para efeitos de revisão de projeto. Dificilmente a conseguiremos realizar antes do presente exercício. É irracional que este dinheiro esteja no fundo alocado a uma obra que sabemos de antemão que dificilmente se poderá concretizar por razões alheias à nossa vontade. Não é algo que dependa de nós. É algo que, no fundo, não conseguimos fazer por esse mesmo facto. -----

Agradeço as questões colocadas pelo Senhor Deputado Hélio Fazendeiro relativamente aos muitos exemplos que aqui deu porque, quem tivesse ouvido de manhã e ainda assim também procurei pelo menos avivar a memória de muitas coisas que foram feitas no que diz respeito ao tema que hoje discutimos “equipamento urbano e zonas verdes”. Esses exemplos que acabou de dar são mais elucidativos relativamente àquilo que a gente fez. -----

Se me perguntarem se queria ter feito mais, pois é claro que gostava de ter feito mais. Mas lá voltamos à política como a arte do possível. Estamos a trabalhar. Continuamos a trabalhar até ao último dia e aquilo que está programado é para ser feito, podendo e devendo ser feito: alcatroar no Sul do Concelho, dando o exemplo aos Governos da República, sejam eles quais forem, de que para nós as zonas mais longínquas do centro da cidade têm os mesmos direitos. As pessoas e as populações têm os mesmos direitos que têm os nossos concidadãos da cidade, com todo o respeito que todos nos merecem. -----

Quero dizer-vos que vamos alcatroar a estrada entre, passo a publicidade, a superfície comercial “*Bom Dia*” ali no Canhoso até à Ponte dos Costas. É uma zona que está bastante degradada que merece e precisa de uma intervenção. Só agora conseguimos. -----

Vamos ainda realizar também uma estrada, em termos de requalificação, entre a Aldeia do Souto e Vale Formoso; vamos da Ponte da Alvares até à rotunda que está sensivelmente equidistante do Ferro e de Peraboa; e depois, seguindo aquela obra que estamos à espera que é em *outsourcing*,

portanto por empreitada, que vai de Peraboa até ao Ferro e depois vamos continuar por meios próprios da zona do cruzamento do Monte Serrano até à Ponte Pedrinha. -----

Não renunciamos ao T. Uma coisa é a gente conseguir fazer por empreitada, outra coisa é fazê-lo através dos nossos meios, daí estarmos a alocar, por exemplo, grande parte do valor daquela estrada que falei há pouco que não é possível, enfim, requalificar. Estando mal, não está tão mal quanto estão outras. E, portanto, na impossibilidade de conseguirmos fazê-la até ao final do mandato, alocarmos essas verbas (bases asfálticas, toutvenant, areias, alcatrão) para, pelos nossos meios, fazer aquilo que estamos a fazer no Sul do concelho. Assim que de lá sairmos, regressamos aqui, podendo porventura, se for o caso e se for possível, fazer algumas paragens (leia-se incursões) a outros sítios ou alguns interregnos. Mas isso já depende mais dos nossos meios e da nossa direção técnica do que da vontade política do Presidente da Câmara. Uma coisa é a vontade política do Presidente da Câmara e outra coisa é a possibilidade dessa vontade se materializar sob esse ponto de vista. Debateremos daqui a pouco, porventura mais aprofundadamente, a questão no âmbito da alteração modificativa. -----

Não atirámos com a toalha ao chão. Apenas temos que ser racionais. Se não conseguimos concretizar determinada obra, vale mais alocar esse dinheiro a outras que se podem concretizar. Seria uma irracionalidade não utilizar esse dinheiro com essa finalidade que é virtuosa, louvável e adequada àquilo que pretendemos e não queremos discriminar ninguém (leia-se no sentido como comecei a intervenção relativamente aos transportes que é prejudicar quem quer que seja). Queremos é beneficiar todos. Esse é o nosso propósito e é por isso que a Câmara Municipal e o Executivo, na sua plenitude, querem concretizar.” -----

- **Cristina Maria Conde de Campos Barata (Peraboa):** “O que nos está a preocupar, Senhor Presidente da Câmara, não é propriamente a estrada que já está prometida pelo Município há mais de 12 anos. Nunca foi feita. Continuamos a chutar para o mandato seguinte e tudo mais. O que nos preocupa mesmo é aquela palavra que o Senhor Presidente disse no início do seu discurso que é a chamada “discriminação”. O que é que chama à Freguesia de Peraboa onde os Peraboenses, que votaram neste Município pela maioria, quando eles só podem trabalhar na cidade da Covilhã do mês de setembro ou mês de junho? Hoje foi o primeiro dia que Peraboa ficou sem transportes públicos de Peraboa para a Covilhã de manhã. A população de Peraboa, neste momento, toda a gente que trabalha na Covilhã tem que andar à boleia de Peraboa para o Ferro porque deixámos de ter autocarro. Calculei que o Senhor Presidente não soubesse. -----

Acerca do muro, ninguém diz ao Senhor Presidente que o muro está pago. O muro foi feito em setembro. Ainda sei as regras da Câmara e estou à espera de assinar o protocolo para poder pedir a fatura e pagar o respetivo muro. “Está-se a rir? Está a achar piada? Eu não, porque eu é que estou sem os 25.000 €!” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** “O Senhor Presidente afirmou que a Assembleia não pode convocar e só pode convidar o Secretário Executivo da CIMBSE. Não é isso que diz o n.º 5 do artigo 25.º, alínea a) que fala mesmo em convocar até ao limite de duas vezes por ano o

Secretariado Executivo. Estou a falar na Lei das Autarquias Locais (Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). Não está atualizado. Verifiquei no *site* e a Lei está atualizada.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que “o único que está atualizado é o da Procuradoria-Geral da República de Lisboa.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV)**: Afirmou ser “esse mesmo que abri agora e quando fiz o requerimento na época já lá estava (há oito anos).” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** referiu que “cá estou para dar a mão à palmatória quando as pessoas têm razão. Não sou teimoso por ser teimoso, pois uma coisa é ser persistente, outra coisa é não reconhecer quando não se tem razão. Mas a minha ideia, de facto, é que não tínhamos esse poder. Se me está a dizer, acredito em si. Nem é essa a questão fundamental. A questão fundamental é que ele cá venha e quanto mais cortês for melhor.” -----

- **Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD)**: “Tive alguns pedidos agora nas últimas semanas e comprometi-me, com as pessoas que me falaram nesta situação, a expor o assunto. A Mafalda também o fez na intervenção com alguma ironia. Deixava-lhe esse convite provavelmente para perceber o que se passa. Se for uma pessoa que resida na Avenida 25 de Abril, onde sabemos que a faixa etária das pessoas aí residentes já não é propriamente baixa, na Rua Cidade do Fundão, nos Penedos Altos e também na Rua Mateus Fernandes, estamos a falar da parte Sul da cidade em artérias que já têm alguns anos onde a população que a evita também ela já está numa faixa etária com idade considerável, não conseguem passear nas suas ruas à noite. A temperatura durante o dia, neste momento, é difícil para pessoas dessa idade e até desaconselhável, e à noite gostariam de passear. As condições dos passeios e as condições da iluminação nessas artérias, aquilo que convida essas pessoas a saírem à rua, provavelmente vão parar ao chão e, portanto, pedia-lhe mesmo esse favor porque estou apenas a ser voz de algumas pessoas que chegaram ao pé de mim e que me transmitiram isso. Experimente. Vá lá conhecer às 21h30/22h00 e veja se é possível passear nestes locais que lhe estou a sugerir. -----

A partir dessa conclusão, tente fazer ainda alguma coisa porque acho que estamos ainda a tempo de poder corrigir esses erros. Como lhe digo, estou apenas a transmitir problemas das pessoas que aí vivem.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** referiu acompanhar essas “preocupações relativamente aos nossos concidadãos que têm dificuldade em se locomover. Convém não esquecer que são artérias, sobretudo as da parte mais baixa da cidade, muito antigas numa altura em que o planeamento urbanístico era o que era. Não estou a criticar ninguém. Não havia planeamento como hoje existe felizmente. Não é nenhuma crítica nem para os decisores políticos, nem para os técnicos do Município. Aliás, era como as construções. Tempos houve em que cada

um construía o que queria, onde queria, no leito de cheia, a meia encosta, num sítio qualquer. Já lá vai este tempo. Costumo dizer um pouco que não se deve brincar com isso, mas digo um pouco com essa também ironia no tempo em que os animais falavam e, portanto, hoje temos que nos cingir àquilo que existe. É como arranjar passeios em zonas que são estreitas e as pessoas circularem, aquelas que precisam infelizmente de circular com o seu carrinho de rodas, aqueles que levam bebés, aqueles que têm, no fundo, mais dificuldade em se deslocar claro que essas pessoas sentem estes problemas mais do que aqueles que ainda, felizmente, têm essa facilidade.

Acompanho essa preocupação e naquilo que ainda for possível que se faça. Aliás, há uma ordem genérica no Departamento de Obras para arranjar passeios e escadas porque muitas escadas existem também a ligar várias artérias na nossa cidade. Temos a vantagem de ter uma linda cidade com orografia de uma cidade de montanha, mas essa orografia é difícil de vencer e, portanto, temos, de facto, essas dificuldades. Mas não posso estar mais de acordo consigo, sendo que na iluminação, como sabe, lançámos o concurso para uma iluminação mais intensa e mais amiga do cidadão, também mais barata em termos de custos para o erário público e, portanto, tudo conjugado, queremos que no futuro as pessoas possam circular melhor, com mais segurança e acompanho-os, de facto, nessa preocupação.” -----

- **Mafalda Lourenço Nunes (PPD/PSD):** “Na Rua Conde da Ericeira, da zona que vem a descer da biblioteca, há aí duas passadeiras e uma dessas passadeiras, neste momento, tem pouquíssima iluminação devido às árvores e ao resto da vegetação que existe. Também seria importante passar para os serviços essa informação porque existe realmente muita gente que passa aí diariamente e, mais uma vez, à noite, às vezes, podemos ser atropelados.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que “é claro que fica registada essa nota relativamente ao assunto que aqui traz.” -----

3.4 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE O RELATÓRIO DA COMISSÃO ESPECIALIZADA – ESTUDO DE TRAÇADO DO IC6 (FOLHADOSA – COVILHÃ)

--- Na sequência do email da Comissão Especializada – Estudo de Traçado do IC6 (Folhadosa – Covilhã), datado de 27 de junho de 2025, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido apreciação e deliberação. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- O assunto foi apresentado pelo **Coordenador da Comissão**, o Senhor Deputado Municipal **Eng.º João Manuel Flores Casteleiro**. -----

“Estou hoje aqui em representação da Comissão para o Estudo do Traçado do IC6 para, no fundo, apresentar o fruto de seis meses de trabalho e dedicação por parte de todos os membros desta Comissão. Um período em que, estou certo, todos aprendemos muito sobre esta matéria, de maneira a estarmos agora a apresentar um relatório que indique fundamentalmente qual o caminho que o Município da Covilhã deve seguir, tendo em vista a concretização desta ambicionada infraestrutura. -----

Começo por recordar os objetivos definidos por esta Assembleia aquando da criação da Comissão:

- Estudar a problemática do traçado do IC6 entre o nó da Folhadosa, Seia e o nó do Parque Industrial do Tortosendo na Covilhã, nomeadamente através da análise de alternativas via Pedras Lavradas e via Túnel de Alvoaça; -----
- Recolher depoimentos que considere relevantes por forma a apresentar uma proposta de recomendação ao plenário informada e participada que defenda os interesses da Covilhã, das suas freguesias e de toda a região. -----

Já foi dito pelo Senhor Presidente, mas esta Comissão foi constituída por treze elementos: um representante de cada grupo municipal – o Senhor Deputado Luís Rodrigues do PSD, a Senhora Deputada Joana Petrucci Rocha do CDS, o Senhor Deputado Vítor Silva do PCP, o Senhor Deputado Fernando Pinheiro do “Covilhã Tem Força” e por mim próprio em representação do Partido Socialista – e os restantes oito elementos convidados a integrarem a Comissão foram os Presidentes de Junta da Aldeia de São Francisco de Assis – Joana Campos, da União de Freguesias de Casegas e Ourondo – César Craveiro, de Cortes do Meio – Jorge Viegas, da Erada – João Ramos Almeida, do Paul – Gabriel Gouveia, de São Jorge da Beira – Paulo Quintela, de Sobral de São Miguel – Sandra Ferreira e de Unhais da Serra – José Guerreiro, por estes representarem as populações que mais diretamente são afetadas pelas variações do traçado do IC6. -----

A Comissão realizou oito reuniões: análise de estudos e documentos para a recolha de contributos, em que foram ouvidas entidades essenciais para a execução da obra: a IP e a Câmara Municipal de Seia, por exemplo, bem como o Professor Dr. Vítor Cavaleiro da UBI, identificado como alguém conhecedor da alternativa traçado via túnel da Alvoaça; e ainda reuniões para deliberações de propostas a apresentar em plenário. -----

Salientar que, nas reuniões com entidades externas, os membros da Comissão contaram com o precioso apoio dos serviços técnicos da Câmara Municipal da Covilhã, nomeadamente o Senhor Diretor do Departamento de Obras e Planeamento – Eng.º Jorge Vieira e a Senhora Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão de Cofinanciamento de Investimento - Eng.ª Isabel Matias. -----

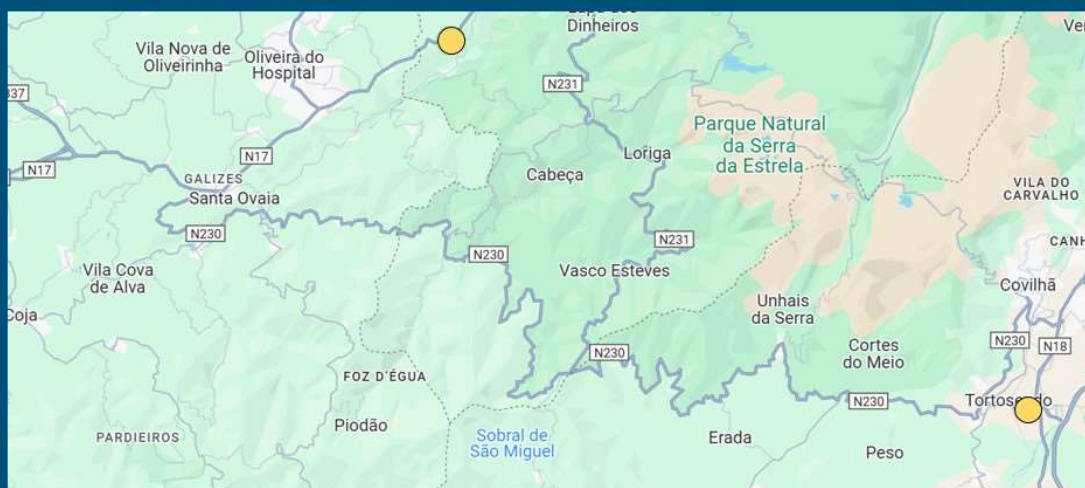
A todos, sem exceção, deixo desde já um agradecimento público por toda a dedicação e trabalho no âmbito desta Comissão. -----

Todo esse processo de reuniões, estudos e audições resulta então neste relatório final, contendo a análise e conclusões dos signatários por forma a que possam servir de base para as decisões políticas a tomar pelo Município da Covilhã. -----

O IC6, que prevê ligar a Covilhã a Coimbra, encontra-se no Plano Rodoviário Nacional desde a sua criação em 1945. A elaboração do plano de execução do troço Covilhã-Pedras Lavradas encontra-se incluída no Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela, aprovada há menos de um ano e meio. Este itinerário encontra-se ainda na proposta final do Programa Regional de Ordenamento do Território do Centro (PROT Centro) finalizada neste ano de 2025. -----

A inclusão do IC6 em todos estes documentos estratégicos regionais e nacionais reforça a relevância que esta obra tem, não só para nós a nível local, como também para toda a região centro e para o país. -----

O IC6 (estado atual)



Começando pelo estado atual do IC6, neste momento o IC6 encontra-se aqui nesta zona da Nacional 17, no Concelho de Tábua, Candosa-Tábua. Para terem noção, neste momento está em projeto de fase de execução este troço aqui, cerca de 19 quilómetros entre a Candosa e Folhadosa-Seia, neste ponto amarelo, e o que analisámos na Comissão foi a ligação deste ponto amarelo ao Parque Industrial do Tortosendo, ligação do IC6, que é o troço que falta para concluir a obra. Portanto, este troço aqui são cerca de 40 quilómetros desde a Folhadosa até à A23, junto ao Parque Industrial do Tortosendo. -----

Análise de Alternativas via Pedras Lavradas

Vamos começar pela hipótese das Pedras Lavradas. Esta alternativa tem por base uma Avaliação Ambiental Estratégica promovida pela Estradas de Portugal com foco nas estradas do Plano Rodoviário Nacional, situadas na Região Centro Interior, nomeadamente na zona da Serra da Estrela. Essa avaliação foi realizada em 2006. -----

Segundo o relatório não técnico do Estudo Prévio do IC6 existente, nesta Avaliação Ambiental Estratégica foi e cito *“analisada uma rede rodoviária para os IC6, IC7 e IC37 na zona da Serra da Estrela que permitisse, de forma integrada, uma melhor proposta global aos imperativos de sustentabilidade territorial e melhoria das acessibilidades regionais, atendendo a critérios de ordem social, ambiental e económica.”* -----

Avaliação Ambiental Estratégica (2006)



Essa Avaliação Ambiental Estratégica analisou estes cenários. Foram três cenários. -----

O primeiro cenário (cenário A) era o Cenário de Base que já estava no Plano Rodoviário Nacional de 2000, que vem da zona da Covilhã para a zona de Alvoco das Várzeas a dar a Venda de Galizes. Vinha mais direito a Coimbra. Um cenário B que era um Cenário Extremado, com mais túneis, que ia até Seia e depois era por túnel até Manteigas a Verdelhos e ia dar ao Teixoso. E um cenário C que era um Cenário Compósito, como eles identificam, que no fundo é outro cenário que acabou a ser adotado que vem da zona de Tábua até ao início do concelho de Seia-Folhadosa e depois vem para baixo para a zona de Vide e segue para as Pedras Lavradas até à Covilhã. -----

Importa aqui frisar que em nenhum momento os técnicos especializados que elaboraram esta Avaliação de Impacto Ambiental 2006 para a Estradas da Serra da Estrela, colocaram um cenário de atravessamento do Parque Natural da Serra da Estrela, ou seja, esta parte aqui que é a zona do Maciço Central. Em nenhum momento colocaram esse cenário de atravessamento do Parque Natural pelas Freguesias de Loriga, Alvoco da Serra, entrando no Concelho da Covilhã via Túnel de Alvoaça. A declaração ambiental desta avaliação concluiu pelo cenário C como critério preferencial no entendimento que o mesmo representa e volto a citar *“uma optimização do desenho da rede rodoviária definido no PRN para a zona em causa”*. Ainda o mesmo relatório justifica a decisão por, volto a citar, *“permitir o afastamento do maciço central e dos limites do Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE), beneficia não só a preservação de uma zona de maior sensibilidade ambiental e paisagística, como permite que o tráfego associado ao turismo, recreio e fruição da paisagem seja protegido”*. -----

Estudo Prévio IC6 - Tábua/Covilhã (2010)



Na sequência das conclusões da Avaliação Ambiental Estratégica, foi então elaborado um estudo prévio, mais uma vez por entidades especializadas, com consulta pública para o traçado IC6 entre Tábua e a Covilhã. Esse estudo foi publicado em Diário da República em 2010, estabelecendo então a servidão *Non Aedificandi*, coincidente com o traçado via Pedras Lavradas e aprovado em

Declaração de Impacto Ambiental. Ou seja, e isto é um ponto importante, este traçado do IC6 foi viabilizado pelas entidades ambientais. -----



Esta parte toda entre a Folhadosa e o Parque Industrial do Tortosendo foi dividido em três troços pelo estudo prévio. O primeiro troço que chega aqui a Poente da Erada. Isto aqui fica entre a Erada e os Trigais. Um segundo troço aqui com a Erada no meio que vem ou acima ou abaixo. E um terceiro troço mais na ligação ao Parque Industrial do Tortosendo a partir da zona do Ourondinho.

Em cada um dos troços foram identificadas duas soluções por estudo prévio. Só esta aqui sobre as Pedras Lavradas só havia a solução 1. A segunda não tinha. Aqui era a tal a Norte da Erada ou a Sul da Erada e esta era mais próxima da Nacional 230 ou mais longe da Nacional 230. -----

A Declaração de Impacto Ambiental, aprovada em 2010, opta pela solução 1 em todos os troços. -

A Comissão considera que essa mesma solução 1 é a que melhor defende os interesses das populações no troço 1 e 3. -----

No troço 1, por duas razões essenciais: -----

- 1.^a Existência do Nó das Pedras Lavradas com especial importância para o isolamento do território a Sul dos concelhos da Covilhã e de Seia, tanto na ligação destes a Coimbra como inclusive na ligação de Sobral de São Miguel e Trigais à Covilhã que veriam reduzidas drasticamente as distâncias temporais à cidade; -----
- 2.^a A segunda razão é a solução 2 deste troço 1 ser bastante mais cara, prevendo o contorno do Parque Natural em túnel quase constante desde a zona de Trigais até Alvoco das Várzeas e daí até perto de Folhadosa. -----

O troço 3, a Comissão também considera a solução preferencial por estar mais próxima da Nacional 230 e assim possibilitar a existência do Nó de Cortes do Meio. Este nó não ficou contemplado no

estudo prévio, mas deve ser reivindicado numa fase de projeto de execução, sobretudo em benefício das Freguesias de Cortes do Meio e de Unhais da Serra. -----

A Comissão discorda apenas da solução escolhida para o troço 2 que é aquele troço que fica que fica no meio. -----



Este é o troço 2. Como veem, a parte que foi aprovada ambientalmente e que estava na servidão é esta parte de cima. Passa aqui junto ao cemitério de Erada, mesmo no cimo da aldeia. A solução 2 passa aqui mais próxima da estrada entre o Ourondinho e o Paul, que está aqui em baixo e tem aqui o nó à entrada do IC6, na parte abaixo da Erada na parte Sul. -----

Para a Comissão, neste troço, a solução 2 é claramente a que melhor serve as populações. Nesta solução, o Nó da Erada localizar-se-ia a Sul da aldeia, junto à Nacional 343-1, permitindo que as freguesias de Paul, Ourondo, Casegas, Aldeia de São Francisco de Assis e São Jorge da Beira usufruam diretamente do IC6 na sua ligação à cidade da Covilhã, com ganhos de cerca de cinco minutos em relação à solução 1. Isto porquê? Porque, no fundo, tinham que atravessar quando vinham das freguesias. Em vez de entrarem logo aqui no corte para a Erada, tinham que atravessar a Erada toda para chegar lá acima ao nó que estaria na parte mais alta. -----

Embora a Declaração de Impacte Ambiental do IC6 conclua pela aprovação da solução no troço 2, ou seja, da parte a Norte, não são mencionadas na referida DIA – Declaração de Impacto Ambiental diferenças substantivas entre as duas soluções em termos de impactos ambientais, dando a entender que será semelhante entre as alternativas. Acresce que, no relatório não técnico do estudo prévio, volume IV do Estudo de Impacte Ambiental, na parte da análise comparativa traçados e conclusões, vem explícito que no troço 2 e cito *“totalmente inserido no concelho da Covilhã, abrangendo Espaços Verdes/Naturais (áreas de protecção e valorização ambiental); Espaços Agrícolas”*. Neste troço, considera-se que a solução ambientalmente mais favorável é a solução 2, tendo em consideração que apresenta uma menor afetação a nível hidrogeológico, cabeceiras de linhas de água e áreas de máximas infiltrações e furos privativos. Interfere com um

menor número de setores sensíveis à qualidade do ar e não implica afetação de habitações e impactos significativos na paisagem. -----

Face ao exposto e existindo estudos que o sustentam, afigura-se como possível para a Comissão uma alteração do traçado inicialmente previsto no estudo prévio nesta zona da Erada, a fim de beneficiar as populações do Sul do concelho. -----

Quanto à Declaração de Impacte Ambiental e Servidão *Non Aedificandi*, conforme informámos esta Comissão na passada sessão de abril, a Servidão *Non Aedificandi* do IC6, ferramenta fundamental para a salvaguarda da exequibilidade deste projeto estruturante, caducou já no decurso dos trabalhos desta Comissão. Para se proceder à criação de nova servidão, será necessária a aprovação, por parte do Governo, de um estudo prévio e da sua submissão à nova avaliação de impacte ambiental. Será a Declaração de Impacte Ambiental resultante desta avaliação que suportará a criação de nova servidão *Non Aedificandi* e permitirá avançar, finalmente, para a fase de projeto de execução do IC6. -----



Traçado via Túnel da Alvoaça -----

Uma das primeiras iniciativas da Comissão foi fazer o levantamento de toda a documentação referente ao IC, a maioria dela com 20 anos ou mais, por forma a poder estudar devidamente a hipótese de traçado via Túnel da Alvoaça. -----

A documentação em que é feita referência a este túnel é bastante rara, tendo sido por isso úteis as explicações dadas pelo Professor Dr. Vítor Cavaleiro aos membros da Comissão, relativamente a este túnel que ligaria Unhais da Serra a Alvoco da Serra. A partir desse contributo, foi possível analisar essa alternativa, embora naturalmente, sem o detalhe da alternativa via Pedras Lavradas por nunca ter sido realizado qualquer estudo técnico do IC6 que incluísse o Túnel da Alvoaça. Acresce o facto de, aquando a realização da Avaliação de Impacte Ambiental Estratégica às

parte do percurso foi analisado pelo estudo prévio de 2010 desde o Parque Industrial do Tortosendo à zona de Taliscas. Daí à Nacional 230, analisando a orografia, não são plausíveis grandes obstáculos à construção do IC. No entanto, se porventura se avançasse por esta via, seria essencial a construção de um nó nesta zona de Taliscas por forma a servir a população do Sul do concelho. -----

Importa ainda referir que, para a Comissão, em caso algum fará sentido o aproveitamento da Nacional 230 para transformação em IC, tanto pela sinuosidade que acarretará esse trajeto que levará a menor segurança e a redução de velocidade de circulação, como pela perda de ligações rodoviárias a aglomerados populacionais. -----

Resta analisar o troço a partir da saída do Túnel Alvoco da Serra até à Folhadosa, onde a orografia já é substancialmente diferente. Este troço estaria integralmente no Concelho de Seia e atravessaria por completo o Parque Natural da Serra da Estrela, nomeadamente zonas altamente protegidas ambientalmente. O trajeto teria de contemplar obrigatoriamente outros túneis de considerável dimensão, bem como longos viadutos para atravessamento de vales acentuados, previsivelmente nas freguesias de Alvoco da Serra, Loriga, Sazes da Beira, Sandomil, não se antevendo qualquer ganho em termos de investimento financeiro, bem pelo contrário. -----

Para a Comissão a hipótese de melhoramentos na Nacional 231, para dar continuidade ao IC em Alvoco da Serra, volta a ser descabida, rejeitando-a totalmente. Tal situação não serviria os interesses das populações, uma vez que em caso algum reduziria o tempo de viagem entre Covilhã e Coimbra relativamente ao praticado atualmente, nem conferiria conforto e segurança às viagens.

Concluindo esta análise às alternativas de Pedras Lavradas e Túnel da Alvoaça, é importante frisar que, quer uma opção, quer a outra, beneficiariam muito significativamente o Concelho, a região e o país. No entanto, o facto de não existirem estudos relativos à hipótese do Túnel da Alvoaça torna impossível calcular com exatidão diferenças de tempo e quilometragem entre as alternativas, prevendo se, no entanto, que estas sejam muito reduzidas. -----

A questão da provável inviabilidade do trajeto pelo Túnel da Alvoaça em termos ambientais, pelas dezenas de quilómetros de atravessamento do Parque Natural da Serra da Estrela e até por não ter sido considerada em Avaliação Ambiental Estratégica de 2006, é fator de preocupação quando comparamos com a hipótese de Pedras Lavradas. -----



Contributos de Outras
Entidades

Como referi logo no início, a Comissão recebeu contributos de entidades e personalidades que ajudaram à formação de conclusões. É desses contributos que irei falar agora. -----

A Câmara Municipal de Seia – O Município de Seia terá sempre de ser considerada um parceiro estratégico fundamental para a realização desta obra, ainda para mais quando qualquer trajeto adotado atravessará obrigatoriamente do território de Seia. Revestem-se por especial importância os contributos dados pelo Presidente da Câmara Municipal de Seia – Luciano Ribeiro – à Comissão para o Estudo de Traçado IC6. Para o Presidente da Câmara de Seia, o caminho a seguir é o que consta do estudo prévio existente, aproveitando o trabalho já realizado e não optando por recomeçar tudo de novo, sob o risco deste importante investimento para ambos os municípios nunca se vir a tornar realidade. Luciano Ribeiro considera que haverá sempre espaço para pequenas correções de traçado numa fase posterior, mas que, num momento em que nos encontramos, devemos unir esforços para que o Governo avance para o projeto de execução previsto no Plano de Revitalização da Serra da Estrela, isto é, pelo traçado via Pedras Lavradas e para Infraestruturas de Portugal. -----

A audição com representantes da IP – Infraestruturas de Portugal ficou marcada pela informação que nos foi transmitida da iminente caducidade da Servidão *Non Aedificandi* do IC6 para o troço Folhadosa – Covilhã. A partir dessa realidade, a IP confirmou existirem dois caminhos possíveis, tendo em vista a reativação da servidão mencionada: -----

- A elaboração de um novo estudo prévio, isto é, instar o Governo a avançar para a elaboração do novo estudo prévio para o IC6, com novo estudo de alternativas, num processo que levará, no mínimo dos mínimos dois anos e a que seguirá a submissão de estudo prévio para a Avaliação de Impacte Ambiental, processo estimado em pelo menos mais seis meses; -----
- Outra solução é a submissão do estudo prévio existente, isto é, instar o Governo a submeter o estudo prévio, que foi realizado em 2010, à nova Avaliação do Impacte Ambiental, poupando o tempo que levaria à elaboração de novo estudo prévio e aumentando as probabilidades de Declaração de Impacte Ambiental positiva, dado que o traçado já foi aprovado anteriormente. -----

Parecer Técnico da Câmara Municipal da Covilhã – Como já referido anteriormente, a Comissão para Estudo do Traçado do IC6 contou, nas audições realizadas, com o valioso apoio técnico dos serviços camarários. Por essa razão, a Comissão considerou relevante solicitar aos serviços um parecer técnico escrito, colocado anexo ao relatório, no qual deveria constar a opinião dos técnicos sobre os traçados analisados nas reuniões e qual deverá ser o caminho a seguir pela Câmara Municipal da Covilhã, tendo como objetivo a concretização da obra. -----

O Parecer Técnico assinado pelo Diretor do Departamento de Obras e Planeamento, Eng.º Jorge Vieira, e pela Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão de Cofinanciamento de Investimento, Eng.ª Isabel Matias, que corrobora em larga medida as conclusões da Comissão, refere que o estudo prévio existente mantém a validade técnica e pode ser retomado e atualizado pelas entidades competentes. No que concerne a nova Declaração de Impacte Ambiental, é ser previsível que a solução anteriormente aprovada seja novamente validada. -----

Em contrapartida, o Parecer afirma que a adoção de uma solução alternativa que inclua o Túnel da Alvoaça, cuja viabilidade técnica, ambiental e económica não se encontra estudada ou demonstrada, exigiria a elaboração de um novo estudo prévio, atrasando um processo que já se encontra largamente atrasado. -----

Alerta ainda que a solução via Túnel de Alvoaça apresenta desvantagens significativas do ponto de vista territorial, uma vez que ignora e exclui diversas populações que seriam servidas pela alternativa das Pedras Lavradas. -----

Do ponto de vista funcional, o Parecer diz não se justificar a solução de um perfil de autoestrada, sendo possível procurar-se o redimensionamento das obras de arte, viadutos e túneis, já previsto no estudo prévio de forma a poderem, no futuro, permitir o alargamento da via para o perfil de autoestrada. -----

O Parecer conclui confirmando que a opção por um traçado já estudado é a mais realista, célere e tecnicamente fundamentada para garantir a viabilização da obra a curto e médio prazo. Dessa forma, os órgãos autárquicos locais devem mobilizar-se para, e cito, *“insistir junto do Governo na revalidação do estudo prévio e na reposição da zona de servidão, devendo incluir-se nessas diligências a recomendação de se optar pela solução que contorna a povoação de Erada a Sul.”* -----

No momento da criação da Comissão ficou estabelecido que esta deveria apresentar uma proposta de recomendação ao plenário, resultante das conclusões que retirasse. Assim, tendo por base todos os contributos recebidos, analisadas as alternativas de traçado e condicionantes de todo o processo que poderá levar à construção do troço do IC6 Folhadosa-Covilhã, a Comissão para Estudo do Traçado do IC6 entende como solução mais adequada a que considera o traçado via Pedras Lavradas, aproveitando o estudo prévio realizado em 2010. -----

A opção via Túnel da Alvoaça não só carece de estudos que assegurem a sua viabilidade e hipotéticas vantagens, como atrasaria ainda mais a concretização desta infraestrutura essencial para a Covilhã. Acresce ainda o facto de, comparativamente ao trajeto pelas Pedras Lavradas, a alternativa via Túnel da Alvoaça prejudicaria as populações do Sul do Concelho, já por si cronicamente desfavorecidas. -----

Importa, por isso, avançar urgentemente com os procedimentos necessários para a conclusão do IC6 e que todas as entidades regionais, nomeadamente autarquias, se unam em torno desta causa.

Assim sendo, por todo o exposto neste relatório, a Comissão para o Estudo do Traçado do IC6 recomenda ao Executivo Municipal a:” -----

Proposta de Recomendação

Instar o Governo Português a submeter o Estudo Prévio elaborado em 2010, com trajeto pelas Pedras Lavradas, a nova Avaliação de Impacte Ambiental, por forma a obter nova Declaração de Impacte Ambiental que permita a reativação da Servidão Non Aedificandi do IC6, no troço Folhadosa - Covilhã

Proposta de Recomendação

Recomendar ao Governo Português que opte pela Solução 2 do Troço 2 do Estudo Prévio para a ligação Folhadosa - Covilhã, isto é, para que o IC6 passe a sul da Erada, favorecendo a ligação de várias freguesias ao IC e assim reduzindo as distâncias temporais destas aos núcleos urbanos, promovendo coesão territorial

Proposta de Recomendação

Defender, em fase de Projeto de Execução para o troço Folhadosa - Covilhã, a integração do Nó de Cortes do Meio com ligação à N230, por forma a que Cortes do Meio e Unhais da Serra possam também usufruir devidamente desta infraestrutura

Proposta de Recomendação

Procurar que o IC6 seja construído de forma a facilitar o seu alargamento futuro, nomeadamente através do redimensionamento das obras de arte previstas, para que, justificando-se, seja exequível a sua posterior transformação em perfil de autoestrada.

--- Colocado à apreciação, foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** “Quero saudar o trabalho da Comissão. Da apresentação que o João Flores Casteleiro aqui fez, efetivamente o mais importante é que isto ande para a frente e que não estejamos mais 10 ou 15 ou 20 anos a falar em soluções, a fazer estudos de impacte ambiental e que isto não seja uma prioridade para o país, para o desenvolvimento do interior e que, independentemente de questões, não fiquem absolutamente resolvidas na solução encontrada que o futuro depois possa trazer essas soluções e a

complementaridade com populações que eventualmente agora possam não ser tão beneficiadas quanto outras soluções que podiam ser encontradas, mas que no futuro isso venha a acontecer. -

A reflexão que tenho, que fiz agora recentemente e também pelos trabalhos da manhã, acho que efetivamente esta pode ser uma boa forma de trabalhar porque todos temos que repensar a forma como estamos nos órgãos e acho que esta solução da Comissão de Trabalho pode ser efetivamente uma boa forma de se produzir trabalho, de se ouvir, de se chegar a conclusões e de caminharmos, ainda que, aqui ou ali, esta ou aquela força partidária possam ter que abdicar um pouco daquilo que achavam ser a solução, para bem de para bem de todos. -----

Parabéns mais uma vez pelo trabalho realizado.” -----

- **Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro (Movimento “Covilhã Tem Força”):** “Só duas notas. Congratulo-me de ter tido o privilégio de ter feito parte desta Comissão e, naturalmente, deixo um cumprimento a todos e a cada um que dela fizeram parte. Comissão, naturalmente, dos vários quadrantes políticos e civis, no sentido da sociedade civil da qual faço parte, e também das sensibilidades das várias freguesias. -----

Nem sempre estivemos todos de acordo, mas penso que a pluralidade de ideias imperou e isso foi natural e democraticamente saudável. -----

Ouviram-se atentamente várias entidades e todos os contributos foram importantes e enriquecedores para a elaboração do relatório final, sendo que os Senhores técnicos camarários foram efetivamente incansáveis e imprescindíveis e o seu contributo sempre esclarecedor. Há que o enaltecer, pois permitiu respostas a todas as dúvidas que se colocaram. -----

Tal como também já foi dito e não há dúvidas nenhuma que se iniciem as obras e o mais rapidamente possível. -----

Uma palavra final de apreço ao Presidente da Comissão, Senhor João Flores Casteleiro. Sei que ele não gosta destas coisas, mas também não ficaria de bem comigo se não o dissesse. Foi, a todos os títulos, incansável e de um mérito acrescido. Foi uma mais-valia e muito obrigado também por isso.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** “É um bom exemplo, como já aqui foi referido, de trabalho, de partilha e de decisão participada. -----

No desenvolvimento dos trabalhos da Comissão, constatou-se que o traçado aprovado em 2010 teve por base um Estudo de Impacte Ambiental de 2006 e que a servidão *non aedificandi* do IC6 caducou em abril de 2025. Os procedimentos atrás referidos foram desenvolvidos por técnicos especializados durante mais de uma década, aprovados pela IP – Infraestruturas de Portugal e pelos governos desde 2006, sem qualquer consulta e possibilidade de pronúncia pela Assembleia Municipal da Covilhã. -----

O PCP, ao longo das diferentes legislaturas, foi propondo, em sede dos Orçamentos de Estado, a dotação de verbas para a implementação do IC6. Infelizmente, os grupos parlamentares do PSD,

CDS ou do PS, alternando posições nos votos contra e de abstenções consoante o governo existente, nunca acompanharam as propostas do PCP. Já afirmámos que, neste processo, andou muita gente a dormir e em especial os presidentes dos executivos municipais da região. Após cerca de 30 anos, estamos perante factos consumados que limitam e condicionam qualquer outra opção.

Entendeu o representante do PCP na Comissão que propor, neste momento, qualquer outro estudo prévio iria prolongar em mais de uma década a possibilidade de se executar qualquer intervenção significativa na ligação Covilhã-Folhadosa. Também se reconhece que o atual traçado, com as soluções propostas pela Comissão, aproxima o IC6 das populações da zona Sul do Concelho e a sua mobilidade intraconcelhia. -----

Com a implementação da proposta do IC6 prevista, não conflitua com a área do Parque Natural da Serra da Estrela e são concretizados 8 túneis e 16 pontes e viadutos e reduz-se o percurso para 40 quilómetros. -----

Assim, levando em conta o estado a que chegámos, a urgência na melhoria da mobilidade das populações do litoral para a Cova da Beira e vice-versa, o benefício para as populações da zona Sul do Concelho e a possibilidade da execução do investimento previsto no Plano de Revitalização da Serra da Estrela, o Grupo Municipal do PCP abstém-se, não obstaculizando a aprovação do relatório da Comissão, defendendo que a obra se execute com perfil de autoestrada ou que, no mínimo, de forma a facilitar o seu alargamento futuro, nomeadamente através do redimensionamento das obras de arte previstas para que, justificando-se, seja exequível a sua posterior transformação em perfil de autoestrada. E continuamos a defender que toda e qualquer solução e dentro daquilo que seja possível, deveríamos trabalhar no sentido de que tivesse, de facto, o perfil de autoestrada para se ultrapassar aquilo que hoje se vive no IC8 em que foi construído como foi, tem tido os problemas que tem e que hoje já tem necessidade de ser remodelado. -----

Portanto, com esta abstenção, no fundo, deixamos também cair a questão do Túnel da Alvoaça porque consideramos que, de facto, o entrave era muito intrusivo no Parque Natural da Serra da Estrela e que esta solução, tendo o perfil da autoestrada, poderá resolver e aproximar, reduzir o tempo de deslocação e reduzir com segurança, sendo em autoestrada o trânsito em segurança na nossa ligação ao litoral e vice-versa.” -----

- **Dra. Joana Petrucci Dias Rocha (CDS-PP):** “Não vou aqui repetir o que já foi dito sobre os trabalhos desta Comissão, mas não posso também deixar de me congratular pela forma como os mesmos decorreram por constatar, não que não soubesse, mas é sempre bom nos dias de hoje, que a pluralidade de ideias é possível e pode conviver com todas as regras de bom senso, pelo menos, e de diálogo que permitem chegar à conclusão a que se chegou nesta Comissão. -----

Agradecer também o esforço acrescido que o João Flores Casteleiro teve nesta Comissão, nomeadamente em toda a informação documental que nos disponibilizou e que, se cada membro da Comissão tivesse de procurar e aceder por si só, seria certamente muito mais difícil e atrasaria muito mais aquele que foi o nosso trabalho. -----

Posto isto e perdoem-me não entrar em pormenores muito técnicos ou nada técnicos, mas o que acho que é importante para mim e penso que é importante para todos os Covilhanenses e todos os habitantes desta região é que exista realmente uma melhor acessibilidade à zona de Coimbra, que é o que estamos a tratar, e um benefício em nome da coesão territorial. Seria certamente um fator de desenvolvimento da região e tornaria muito mais fácil a vida de quem, com mais ou menos frequência, se tem de deslocar da Covilhã a Coimbra. E nisto também, perdoem-me a expressão, mas, melhor do que nada, é ter alguma coisa e é o que não temos hoje e é o que estamos aqui a discutir. -----

Havendo estudos de impacte ambiental, estudos técnicos que apontam no sentido desta solução, que foi aqui apresentada hoje como aquela que a Comissão entenda a mais adequada, é por aí que se deve ir e não insistir ou não tentar lutar por soluções que provavelmente atrasariam esta questão muitos mais anos e mesmo assim não sabemos quantos vai demorar. Mas enfim, começar da estaca zero com um novo traçado, um novo estudo ou uma nova solução certamente que atrasaria muito o que todos queremos que é que seja construído realmente o troço desta estrada.

Por isso, estando aprovado já há um estudo de impacte ambiental, como aqui foi dito, que poderá sem certezas, mas como todos percebemos, tornará certamente mais fácil ou mais expectável que este mesmo traçado possa ter novamente um parecer favorável, a Comissão entendeu e eu subscrevi esse entendimento de que a solução aqui apresentada hoje pelo João é aquela que mais facilmente e mais rapidamente nos poderá permitir pensar e verificar que esta estrada foi realmente uma realidade.” -----

- **Eng.º Luís da Silva Rodrigues (PPD/PSD):** “Foi uma honra ter feito parte desta Comissão do qual concordo praticamente com tudo o que foi definido, mas não quero deixar de aqui sublinhar algumas coisas. -----

A primeira vez que se falou do IC6, enquanto projeto de ligação entre a Covilhã e Coimbra, foi nos finais da década de 1980, início de 1990, em que nos primeiros estudos do Plano da Rodoviária Nacional o IC6 foi assim formalmente previsto como uma parte da Rede Rodoviária Nacional Complementar, mas a sua conclusão integral continua por se concretizar até aos dias de hoje. ----

O troço entre a Folhadosa e a Covilhã, com a extensão prevista de 40 quilómetros, é há demasiado tempo uma promessa adiada e um símbolo do abandono do interior pelos sucessivos governos. --

O traçado preferencial deste troço foi definido no estudo prévio de 2010, sujeito à Avaliação de Impacte Ambiental e à Declaração de Impacte Ambiental favorável, mas a servidão *non aedificandi* caducou em 2025, exigindo assim uma nova avaliação ambiental para garantir a viabilidade do projeto, como já aqui foi referido. -----

Deste modo e como já foi referido, é urgente instar o Governo a submeter o estudo prévio elaborado em 2010 a uma nova Avaliação de Impacte Ambiental por forma a obter uma nova Declaração de Impacte Ambiental que permita a reativação da servidão *non aedificandi* do IC6 entre a Folhadosa e a Covilhã. -----

É nosso entendimento, e de acordo com este relatório da Comissão Especializada do Estudo do Traçado IC6 hoje aqui apresentado, que o IC6 seja de facto concretizado em consonância com a

solução 2 do troço 2 do estudo prévio para a ligação Folhadosa-Covilhã, ou seja, para que o IC6 passe a Sul da Erada, favorecendo a ligação das várias freguesias ao IC6 e defendemos que, em fase de projeto, a execução para o troço da Covilhã-Folhadosa é a integração do Nó das Cortes do Meio com ligação à Nacional 230 por forma a que as Cortes do Meio e Unhais da Serra também possam usufruir desta infraestrutura. -----

Também defendemos, como é evidente, que o IC6 deve ser construído de modo a facilitar no futuro o seu alargamento para um perfil de autoestrada, se assim o vier a ser justificado e entendemos que a opção via Túnel da Alvoaça carece de estudos aprofundados que assegurem a sua viabilidade e hipotéticas vantagens. Esta solução atrasaria ainda mais a concretização desta infraestrutura e prejudicaria as populações do Sul do Concelho da Covilhã. -----

Entendemos que é dever do Executivo da Câmara Municipal da Covilhã sensibilizar e demonstrar ao Governo Português a importância da execução do IC6. O PSD tudo fará, como sempre fez no passado e irá fazer no futuro, para que a concretização desta obra seja uma realidade a curto prazo.

O PSD deixa aqui uma palavra de apreço e gratidão do modo como os trabalhos desta Comissão especializada foram conduzidos e apresentados pelo Senhor Presidente Eng.º João Flores Casteleiro. Uma palavra de apreço a todos os membros desta Comissão pela cordialidade e entrega que demonstraram no decorrer dos trabalhos na defesa dos interesses do Concelho da Covilhã. O PSD também agradece, como não podia deixar de ser, o apoio incansável da Senhora Eng.ª Isabel Matias, chefe de Divisão de Planeamento e Gestão de Cofinanciamento e Investimento e o Senhor Eng.º Jorge Vieira como Diretor do Departamento de Obras e Planeamento.” -----

- **Eng.º João Manuel Flores Casteleiro (PS):** “Naturalmente que o PS concorda com o conteúdo do relatório e queria aproveitar esta intervenção para, pelo menos, dizer duas coisas. -----

A primeira é que todos, repito, todos os intervenientes neste processo concordam que, dada a situação em que se encontra o processo do IC6 neste momento, o caminho a seguir é a reaprovação do estudo preexistente, colocando de novo a reapreciação de entidades ambientais e assim procurar reativar a servidão *non aedificandi*. -----

A alternativa Via Pedras Lavradas é a única com estudos especializados, a única que já obteve Declaração de Impacte Ambiental favorável e, ainda por cima, aquela que melhor favorece o Concelho da Covilhã no seu todo. -----

Espero que, com esta tomada de posição da Assembleia Municipal, o assunto do traçado fique arrumado e que todas as entidades, nomeadamente autarquias, se unam em torno desta reivindicação coletiva a bem da Covilhã, do país e da região. -----

A segunda coisa que não posso deixar de fazer hoje publicamente é o devido elogio aos Deputados que me acompanharam nesta Comissão. Os presidentes das juntas já sabem a consideração que tenho pelo seu trabalho e o esforço em acompanhar, em ajudarem esta comissão. Foi apenas mais um exemplo disso. Mas quero aqui deixar uma palavra de reconhecimento para com os Senhores Deputados Luís Rodrigues e Vítor Reis Silva, com os quais trabalhei mais diretamente pela primeira

vez e à Senhora Deputada Joana Petrucci Rocha e ao Senhor Deputado Fernando Pinheiro, com quem trabalhei em duas comissões neste mandato. -----

Fui testemunha da dedicação que os Deputados colocaram nas comissões que integraram, o tempo que empenharam em favor dos Covilhanenses e não será por estarem em bancadas distintas ou por se aproximarem as eleições que deixarei de fazer este elogio publicamente. -----

Como já foi dito, estamos provavelmente na penúltima sessão do mandato. Não sei quem estará no próximo. Portanto, considero fundamental agradecer-lhes a paciência que também tiveram comigo e que foi realmente gratificante e uma honra trabalhar com eles em prol da Covilhã.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** saudou “vivamente este trabalho e a forma, enfim não foi unânime, mas muito convergente no sentido de se encontrar a melhor solução. Não há soluções ideais. Esta é a possível e é aquela que mais se aproxima daquilo que pretendemos. -----

Gostava só de deixar aqui um alerta. Há pouco mais de 20 anos, quando tive o privilégio de ser Deputado à Assembleia da República, das primeiras coisas que fiz foi ir reunir com o então Presidente da Junta Autónoma das Estradas relativamente a este assunto e quando perguntei por que é que este itinerário não andava nem desandava, desculpem a expressão muito chã, foi-me dito que o que estava a entrar, naquela altura, era o facto de muitos protagonistas políticos da Cova da Beira designadamente, mas não só, pretenderem que este traçado tivesse o perfil de autoestrada. A então Junta Autónoma das Estradas tinha feito um estudo de tráfego com uma projecção a 50 anos e terão concluído que nem daqui a 50 anos, admitindo ainda que do ponto de vista demográfico as coisas se alterassem, se justificaria este perfil de autoestrada porque é mais oneroso, mais caro e, portanto, mais difícil de executar, com maior impacte ambiental e, por conseguinte, esta solução seria aquela que era mais compaginável, mais praticável e a mais pragmática para resolver de uma vez por todas o assunto. Era essa a opinião dele, mas que, enfim, ele estava ali para executar aquilo que os executivos, fossem eles de que partido fossem, lhe ordenassem que fizesse, mas que na altura o entrave seria esse. -----

Hoje em dia as coisas também se alteraram até porque, do ponto de vista administrativo, tudo indicia que vamos ficar por aqui, ou seja, que a regionalização vai ser com o desenho que atualmente temos, que são coincidentes com as Comissões de Coordenação de Desenvolvimento Regional e, obviamente ficando sediado em Coimbra este Governo Regional, independentemente agora das evoluções e das nuances que ele possa vir a ter no futuro, mais importante se torna a existência de uma ligação forte a Coimbra e, portanto, temos redobrado as razões para pugnar para que este projeto se concretize. -----

Dar uma nota que, na sequência da vossa recomendação, anterior a esta conclusão, a este estudo e a este relatório, já fiz chegar ao Senhor Ministro das Infraestruturas o pedido para reativar as servidões *non aedificandi*, de maneira a que tudo possa ser mais célere e este estudo feliz, que aproveito mais uma vez também para saudar e felicitar e o trabalho empenhado e denodado das Senhoras e dos Senhores Deputados no sentido de conseguirmos que esta seja uma solução quer para a Covilhã quer para o Fundão, Belmonte, Penamacor, enfim, toda a região beneficiará deste

itinerário e, por conseguinte, devemos continuar animados no sentido de que ele venha a ser uma realidade.” -----

--- Colocado o **Relatório da Comissão Especializada – Estudo de Traçado do IC6 (Folhadosa – Covilhã)** à votação, foi o mesmo **apreciado por maioria e a proposta de recomendação anexa ao relatório foi aprovada por maioria, ambos com 35 votos a favor (PS, PPD/PSD, CDS-PP, Movimento “Covilhã Tem Força” e todos os DMI’s) e 03 abstenções (CDU – PCP/PEV).** -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Deputados Municipais: Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP), José Carlos Varandas Neves Matos (Dominguizo), Dr. Sérgio Nuno Proença Rodrigues (Orjaís) e Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso). -----

--- Foram feitas as seguintes Declarações de Voto: -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS):** “Saudar e agradecer o trabalho que foi desenvolvido pela Comissão, nomeadamente pelo seu Presidente e todos os Membros eleitos nesta Assembleia que desenvolveram o trabalho, todos os funcionários e trabalhadores do Município que ajudaram e todas as entidades que se disponibilizaram a participar e a construir este relatório com a sua opinião nas mais diversas vertentes, nas mais diversas áreas, nos mais diversos sentidos, mas que representam bem um exemplo daquilo que é o trabalho impactante que esta Assembleia pode ter.

Queria também formular um pedido, já agora, nomeadamente aos nossos colegas da direita e nomeadamente aos partidos que suportam o Governo, lembrando que, no Plano de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela, temos uma verba inscrita para dar o pontapé de saída para a construção do IC6. Gostaria de pedir aos Senhores Deputados na Assembleia da República e aos partidos da AD que fizessem pressão no Governo da República porque esta é, de facto, uma prioridade extraordinária no nosso território e, estando já consagrado uma verba que está no Plano de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela, era determinante e muito importante que não só as recomendações que saem deste relatório pudessem ser acolhidos pelo Governo da República e pelas entidades competentes, como também o próprio Governo pudesse dar instruções e avançar com esta dotação orçamental que permita avançar este projeto. -----

Este projeto é determinante para todo o território, não apenas para a Covilhã, mas para toda a região. E este era o meu pedido e o voto que o IC6 passe definitivamente do papel para o terreno porque é determinante para as nossas populações.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** “O PCP integrou a Comissão especializada para o estudo do traçado do IC6 (Folhadosa – Covilhã) participando na análise dos estudos existentes, partilhando opiniões com os restantes membros da Comissão e com os técnicos municipais presentes e na audição dos diferentes contributos referidos no Relatório. -----

Respeitando o compromisso público inscrito em diferentes documentos o representante do PCP defendeu que o IC6 deveria ter um perfil de autoestrada e incluir o Túnel na Serra da Alvoaça. -----

No desenvolvimento dos trabalhos da Comissão constatou-se que o traçado aprovado em 2010 teve por base um Estudo de Impacto Ambiental de 2006 e que a Servidão Non Aedificandi do IC6 caducou em Abril de 2025. -----

Os procedimentos atrás referidos foram desenvolvidos por técnicos especializados, durante mais de uma década, aprovados pela IP - Infraestruturas de Portugal e pelos governos desde 2006, **sem qualquer consulta e possibilidade de pronúncia pela Assembleia Municipal da Covilhã.** -----

Após, cerca de 30 anos, estamos perante factos consumados que limitam e condicionam qualquer outra opção. -----

Por outro lado, constata-se também, infelizmente, a inexistência de qualquer compromisso e respetiva dotação em Orçamento de Estado, dos últimos Governos, em executar a ligação do nó da Folhadosa à A23, nó do Tortosendo, **apesar de estar incluído no Plano de Revitalização da Serra da Estrela, aprovado na 25ª hora pelo Governo presidido por António Costa, mas que o atual Governo mantém em “banho maria”.** -----

Entende o representante do PCP que propor neste momento, qualquer outro Estudo Prévio, irá prolongar em mais de uma década a possibilidade de se executar qualquer intervenção significativa na ligação Covilhã – Folhadosa. -----

Também se reconhece que o atual traçado com as soluções propostas pela Comissão aproxima o IC6 das populações da zona sul do concelho e a sua mobilidade intra concelhia. -----

Com a implementação da proposta de IC6 prevista são concretizados oito túneis e 16 pontes e viadutos e reduz-se o percurso para 40 km. -----

Porém, não se assegura a segurança de uma via com perfil de autoestrada, só prevista no Relatório da Comissão, a eventual execução do IC6 “de forma a facilitar o seu alargamento futuro, nomeadamente através do redimensionamento das obras de arte previstas, para que, justificando-se, seja exequível a sua posterior transformação em perfil de autoestrada”. -----

Assim, levando em conta o estado a que chegámos, a urgência na melhoria da mobilidade das populações do Litoral para a Cova da Beira, e vice-versa, o benefício para as populações da zona sul do Concelho e a possibilidade da execução do investimento previsto no Plano de Revitalização da Serra da Estrela, o grupo municipal do PCP abstém-se não obstaculizando a aprovação do relatório da Comissão, defendendo que a obra se execute com a garantia da sua evolução para perfil em autoestrada.” **(Doc.21)** -----

3.5 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DE 2024

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 23 de junho de 2025, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea I) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugado com o n.º 2 do artigo 76.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, através do ofício n.º 3597/25 de 2025.06.23 e

seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** prescindiu do seu tempo para apresentação do assunto. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro (Movimento “Covilhã Tem Força”)**: “No que se refere a este ponto, gostaria de o enquadrar com um excerto da intervenção que se fez na última Assembleia, precisamente para o enquadramento inclusivamente da declaração de voto. -----

Disse, na altura, que a nossa posição não se prende com a situação refletida nestes documentos de prestação de contas. Esta situação deveria ter sido analisada e discutida ao longo do ano. -----

Como tal, cingindo-me aos documentos em si mesmo e que, em boa verdade e em estrito senso, é o que diz a ordem de trabalhos (folhas 125 e 126), ao adotar esta estratégia procura-se afastar a discussão daquilo que, efetivamente, são as trincas políticas e focarmo-nos em aspetos censuráveis do ponto de vista estritamente técnico e, como tal, inquestionável. -----

Mais do que apreciar a forma como foi gerido o Município, no *lato sensu*, é apreciar os documentos de prestação de contas e, pensamos nós, que esses documentos não representam com rigor a verdadeira posição financeira do Município em 31 de dezembro de 2024 porque assim o diz o senhor ROC que põe reservas com relevância material na certificação legal das contas. -----

No entanto, é muito importante salientar que o ROC já vem alertando para a situação que se refere na certificação legal das contas e o que é grave é que antes considerava tratar-se de uma ênfase, ou seja, um aspeto que entendia dever salientar, mas não alterava o parecer. Este ano passou a classificação para reserva que é a mais grave das considerações que se pode fazer às contas. -----

O curto espaço de tempo que medeia entre a disponibilização das contas e a realização da Assembleia Municipal, sobretudo para quem tem vida profissional, é manifestamente curto para a sua adequada análise sobretudo na confusão em que se transformou a consolidação por força do incumprimento das entidades participadas. -----

O mapa do montante global dos compromissos financeiros que não figuram no balanço consolidado, constante da página 91 do relatório, é o reconhecimento do estado a que chegou a situação financeira e de controlo do Município no que respeita às entidades participadas e ao seu impacto nas contas municipais. -----

No final da página 46 do relatório, afirma-se o que já se sabia que, no entanto, no ano de 2024 as entidades não remeteram as suas contas individuais a tempo de serem consideradas na prestação de contas individual do Município e, por consequente, não foi possível proceder-se ao registo MEP – Método de Equivalência Patrimonial e, então, apetece-me perguntar: mas o normativo não

obriga o Município à adoção do Método de Equivalência Patrimonial? O Senhor Presidente da Câmara Municipal não obriga os administradores daquelas empresas, que inclusivamente são por nomeação, a cumprir os prazos e a Lei? E por que razão a Parkurbis, que em boa verdade é apenas uma gestão quase de condomínio, só adotou em 2023, pela primeira vez, o Sistema de Normalização Contabilística SNC AP, tal como se refere na página 95 do relatório? Tem uma atividade e uma contabilidade muito complexa? Não tem recursos ou foi simplesmente laxismo na falta de cumprimento dos normativos legais? E a sua administração não é responsabilizada? Se calhar, o Tribunal de Contas talvez tenha que se pronunciar. -----

O passivo não corrente, médio a longo prazo, diminui 5.276.000 €. Estes 5,2 milhões de euros foram parcialmente suportados pelo acréscimo de endividamento de curto prazo, quer através do aumento da dívida a fornecedores mais ou menos 2,1 milhões de euros, quer da dívida financeira de curto prazo mais 100.000 €, aproximadamente. Esta troca não é mais do que recorrer aos fornecedores e à dívida financeira de curto prazo para pagar obrigações de longo prazo, colocando mais pressão na tesouraria e nos indicadores de estabilidade financeira sem razão aparente. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse em 2021 que os resultados de 2020 do Município tinham sido maus porque decorriam da adoção e utilização, pela primeira vez, do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas SNC AP. Apesar de se discordar da respetiva afirmação nessa altura, poderá hoje explicar um resultado negativo superior a 1 milhão de euros em 2024? É certo que foi menos mau em cerca de 800.000 € do que em 2023, mas isso é porque as transferências aumentaram em mais de 3,6 milhões de euros que, vorazmente, foram absorvidos pelo acréscimo de 3,1 milhões de euros, mais 20%, de fornecimentos e serviços externos. Pergunta-se em quê e para quê. E 1.500.000 € mais 8,2 nos gastos com Pessoal? Os esclarecimentos que puderem ser prestados, naturalmente, agradecemos.” -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** “A Câmara Municipal da Covilhã apresenta hoje a esta Assembleia as contas consolidadas do grupo Município da Covilhã, referentes ao ano de 2024. As contas integram, para além da Câmara Municipal, as empresas *Parkurbis S.A.*, *Icovi E.M.*, *AdC E.M.*, *Associação Parkurbis Incubação* e a *Município Empresa de Cartografia de Sistemas S.A.* Ficam fora desta consolidação as contas da *EPABI – Associação para a Escola Profissional de Artes da Covilhã* e da *ADS – Águas da Serra S.A.*, nesta última estando considerada uma participação de 30% no capital social. -----

O Município da Covilhã, se já o era anteriormente, consolida-se hoje como um dos maiores empregadores do Concelho: 863 trabalhadores num universo de oito empresas e entidades, uma máquina pesada, como dizia aqui o Senhor Presidente da Câmara há pouco, que mais do que nunca é preciso estruturar, dotando os vários pelouros não só de competências, mas de recursos, tendo em vista a desconcentração das decisões pelos vários eleitos e diminua a dependência da palavra do Presidente da Câmara Municipal como este último mandato deste ciclo político veio demonstrar, permitindo, por essa via, aumentar a eficiência e eficácia da decisão, sobretudo no tempo útil de resposta às exigências do novo tempo, prestando um cada vez melhor serviço público. -----

Para tal, é fundamental a criação de mecanismos de maior e mais efetiva participação dos cidadãos, desde o diagnóstico ao trabalho conjunto na resolução dos seus problemas e maior e mais efetiva aproximação às freguesias e aos seus órgãos, juntas e assembleias, através dos seus eleitos mais de duas centenas de homens e mulheres que têm uma opinião qualificada sobre o Concelho. -----

A proposta não se trata de juntar as 21, brevemente 25, freguesias ao perímetro de consolidação do Município, mas sim de lhes aumentar a sua autonomia e independência, valorizando o seu trabalho junto das populações e encarando-as como entidades fundamentais na resolução dos problemas das pessoas. -----

O aumento de 43% das transferências do Estado, através dos diversos instrumentos financeiros previstos na Lei das Finanças Locais, que passaram de 19,4 milhões em 2021 para quase 28 milhões em 2024, assim como o saldo que ficou por investir, evidencia hoje a necessidade de melhorar a capacidade de idealizar, projetar e executar investimento para que aqueles que aqui habitam e aqui trabalham tenham uma melhor qualidade de vida. E isso deve fazer-se com cidadãos, entidades e freguesias. -----

As considerações, os agradecimentos, as homenagens, a reflexão sobre a cidade é importante, mas é preciso mais proximidade e ação como ficou demonstrado na discussão que hoje aqui tivemos sobre espaços verdes e equipamentos públicos na cidade. -----

As imagens dos sanitários públicos junto à Garagem de São João são demonstrativas da concentração da decisão que hoje assistimos. Não há um encarregado com autonomia para limpar, um chefe de divisão que ordene o seu encerramento em condições de segurança, um diretor de departamento que determine as devidas obras e a sua reabertura, um chefe de gabinete que alerte o Presidente. Todos esperam que a decisão venha de cima, como muitas vezes se ouve. De etapa a etapa, lá continua o triste espetáculo. -----

Já o dissemos: será sempre possível fazer mais. Pensamos que se podia ter feito melhor. -----

Quanto às contas propriamente ditas, este consórcio de entidades teve em 2024 um resultado negativo de mais de 1 milhão de euros. Tem acumulado um passivo de 49 milhões de euros. Geriu mais de 61 milhões de euros. Herdou de 2023 um saldo de 13,5 milhões de euros, tendo acumulado mais de 3 milhões, ficando um grupo com um saldo derretido 16,7 milhões de euros que tanta falta fazem e estão a fazer ao investimento necessário para resolver os vários problemas do município. -----

Sendo certo que, e citamos o Revisor Oficial de Contas, *“as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do MUNICÍPIO DA COVILHÃ em 31 dezembro de 2024”*.

Escreve também o Revisor Oficial de Contas que *“A rubrica de “Outras dívidas a pagar” inclui acréscimos de gastos com consultoria e assessoria, que ascendem em 31 de dezembro de 2024, a 5.793 milhares de euros”,* que é a mesma coisa que dizer 5,7 milhões de euros, *“referentes ao contrato celebrado entre a ADC – Águas da Covilhã, E.M. (ADC) e a Water Value, S.A. (entidade privada que detém 49% da ADC).”* O que está em causa é o facto de a ADC ter registado *“um acréscimo de rendimentos, no valor de 2.145 milhares de euros”,* devendo este *“ser atribuído pelo*

Município da Covilhã”. Acontece que o Município da Covilhã “*não reconhece tal responsabilidade. A Administração da ADC entende que o referido contrato padece de nulidade, conforme decisão tomada em outubro de 2024.*” -----

Diz-nos também o parecer do Revisor Oficial de Contas que “*No corrente exercício, contrariamente aos anos anteriores, não foram registados quaisquer acréscimos relativos a este contrato, mantendo-se, no entanto, os acréscimos efetuados nos anos anteriores, tendo a Water Value, S.A. manifestado a sua discordância relativamente a esta decisão da Administração da ADC.*” -----

Termina dizendo que “*Dada a incerteza associada ao desfecho deste processo, consideramos não ter prova de auditoria suficiente e apropriada para concluir quanto à adequação destes saldos.*” --

Em linha com o parecer do Revisor Oficial de Contas, o nosso voto será também com reservas.” --

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Estava a dizer ao Senhor Presidente desta vez tem que ser mesmo com ele porque, de facto, é a última vez que aqui estamos a aprovar contas ou que supostamente o Senhor Presidente está a prestar contas. Mas à semelhança dos outros 12 anos ou 11 anos que aqui estamos, o Senhor Presidente sempre se furtou a prestar contas. Nunca explicou as contas que tem. Diz que nos manda os documentos, que nos desenrasquemos e que entendamos o que quisermos. -----

Bendita transparência, Senhor Presidente, já aqui hoje falámos nela, e tivemos a oportunidade de estar todos de acordo, de facto, com estes princípios de que a gestão pública deve ser transparente até porque as transparências são sexys, não é?! Portanto, acho que, até por isso, deveríamos ter o cuidado de as promover, mas infelizmente cá estamos ao fim destes anos tudo na mesma. -----

Contas da *Parkurbis* e da *Associação Parkurbis* não estão publicadas. Supostamente nem sequer estão entregues. Nem sequer existem e aquilo que sabemos, porque há deliberações da Câmara nesse sentido, é que a Câmara paga 60 e tal mil euros € de prejuízo da *Parkurbis* que, curiosamente, é o salário do seu Administrador. Coincidências! O prejuízo do *Parkurbis* está identificado e coincide mais euro, menos euro, exatamente com o custo do Senhor Administrador que não cumpre nada disto, que não cumpre com transparência nenhuma, que não cumpre com as contas com a Câmara que foi quem o nomeou e quem é o principal detentor e o principal acionista da destas entidades. Portanto, pagamos e calamos. Foi o que aconteceu ao longo destes anos todos. Bendita transparência, Senhor Presidente! -----

As contas da *AdC* idem aspas. Onde é que elas estão? Não estão publicadas. É de Lei, Senhor Presidente. Há bocado o Senhor Presidente dizia que não cumprir a Lei é prevaricação. Mas isto é prevaricação, Senhor Presidente! Não cumprir uma obrigação legal, estamos a falar de prevaricação. -----

Acho que todos aqueles que votarem a favor de umas contas prestadas nestes termos são, no mínimo, cúmplices com elas porque percebemos que as administrações da *AdC*, as administrações da *Parkurbis* e da *Icovi* e o Senhor Presidente têm que ser coniventes e têm que ser coparticipantes e cotitulares destes ilícitos. Aqui, aqui só quem vota a favor é que é cúmplice deles. Mas pronto, é o que é. Continuamos a não ter estas informações. -----

Na *Icovi* é sempre a eterna questão. Temos reservas do ROC. Temos as evidentes todas e depois esta questão das dívidas que existem num lado e que não existem no outro. Se estivéssemos a falar de meia dúzia de tostões, mas estamos a falar de coisas que já vão em quase 12 milhões de euros! Daí, de facto, esta mudança radical, que há bocado aqui foi falado, que deixou de ser apenas uma mera inadequação, peço desculpa pelos termos técnicos, mas passou a ser uma reserva das contas, não é? É, de facto, aquela que é a mais grave e que um Revisor ou que um Auditor pode dizer que as vossas contas valem o que valem. As contas que apresentarem valem o que valem. Mas se isto se verificar, isso não vale nada. Basicamente é isto que estamos a dizer. -----

Note-se bem que, ainda há pouco tempo aqui, tivemos o Senhor Presidente da Câmara a dizer que o Revisor está aqui a dizer que está tudo bem. Há coisa de dois ou três meses estivemos aqui a discutir as contas da Câmara e que “está aqui a dizer que está tudo bem”. Afinal de contas, não está assim tão bem. Temos efetivamente esta incerteza absoluta de quem vier a seguir é que vai ter que fechar a porta nisto. -----

Aquilo que já aqui ouvimos hoje do Senhor Hélio fazendeiro é que vocês não fecharam a porta quando entraram. Vocês foram os principais causadores do aumento disto porque é preciso lembrar que, quando vocês entraram em 2013, esta rubrica tinha um valor de 1 milhão de euros e agora tem 12 milhões de euros. Aquilo que podemos ter a certeza daquilo que os Senhores são capazes de fazer é que os Senhores são os principais incentivadores deste tipo de contas. -----

Peço desculpa, mas não tenho outra forma de dizer. Quando temos contas num lado a dizer que devem, contas no outro a dizer que não devem e pertencem à mesma entidade, isto é o quê? Isto, para mim, é uma fraude e é preciso chamar-se “os bois pelos nomes” porque já chega. Não há aqui outras confusões e aquilo que podemos contar, se continuarmos com esta gestão, é exatamente com o aprofundar disto. -----

O CDS não está cá para este tipo de situações. Estas contas merecem o nosso voto contra e será assim que iremos votar sempre, enquanto estiverem estas situações nas contas públicas.” -----

- **Eng.º Luís da Silva Rodrigues (PPD/PSD):** “O Município da Covilhã tem excelentes profissionais de contabilidade pública, mas como é evidente não conseguem fazer milagres. Se não têm informação adequada em relação às empresas municipais, é evidente que não podem transmitir à Assembleia para que as possam analisar. -----

Do que estivemos a ver, as contas e parecer do ROC do *Parkurbis S.A.*, bem como da *Associação Parkurbis*, referentes ao ano de 2024, não estão publicadas tal como a Lei exige. -----

As contas e parecer do ROC da AdC, referentes ao ano 2024, não estão publicadas tal como a Lei exige. -----

Na *Icovi*, imaginem, estão publicadas, mas podemos ler no relatório do Revisor Oficial de Contas que “*Bases para a opinião com reservas. A entidade, referentes a Câmara, detém uma participação financeira de 51% na empresa AdC – Águas da Covilhã, E.M. que está a mensurada de acordo com o método de equivalência patrimonial e cuja quantia escriturada em 31 de dezembro de 2024 ascende 7.957.197 € dos 7.869.600 € em 31 de dezembro de 2023. Conforme divulgado na nota 8, anexa à demonstração financeira da entidade, as demonstrações financeiras da participada foram* -----

auditadas, tendo sido emitido uma opinião com reservas sobre incertezas quanto à realização de ativos 142 milhares de euros da rubrica Clientes e 11.816 milhares de euros da rubrica Outros Créditos a receber. E quanto à exigibilidade? Passivos de 5.793 milhares de euros da rubrica Outras dívidas a Pagar. Caso materializem as incertezas, estas originarão ajustamentos no capital próprio da participada e, conseqüentemente, serão imputados na parte correspondente à entidade com efeito na rubrica Participações Financeiras Método de Equivalência Patrimonial e no Capital Próprio.” -----

O relatório aqui apresentado consolida as contas das empresas municipais às quais este órgão só tem acesso por consulta pública no *site*, o que, para além de ilegal, implica a dissolução dos conselhos de administração, como temos vindo repetidamente chamando a atenção, sem que nada suceda e se mantenha o *modus operandi* do Executivo Municipal.” -----

- **Eng.º Pedro Miguel de Melo Bernardo (PS):** “Infelizmente o Senhor Deputado João Bernardo está ausente da sala, mas não posso deixar de, num dia em que já debatemos aqui a participação cívica e de uma forma bastante democrática, fazer aqui um reparo a algumas expressões que acho que não são dignas desta Assembleia e desta Câmara. De facto, expressões como “transparências são sexys” e insinuações de “fraude”, acho que não ficam nada bem à democracia da Covilhã. Não fica nada bem ao CDS. Certamente foi um momento em que o Senhor Deputado se excedeu e acho que, de facto, não ficaria mal aqui porventura fazer-se uma redimissão deste tipo de expressões e deste tipo de linguagem dentro desta Assembleia. -----

Contas – Já foi aqui dito por diversas vezes que, objetivamente, este é um momento de balanço. De alguma forma, já aqui foi enunciado pelas diversas bancadas o balanço daquilo que é a ação governativa liderada pelo Presidente Vítor Pereira dos últimos 12 anos e, portanto, deste ciclo que agora termina. -----

Se há algo que temos, enquanto bancada do Partido Socialista, que relembrar e fazer presente é a realidade do Município há 12 anos atrás. O Município encarava um passivo de cerca de 150 milhões de euros de dívida, portanto passivo dentro daquilo que era a gestão autárquica, e olhamos para este relatório e demonstra que temos hoje em dia um passivo inferior a 50 milhões de euros, cerca de 48 milhões de euros. Independentemente daquilo que seja a visão política de cada uma das bancadas e de cada um dos partidos, é algo que a qualquer um de nós, independentemente se vamos ou não estar presentes em listas em termos de candidaturas no próximo ano e hoje já foram aqui faladas duas, mas existem outras, a verdade é que isto dá um grande conforto, acima de tudo para os Covilhanenses. Isto é indissociável e não pode ser escamoteado em qualquer tipo de intervenção sobre a prestação de contas do Partido Socialista sobre estes 12 anos. -----

Sem dúvida alguma que, com estas condições financeiras, quem continuar no futuro, espero que seja o Partido Socialista, vai ter a capacidade de fazer bem mais e bem melhor do que aquilo que foi feito nos últimos 12 anos porque a verdade é que a forma como foi entregue ao Partido Socialista há 12 anos atrás não deu essas condições. -----

Dentro daquilo que são as contas de 2024, é realmente importante salientar que esta redução do passivo continuou com uma redução de cerca de 3 milhões de euros ao passivo comparativamente com 2023. Paralelamente, houve a capacidade de aumentar o ativo, apesar de o aumento substancial das amortizações superiores a cerca de 11 milhões de euros. Isto também demonstra aquilo que é a dinâmica e a atividade governativa por parte do Executivo Municipal. -----

Na última Assembleia tive a oportunidade de expressar alguns daquilo que foram os investimentos e daquilo que é o trabalho desenvolvido em termos de obra, em termos daquilo que é as infraestruturas que estão a ser criadas, daquilo que foi criado, daquilo que são as dificuldades financeiras hoje em dia no nível de execução de obra, que também já falámos muitas vezes nesta Assembleia, e que objetivamente consubstanciam não só aquilo que são os resultados, mas também em obra ao serviço dos Covilhanenses. -----

Mas também existe uma coisa fundamental naquilo que é os resultados financeiros e que também teremos de ter aqui em conta. É que não só em obra, mas também naquilo que é a redução dos impostos às pessoas, às famílias e às empresas na Covilhã. Sem dúvida alguma que a estratégia poderia ser angariar mais, mas não. A estratégia foi, de facto, fazer atrativo também do ponto de vista de impostos dentro do Concelho da Covilhã e que tornam a Covilhã objetivamente mais atrativa, mais procurada por empresas, por famílias e para que haja também uma dinâmica cada vez mais positiva no Concelho da Covilhã. -----

Ainda em relação às contas, e nesta parte um pouco mais relacionada com a parte das empresas municipais, gostaria de aqui salientar que, em termos de resultados líquidos destas empresas, nomeadamente a *AdC* e a *Icovi*, são resultados que diria que são baixos. São baixos por quê? Esta é a questão que temos que fazer. Como já foi aqui foi falado e também este relatório aqui demonstra, no caso da água e na fatura da água, temos um problema que aqui vem discriminado claramente que se cifra no caso do saneamento cerca de 1.544.000 € anuais. Mas também temos, dentro da fatura da água, uma rubrica que é a venda da água propriamente dita e essa estratégia daquilo que foi a ação governativa foi de não aumentar o preço da água ao longo destes últimos anos. O não aumento da água permitiu que, ao final de alguns anos ao estarmos nas faturas mais altas do país, hoje paulatinamente temos conseguido estagnar essa presença e muitas vezes já nem sequer lá estamos presentes. Isto não quer dizer que a fatura da água esteja baixa. Não é isso que estou a dizer. O Partido Socialista, dentro desta Assembleia e perante toda a gente, não fugiu à responsabilidade e não fugirá à responsabilidade de, de facto, restabelecer uma justiça na fatura da água para os Covilhanenses, nomeadamente através do saneamento na Covilhã, que é possível e que foi possível ao Partido Socialista reduzir e apaziguar aquilo que é a fatura da água, nomeadamente da rubrica da água, e fez a sua missão de não aumentar 0,01 € ou dentro daquilo que é abaixo do preço da inflação. -----

Senhor Presidente da Câmara, Senhor Presidente da Assembleia, caros Deputados e Deputadas é com este espírito de que, de facto, estas contas demonstram aquilo que é a procura da transparência, aquilo que é a procura daquilo que é também a garantia para construir uma Covilhã com futuro que o Partido Socialista irá aprovar esta prestação de contas e saudar também, de forma muito especial, o Senhor Presidente da Câmara porque este resultado também é muito mérito dele.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** iniciou dizendo que “é com prazer imenso que vou contrariar aquilo que aqui tem sido dito de forma canhestra, à exceção, obviamente, do Partido Comunista que analisa sempre com profundidade as questões e evidenciou que aquilo que dizem uns nada tem a ver com aquilo que dizem outros. -----

Em primeiro lugar, dar as notas características dominantes desta consolidação de contas. As contas consolidadas são fortemente influenciadas pelo desempenho do Município. O que é que isto quer dizer? Que os grandes números desta consolidação de contas respeitam à Câmara. O resto é secundário. Significa isto que 95% do balanço que estivemos aqui a discutir diz respeito à Câmara e só 5% se reporta às empresas municipais. -----

Para quem nos acompanha à distância e claro que aqui há sempre a tentativa de confundir quem menos esclarecido é ou quem nem sequer tem a obrigação de dominar assuntos desta natureza de finanças públicas e de contabilidade pública, o que estamos hoje aqui a discutir são as contas de todo o grupo autárquico, ou seja, da Câmara, da AdC, da Icovi e da Parkurbis, designadamente porque há outras pequenas empresas, pequenas salvo seja, pequenas participações que temos noutras instituições. -----

O balanço é um relatório financeiro que evidencia a situação financeira de todo este perímetro que acabei de descrever: a Câmara e as empresas municipais. Importa dizer que o ativo do grupo é de 383 milhões de euros, ou seja, houve um acréscimo de 200.000 € relativamente à última prestação de contas. Pode parecer pouco, mas a verdade é que invertemos o que vinha acontecendo até agora, ou seja, apesar do elevado valor das amortizações no montante de 11,3 milhões de euros, conseguimos aumentar o nosso ativo. -----

Quando olhamos para o património de uma empresa, para melhor se compreender o raciocínio que estou a expender, avaliamos o seu património líquido que, no nosso caso, no final de 2024 era de 334,5 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 3 milhões de euros relativamente ao ano anterior. Acrescentámos ao nosso património. É tão má a situação que aqui se quis pintar que até temos mais 3 milhões de euros do que tínhamos no final de 2023 e isto, como costumo dizer não sendo original, são as contas e não tentem embaralhar com ROC's, nem com amigas, nem com ROC, nem com a amiga. Isso é outra história. Isso é uma música ou quiseram dar-nos música, mas eu não me embalo nessas músicas e já lá vamos à questão do ROC daqui a pouco. ---

Dizer-vos que, quando se afirma que a Câmara não incrementa e não aumenta o nosso património, está aqui a resposta. Aumentámos o nosso património em 3 milhões de euros relativamente ao último exercício. É tão má e desgraçada a nossa situação que até aumentámos o nosso património!

Passivo – Em 2024, reportado a 31 de dezembro de 2024, o nosso passivo é de, sensivelmente, 49 milhões de euros, o que representa uma diminuição de 2,8 milhões de euros, ou seja, vejam bem, conseguimos abater ao nosso passivo 2,8 milhões de euros e ainda acrescentámos ao nosso património 3 milhões de euros. São tão desgraçadas as nossas contas, mas tão más, que acrescentámos ao nosso património 3 milhões de euros e abatemos no passivo 2,8 milhões de euros! Esta é a grande das grandes conclusões que se podem extrair destas contas e não há ROC, nem amiga nenhuma que desmintam o que está no papel, no relatório destas mesmas contas. -----

A questão do ROC é a seguinte: quero deixar isto muito clarinho para que não haja cá confusões, a reserva colocada pelo Revisor Oficial de Contas resulta nas contas da AdC como aqui muito bem referiu o Senhor Presidente Marco Gabriel quando, com seriedade intelectual, analisou as contas. A reserva não é relativamente à Câmara, nem a *Icovi* no sentido da empresa, nem a *Parkurbis*. Não é ao Município nem ao perímetro. É à *Águas da Covilhã* e por quê? Esta reserva, que tem uma rubrica que se chama “Outras Dívidas a Pagar”, inclui acréscimos de gastos com consultoria e assessoria que ascendiam em 31 de dezembro de 2024 a 5,8 milhões de euros (números redondos e estou a falar até por cima e não por baixo) referentes ao contrato celebrado entre a *Águas da Covilhã* há muitos anos, antes de eu ser Presidente desta Câmara, a quem agora atualmente representa os acionistas que nessa altura celebraram esse contrato, que é a entidade privada que detém 49% da AdC. E qual é o problema? O problema é simples. É o que andámos a discutir há muitos anos, eu e sobretudo os Administradores que representam a Câmara no Município, que é: não aceitam, não reconhecem aquilo que o nosso parceiro privado quer cobrar, que é um “FI” de gestão, um serviço que nunca foi prestado. Portanto, não vamos em ficções. Estamos a falar aqui de 5,8 milhões de euros. Como é que nós havíamos de concordar com isto? E é por causa deste diferendo, desta controvérsia, deste desacerto que o Revisor Oficial de Contas colocou reserva. --

Mas, na prática, importa aqui referir que, relativamente a este montante, a AdC registou um acréscimo de rendimento no valor de 2.145.000 € que é atribuído ou imputado ao Município. Contudo, esta entidade não reconhece tal responsabilidade. Este é que é o valor do “FI”. A administração da AdC, como já aqui referi, entende que o referido contrato padece de nulidade. Entende que ele é nulo. É como se ele não existisse e, portanto, não podemos pagar uma coisa que é nula. Aliás, o Conselho de Administração tomou esta deliberação em outubro passado e deliberou não reconhecer este “FI” de gestão. Portanto, no corrente exercício, contrariamente aos anteriores exercícios, não foram registados quaisquer acréscimos relativamente a este contrato, mantendo-se, no entanto, os acréscimos efetuados nos anos anteriores, tendo a *Water Value S.A.* (nome dos nossos parceiros privados) manifestado a sua discordância relativamente a esta decisão da Administração da AdC. Ou seja, há um contencioso relativamente a este contrato porque a nossa Administração não reconhece este valor e não queremos ser espoliados pelos nossos parceiros privados. Já basta o que nos levam nas Águas da Serra, quanto mais agora ainda com um FI de gestão. Portanto, isto é o que na verdade acontece. -----

Por que é que a dívida que reconhecemos existir, que tem a ver com os contratos-programa, ainda não foi paga, incluindo aquela que já vinha de antes do nosso Executivo ter assumido funções em 2013? Porque é preciso ser devidamente fundamentada e é só há uma forma de o fazer. Essa forma está a ser trabalhada e está o caminho aberto para que se possa chegar a esse desiderato. -----

Para que não haja dúvidas, o parecer do ROC diz o seguinte e passo a citar (não é a interpretar, é o que lá diz): *“Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para opinião com reservas” do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório consolidado de atividade foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas e demonstrações orçamentais consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.”* Portanto, quem aqui esteve

a falar sobre opiniões do ROC, não vimos o mesmo documento porque isto está dito por ele. Não sou eu que estou a dizê-lo. Isto é consultável por qualquer nosso concidadão. Ia lá o nosso Município apresentar contas que não fossem fidedignas, que não fossem consonantes e que não cumprissem a Lei?! -----

Uma coisa é se estão ou não estão publicadas. Esse problema nem sequer é propriamente de transparência, mas, em última instância, poderá sê-lo, de não estarem publicadas na página oficial da empresa e outra coisa é elas existirem e o ROC ter tido acesso a elas. -----

Já agora importa dizer outra coisa. Esta reserva que diz respeito só e apenas às *Águas da Covilhã* neste aspeto que aqui vos estive a esclarecer nunca é transferido para a consolidação de contas como vos pude ler. Uma coisa é a reserva das contas da AdC quanto a esse pormenor e outra coisa é a reserva das contas do Município. Fez-se aqui a insinuação torpe, desagradável, injusta, para não lhe chamar outra coisa, de que as contas estavam marteladas ou coisa do género e que o ROC não quis certificá-las. Não. O ROC disse isso que acabei de ler. Não disse outra coisa. Uma coisa são as reservas, repito, a este diferendo que temos com o nosso parceiro privado nas *Águas da Covilhã* e outra coisa é o perímetro municipal de contas na sua generalidade. -----

Já agora esta dívida, no que diz respeito aos contratos-programa que está em vias de legalização, na prática, é como se não existisse quando fazemos contas dentro do perímetro. Por quê? Dentro de uma instituição ninguém deve nada a ninguém. Ou seja, estamos a falar de empresas da mesma entidade, do Município, do grupo municipal e, portanto, não existem dívidas dentro de departamentos ou de empresas entre si e daí a sua exclusão. Sei que isto custa a entender para algumas pessoas ou não querem entender que é uma coisa completamente diferente. Só se se tratasse de uma empresa exterior, mas aí já não estávamos a falar do perímetro de contas municipal. -----

Para que dúvidas não restem, aumentámos o património do Grupo Municipal em 3 milhões de euros e abatemos no passivo 2,8 milhões de euros. Não há nenhuma reserva, por parte do Revisor Oficial de Contas, relativamente às contas consolidadas do Município. Há sim uma reserva do Senhor Revisor Oficial de Contas relativamente às contas da AdC no que diz respeito àquele diferendo entre os nossos representantes no Conselho de Administração e o nosso parceiro privado. Tão somente isto e acho que mais claro do que isto não posso ser.” -----

- **Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira (PPD/PSD):** “Não tinha intenções de intervir neste ponto, mas, de facto, daquilo que ouvi aqui do Senhor Presidente, não ficava bem com a minha consciência se não lhe dissesse uma coisa muito diretamente. O Senhor Presidente falou relativamente à música do ROC e da amiga e dos orgulhosos mais de 3 milhões de euros, se ouvi bem. -----

Senhor Presidente, já falámos disto tanta vez nestas Assembleias e propriamente nestas temáticas e é inacreditável vê-lo falar assim porque chega a ser ofensivo para os Covilhanenses e passo a explicar porquê. As suas contas são desgraçadas, dizia o Senhor Presidente. Sim, Senhor Presidente. São desgraçadas para os Covilhanenses e vou-lhe dizer em que aspeto. Quando andámos há quatro anos a pedir que devolva os 5% do IRS que o Município tira aos Covilhanenses

e diz que não, que não o pode fazer, quando ouvimos o Deputado Pedro Bernardo também dizer a mesma coisa de que este foi um Município que não reteve fiscalmente e que não penalizou fiscalmente os Covilhanenses nesta temática não é verdade. Dizer que as suas contas têm um saldo positivo de 3 milhões, é o tal dito ofensivo porque esse dinheiro não é seu. É nosso. É de todos nós e, portanto, acho que era de toda a justiça, social e financeira, devolver o IRS que é tão penoso, uma vez que todos conhecemos e todos sentimos a carga fiscal que todos os portugueses têm. ---

Convido todos a fazer uma pequena pesquisa que fiz no meu telemóvel, há dois minutos atrás, e perguntei à inteligência artificial quantos municípios é que devolvem o IRS aos seus municípios. Em 308 municípios, 199 vão devolver em 2025 o IRS aos seus municípios. Acho que os Covilhanenses mereciam bem melhor.” -----

- **Eng.º Pedro Miguel de Melo Bernardo (PS):** “Provavelmente já tivemos esta discussão em diferentes momentos ao longo deste mandato. A questão da devolução do IRS é uma questão profunda e que poderia dar aqui uma discussão ainda mais profunda, nomeadamente na questão do financiamento das autarquias que é imposta. Objetivamente faço-lhe uma pergunta. O IRS é um imposto sobre aquilo que são os rendimentos pessoais dos cidadãos. Como é evidente, um concelho, por exemplo, como Lisboa que pratica aquilo que é a devolução de IRS mais baixa, em que tem uma média salarial mais alta, consegue ter uma coleta de rendimentos muito maior do que no caso da Covilhã. A questão do IRS é aplicável àquilo que são as pessoas de maiores rendimentos dentro do município e é sobre esse princípio da proporcionalidade que o IRS é aplicado e é exatamente sobre essa justiça social que aquilo que é do ponto de vista de rendimento para o município é também aplicado. Portanto, se é necessário haver um equilíbrio e se é necessário haver também rendimentos por parte do município, aquilo que defendemos é que os rendimentos mais altos terão que dar uma contribuição mais alta comparativamente, infelizmente, à grande maioria dos Covilhanenses e, até por uma questão de salário médio na Covilhã, provavelmente a retribuição que dá de IRS é praticamente nulo.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** explicou porque é que nunca propôs “que se devolvessem aos concidadãos nossos 5% do IRS. O número que me citou não me impressiona porque temos 308 municípios e falou-me de 199. É verdade que é a maioria, mas a maioria nem sempre tem razão. Isto é uma evidência constatável, passo a redundância. -----

Já expliquei que isto é uma questão ideológica. Sou social democrata. Vocês são liberais. O Partido Social Democrata só tem-no no nome. Aliás, na família europeia ninguém vos lá quis. O Partido Socialista está na família europeia social democrata e eu sou social democrata e os sociais democratas têm por princípio a obediência que não é cega, mas é por convicção de que devemos redistribuir. Ou seja, aqueles que mais têm devem ajudar os que menos têm. Isso não é caridadezinha. É a solidariedade que se pratica também através da política fiscal e, na Covilhã, os nossos concidadãos em geral, não se podem queixar porque temos todos os impostos no mínimo. Podia ter feito aí uma busca e ver quantos é que têm a derrama isenta e no mínimo respetivamente nas condições que já sabem, os IMI’s no mínimo, ... Lá está outra leitura ideológica que é a do Partido Comunista. Depois, para além da derrama e do IMI, as isenções que damos como incentivo

à construção, à requalificação urbana, enfim, tantos benefícios fiscais, à taxa de ocupação de subsolo... -----

Dizer que este Executivo é injusto com os Covilhanenses é uma injustiça porque estamos a fazer aquilo que outros não conseguem fazer aqui bem perto de nós e estão sempre pressurosos em ir buscar exemplos perto de nós. Não o conseguem fazer e nós conseguimos fazê-lo. Porquê? Porque estas contas que aqui hoje apresentei consolidadas nos permitem fazer isso e permitem-lhes fazer isso porque fomos cuidadosos, fomos rigorosos, fomos atentos sempre em pagar as dívidas, em ir fazendo obra e equilibrando e dando credibilidade ao Município da Covilhã. É ver quanto é que se pagava aos credores, quantos dias demorávamos a pagar aos nossos credores há 12 anos e quanto é que demoramos agora. -----

Não obstante as dificuldades que existem, e que são muitas, em conseguir encontrar empresários para realizar determinadas obras e, sobretudo, em determinado montante, a verdade é que toda a gente quer trabalhar com a Câmara da Covilhã porque paga, porque é pessoa de bem e honra os seus compromissos. Para além das boas contas, chamem-lhe contas justas, certas, é-me indiferente o adjetivo que utilizem, o importante é que estas contas refletem rigor, empenho e trabalho. Como diz e bem, é o esforço dos Covilhanenses, é o esforço do Executivo na sua globalidade, mesmo quando não concordam porque também estimulam a procura de melhores soluções e ao nosso corpo técnico de trabalho na área financeira. É um trabalho coletivo. É um trabalho de equipa. Aqui não há cá iluminados. Aqui trabalhamos em equipa e essa equipa desenhou, ao longo destes anos, umas boas contas. -----

Eu sei que isto custa. Ao fim destes 12 anos, os Senhores gostavam de estar aqui a dizer “que vergonha. Vejam lá, não conseguiram equilibrar as contas da Câmara e isto é daquilo.” Mas não, lamentavelmente não têm esse prazer. O que temos para apresentar está à vista de todos e reconhecido. Basta ir aos anuários financeiros. Basta ouvir as empresas da especialidade, dos especialistas. Eles todos são unânimes em reconhecer que a Câmara da Covilhã, para além de ser uma pessoa de bem e que honra os seus compromissos, a verdade é que também equilibrou as contas, devolveu credibilidade ao Município para poder encarar o futuro com mais segurança, com mais tranquilidade e com mais força e garra.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação - **Prestação de Contas Consolidadas de 2024** foi a mesma **apreciada e votada por maioria com 24 votos a favor (PS e DMI's), 09 votos contra (PPD/PSD, CDS-PP e CDU – PCP/PEV) e 02 abstenções (Movimento “Covilhã Tem Força” e Presidente da Junta de Freguesia do Tortosendo).** -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Deputados Municipais: Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP), Ilídio Moisés Serra dos Reis (PS), Dra. Joana Petrucci Dias Rocha (CDS-PP, José Carlos Varandas Neves Matos (Dominguizo), Dr. Sérgio Nuno Proença Rodrigues (Orjais), Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso) e Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio). -----

--- Foi feita a seguinte Declaração de Voto: -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)**: “O CDS obviamente vota contra esta prestação de contas não só por aquilo que aqui já disse, mas sobretudo pela falsidade que aqui foi dita pelo Senhor Presidente da Câmara em vários pontos, nomeadamente no que diz respeito ao relatório do Revisor Oficial de Contas. Porque, de facto, o Senhor Revisor Oficial de Contas diz claramente *“Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mentemos o ceticismo profissional durante a auditoria e também:* -----

– *identificamos e avaliamos os riscos de distorção material”* -----

e diz que a exceção que foi dita aqui pelo Senhor Presidente da Câmara é aquilo que pode efetivamente mudar todas as contas e depende da verificação ou não. -----

Como qualquer auditor ou como qualquer pessoa que faz as audições, a responsabilidade não é dele. A responsabilidade é de quem faz as contas e, portanto, aquilo que aqui é dito é que estes riscos, estas reservas que aqui são ditas, no final, a verificar-se a desconformidade que está aqui plasmada, altera substancialmente as contas do Município. -----

Portanto, Senhor Presidente, podemos construir estátuas, mas a sua estátua e o seu mandato têm pés de barro. Por essa razão, o CDS vota contra esta prestação de contas final.” -----

3.6 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE REVISÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA N.º 8

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 23 de junho de 2025, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º, conjugado com a alínea c) do n.º 1 do art.º 33.º, ambas do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação vigente, através do ofício n.º 3595/25 de 2025.06.23 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** prescindiu do seu tempo para apresentação do assunto. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)**: “A Câmara Municipal da Covilhã apresenta a esta Assembleia a proposta de revisão Orçamental n.º 8, a segunda modificação do ano de 2025. -

Considera o aumento das despesas correntes em matérias-primas 516.000 € (45%), alimentação e refeições confeccionadas 600.000 € (37%), Transportes 300.000 € (26% de aumento) e outros trabalhos especializados 400.000 €. -----

Quanto às transferências e subsídios correntes para as freguesias, um aumento de 300.000 € (15%) e para entidades não lucrativas 200.000 € por via da diminuição de aquisições de capital de 40% da rubrica de viadutos, arruamentos e obras complementares. Portanto, uma diminuição de 1.700.000 € e pela diminuição integral da rubrica também da aquisição de bens de capital para empresas públicas municipais. -----

Esta modificação traz-nos também o incremento do empréstimo realizado para o resgate da concessão do Serviço de Saneamento em Alta do Município da Covilhã. -----

Em nosso entender, não nos parece razoável que as rubricas correntes, nem seis meses passados da aprovação do Orçamento, tenham de ser reforçadas algumas em 45% que agora, nem seis meses decorridos, se perceba que as matérias-primas precisam de mais 45% do valor orçamentado, que as refeições confeccionadas precisem de mais 37% ou que os transportes precisem de mais 26% ou que, entre freguesias e entidades não lucrativas, precisem agora de mais meio milhão de euros. -----

Se por um lado estes aumentos evidenciam deficiências no planeamento das despesas correntes, o que não devia acontecer, mas as insuficiências vão ser supridas através da diminuição de despesas de capital, diminuindo 40% em viadutos, arruamentos e obras complementares e a totalidade das transferências para empresas municipais. Ou seja, por um lado, o planeamento não foi bem conseguido e, por outro, o instrumento que aqui foi aprovado há seis meses atrás nos indicava uma percentagem de investimento municipal que, por exemplo, em viadutos e obras complementares hoje em dia é amputado em cerca de 40%. -----

Ora, a nossa perspetiva é que isto não devia acontecer e que esse instrumento de planeamento que aqui se vem defender, que aqui se elogia, passados seis meses, seja por exemplo numa rubrica de capital e, portanto, despesas de capital que é investimento que vem para o nosso Concelho seja amputado em 40%. -----

Fica a pergunta: quais é que são as obras que vão sair desta rubrica e que já não serão realizadas até ao final do mandato?" -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Mais uma alteração orçamental, mais um instrumento previsional. Nada de novo. De facto, a verdade é que, quer nos orçamentos, quer nas alterações orçamentais, andamos sempre aqui à espera do que nada acontece. -----

Esta alteração orçamental tem, de facto, esta questão da incorporação deste empréstimo para o resgate, valor que supostamente não sabemos qual é que é porque, de facto, ainda nada foi dito. Aqui não posso deixar de dizer que fico, já não digo surpreso, mas fico muito preocupado com aquilo que ouvi do Senhor Presidente a dizer que “há coisas que a gente não pode dizer.” Quer dizer, na Câmara não pode dizer o que é que são contingências financeiras resultantes de uma ação judicial que é obrigatório por lei estarem nas contas. “Mas não se pode dizer” pelo menos aos Deputados. Não sei a quem é que dirá, mas aos Deputados não diz. Acho que isto é, no mínimo,

já delirante. Já começamos a entrar no ridículo e espero bem que vá para a sua Câmara pequenina porque nas grandes já percebemos que não tem jeito nenhum para isto. -----

Mas a questão que estamos a falar é a constatação do óbvio. É que, de facto, as obras é para saírem, é para tirarem à custa das juntas de freguesia, ... É a constatação do óbvio e do que tem acontecido ao longo destes 11 anos. O Senhor Presidente anda constantemente a penalizar os Covilhanenses e vem aqui dizer que está a fazer um favor aos Covilhanenses com as contas! Gostava sinceramente que os Covilhanenses tivessem orgulho nesta Câmara pelas obras que são feitas, pela limpeza que é feita, mas infelizmente aquilo que temos é aquelas fotografias que o PCP aqui hoje trouxe e não há vergonha de dizer que, afinal de contas, o que é preciso é termos umas contas aparentemente bonitas e depois vamos ao orçamento e lá está menos obras na estrada da Ponte de Alvares e do Canhoso até à Rotunda do Operário, menos obras, menos conforto para os Covilhanenses e pronto, cá estamos nisto e é isto que temos efetivamente e que podemos esperar desta Câmara. -----

O CDS, como sempre, tudo o que seja instrumentos previsionais não vota contra. Nunca votou contra. Sempre se absteve e nesta não vai ser diferente. Esperemos e continuamos a dizer é um ato de fé. Faça alguma coisa. Cumpra alguma coisa do que põe nos orçamentos Senhor Presidente.” -----

- **Eng.º Luís da Silva Rodrigues (PPD/PSD):** “Depois de tudo o que já nos foi dito, o que nos apraz dizer é que a proposta de alteração orçamental assenta exclusivamente num novo empréstimo de 5.88 milhões de euros, inscrito numa rubrica genérica de outras despesas correntes sem que esteja detalhada a sua aplicação, embora percebamos que se refere a um resgate da concessão, mesmo quando não sabemos o desfecho da providência cautelar que suspendeu esse processo. -----

Paralelamente, são suprimidas despesas de investimento, como as obras públicas e transferências de capital sem explicação clara. Apesar de dizer que vai fazer a obra ainda ali da Ponte de Alvares, o que é certo é que há uma redução do dinheiro para essa obra, assim como também a pavimentação da área urbana da Grande Covilhã, da Rua General Humberto Delgado até à Rotunda do Operário que era uma grande bandeira do orçamento municipal para este ano. -----

Continuamos a discordar da forma como o Município tem gerido este processo. É o que temos a dizer.” -----

- **Eng.º Pedro Miguel de Melo Bernardo (PS):** “T tecnicamente, a bancada do PCP fez a apresentação daquilo que são as percentagens e as rubricas que vamos aprovar ou que vamos colocar à votação.

Aquilo que apraz à bancada do PS é de salientar aqui dois pontos fundamentais. -----

Do ponto de vista político, é a questão do resgate da ADS ser aqui alvo de cabimento e ser alvo de procura e de estar, neste momento, também já definido como parte daquilo que será estratégico, provavelmente o futuro para a Covilhã; e o segundo é, de facto, uma adaptação daquilo que é a gestão do Município a limitações e contingências que existem do ponto de vista de formalidades e nomeadamente a questão das revisões de preço e a questão das contratações de empresas

externas superiores a 400.000 €. Portanto, essa adaptação obriga, de facto, que se encontre aqui soluções. Aquilo que demonstra, por parte do Executivo Municipal, é exatamente o encontro dessas soluções para dar resposta àquilo que são os anseios da população. -----

É com essa convicção que alguns destes compromissos que foram assumidos com a população e com algumas freguesias da Covilhã sejam cumpridos, sejam cumpridos com as freguesias, serão cumpridos com as próprias associações porque, penso que já foi aqui utilizada essa expressão no passado ou durante esta reunião, mais vale a pena fazermos essas alterações modificativas a termos o dinheiro parado porque senão aí, de facto, não estará ao serviço dos Covilhanenses. ----

É com esse propósito que o Partido Socialista irá votar favoravelmente esta alteração modificativa.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** explicou que “esta alteração orçamental modificativa, que é a n.º 8, tem pleno cabimento, plena justificação, é racional, necessária e indispensável para que concluamos este exercício do ano de 2025, honrando, como dizia há pouco como pessoa de bem que a Câmara é, os nossos compromissos, incluindo as obras que fomos falando e não é pelo facto de a obra da Rua Humberto Delgado até à Rotunda do Operário não se poder realizar por culpa alheia ao Município (não fomos nós) - e já disse que nem discuto nem tenho que discutir a soberania do Tribunal de Contas que, desde março, decidiu e é jurisprudência deste Tribunal obrigar à revisão de projeto, que obras de elevado valor tenham que aguardar outras núpcias -, essa infelizmente não se prevê, não se antevê que possa vir a ser realizada até ao final do presente exercício. -----

Não seria uma irracionalidade e uma irresponsabilidade deixarmos este dinheiro lá sossegadinho num canto e não o utilizarmos de outra forma igualmente útil e também para a mesma finalidade, mas não no mesmo sítio? Isto não é compreensível, não é compaginável com aquilo que é a prática autárquica, aquilo que é a governação autárquica? -----

O que é que estamos a fazer? Estamos a agarrar no dinheiro dessa obra e vamos comprar mais matérias-primas, vamos comprar, designadamente toutvenant, areias, massas asfálticas, alcatrão, ... para que aquilo que não conseguimos, neste caso concreto, fazer por empreitada, fazê-lo por administração direta. Ou seja, tivemos que reforçar a aquisição destas matérias-primas para podermos, por administração direta, fazer essas mesmas obras, honrando os restantes compromissos. -----

Somos responsáveis pelo aumento generalizado dos preços dos bens e serviços? Qualquer dia só falta dizer que a Câmara é responsável porque há um aumento generalizado dos preços! -----

No caso das refeições escolares, estávamos habituados a ter 600.000 € de despesa a esse nível e este ano são 2,8 milhões de euros. Vejam a diferença. E porquê? Porque aumentou a população escolar, felizmente, porque também aumentou o preço das refeições porque aumentaram os produtos agrícolas indispensáveis à confeção dessas refeições e de quem as contratualizou e de quem as fornece. -----

Transportes escolares – Se temos mais população, temos que transportar mais e despende mais dinheiro a esse nível. -----

As atividades culturais, que são sempre tão aqui objeto de discussão, custam dinheiro e há, de facto, um acréscimo com atividades culturais e eventos desportivos. -----

Apoio às Juntas de Freguesia – O que vamos fazer nas próximas duas reuniões de câmara, designadamente na do dia 04, mas sobretudo na do dia 18, é municiar os Senhores Presidentes de Junta com mais apoio nesta reta final de mandato para todos eles indiscriminadamente, para aquilo que é efetivamente preciso. -----

É necessário que entendamos muito bem isto. Não estamos aqui a fazer isto para o nosso belo prazer. Não modificamos por modificar. Seria, como digo e repito, uma irracionalidade guardar um dinheiro que pode ser canalizado para obras que, não podendo ser feitas por empreitada, vão ser feitas por administração direta, como quem diz, pelas nossas equipas, pelos nossos trabalhadores que estão numa boa frente de trabalho. -----

Depois essa mesma despesa está aqui clarinho como água, está documentada para o que é e para o que vamos fazer. Por exemplo, uma obra que não se antevê que se possa realizar até ao final do corrente mandato, aqui não por causa da revisão de preços, mas porque as obras se atrasaram por razões que também nos são alheias, não faz sentido um dinheiro ficar ali a aguardar, estar ali na prateleira ou no cofre e não ser utilizado pelas juntas, pelas associações e por quem efetivamente precisa. -----

Por outro lado, temos também obrigações como no que diz respeito aos transportes no âmbito da Comunidade Intermunicipal, uma questão que já discutimos hoje, onde somos o principal pagador porque somos o maior Município e somos a autoridade de transporte que mais paga na Comunidade Intermunicipal e na devida proporção. Isto significa, de facto, que temos que honrar estes compromissos. -----

Por outro lado, importa referir que podem discorrer o que quiserem sobre a questão do resgate, mas a verdade é que não podíamos iniciar, concluir e dar andamento sequer o processo de resgate se não contraíssemos um empréstimo para essa finalidade. Ele está lá salvaguardado. Este dinheiro está cativo para esse efeito. Tem que estar lá para esse efeito, sob pena de não cumprirmos aquilo que a Lei determina e, portanto, nada mais é do que isto. Estamos a falar, ainda assim, de quase 6 milhões de euros (5.880.000 €). -----

São estas, sumariamente, as razões que nos leva a fazer esta alteração orçamental e é com esta virtuosa e também muito racional finalidade.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Revisão Orçamental Modificativa n.º 8** – foi a mesma **aprovada por maioria com 21 votos a favor (PS e todos os DMI's), 08 votos contra (PPD/PSD e CDU – PCP/PEV) e 03 abstenções (CDS-PP e Movimento “Covilhã Tem Força”)**. -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Deputados Municipais: Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP), Ilídio Moisés Serra dos Reis (PS), José Carlos Varandas Neves Matos (Dominguizo), João Ramos Almeida (Erada), Cristina Maria Conde de Campos

Barata (Peraboa), Dr. Sérgio Nuno Proença Rodrigues (Orjais), Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo), César Araújo Craveiro (Casegas e Ourondo), Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso) e Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio). -----

**3.7 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DA
CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O
MUNICÍPIO DA COVILHÃ E A ENERAREA – AGÊNCIA REGIONAL DE ENERGIA E
AMBIENTE DO INTERIOR, SOBRE A APROVAÇÃO DA MINUTA DO PROTOCOLO, SOBRE
A AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA E TIPO DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA A
AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM MÉDIA TENSÃO (MT) E AINDA SOBRE
AUTORIZAÇÃO DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DOS COMPROMISSOS
PLURIANUAIS INERENTES AO PROTOCOLO – FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA
EM MÉDIA TENSÃO (MT) AO MUNICÍPIO DA COVILHÃ – PROCEDIMENTO 04-
ENERAREA-2025**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 09 de maio de 2025, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 23.º e alínea m) do n.º 1 do art.º 33.º e na alínea k) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual e de acordo com o previsto na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, através do ofício n.º 2853/25 de 2025/05/12 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Não tendo havido inscrições, a proposta da Câmara Municipal foi colocada à votação, tendo sido: -----

- ***Autorizada a Celebração de Protocolo de Delegação de Competências entre o Município da Covilhã e a ENERAREA – Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior;*** -----
- ***Aprovada a Minuta do Protocolo;*** -----
- ***Autorizada a Abertura e Tipo de Procedimento Concursal para a Aquisição de Energia Elétrica em Média Tensão (MT); e*** -----
- ***Autorizada a Repartição de Encargos e Assunção dos Compromissos plurianuais inerentes ao Protocolo – Fornecimento de Energia Elétrica em Média Tensão (MT) ao Município da Covilhã – Procedimento 04-ENERAREA-2025.*** -----

--- As deliberações acima mencionadas foram tomadas por maioria com 31 votos a favor (PS, PPD/PSD, CDU – PCP/PEV, Movimento “Covilhã Tem Força” e todos os DMI’s) e 02 abstenções (CDS-PP). -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Deputados Municipais: Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP), Ilídio Moisés Serra dos Reis (PS), José Carlos Varandas Neves Matos (Dominguizo), Cristina Maria Conde de Campos Barata (Peraboa), Dr. Sérgio Nuno Proença Rodrigues (Orjais), Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo), César Araújo Craveiro (Casegas e Ourondo), Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso) e Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio). -----

3.8 – TOMADA DE CONHECIMENTO DO PRIMEIRO RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO PARA A ENERGIA SUSTENTÁVEL E O CLIMA (PAESC)

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 13 de junho de 2025, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para conhecimento, através do ofício n.º 3508/25 de 2025/06/16 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Doutora Mónica Cristina Cerqueira Ramôa (CDU – PCP/PEV):** “Tenho aqui algumas questões e algumas apreciações. -----

Vou falar do volume I, em primeiro lugar, do relatório de monitorização do Plano de Sustentabilidade Energética e relembro que o Plano inicial não contemplava medidas de pobreza energética. Sei isso porque perguntei diretamente, aqui nesta casa, e a resposta foi que ainda não estavam decididas. Como este relatório faz menção a essa pobreza energética e inclusivamente é dito que a Câmara assumiu reduzi-la até 2030, pergunto que políticas é que estão previstas neste sentido, uma vez que isto é feito com base em indicadores e os indicadores medem o efeito direto de políticas, embora cientificamente, às vezes, leva algumas considerações, mas gostaríamos de saber quais é que são essas políticas previstas para combater a pobreza energética aqui no nosso Concelho. -----

Outra apreciação tem a ver com o facto de, mais uma vez, se constatar que o consumo maior de energia é nos transportes (47%). Também gostaria de saber se a Câmara Municipal prevê minimizar porque julgo que a compra de um único autocarro elétrico não me parece que seja o que vai ter aqui algum impacto nesta situação. -----

Relativamente às emissões de dióxido de carbono, é a mesma coisa. -----

Já agora queria fazer aqui uma ressalva porque não consigo deixar de o fazer. Tivemos aqui um ponto para falar do IC6. O IC6 é importante para o desenvolvimento. Ninguém põe isso em causa, mas o IC6, da maneira que está planeado, é anacrónico. Devíamos estar a pensar num IC6 em que permitisse, por exemplo e sei que isso atrasaria o processo todo, a ferrovia e não apenas o automóvel. Isto porque não podemos, de um lado, sermos todos muito contra as alterações climáticas e acharmos que realmente isto está muito mal e, por outro, politicamente não exigirmos e não pugnarmos para que isso se altere de facto. -----

Depois, relativamente ao volume II que tem a ver com o plano de adaptações às alterações climáticas, devo dizer que o diagnóstico aqui é muito interessante e bem construído. As medidas de adaptações que estão no relatório vão muito de encontro àquilo que já hoje aqui falamos, nomeadamente na rubrica dos espaços verdes. “Espaços verdes” porque tentamos sempre pôr o verde engavetado num espaço específico onde o verde devia ser todo ele. -----

Relativamente à constituição do Conselho Local de Acompanhamento, devo considerar que é, mais uma vez, mais do mesmo, isto é, não há, digamos assim, nenhuma mudança até na abertura que se devia ter para este tipo de organismos.” -----

- **Eng.º Luís da Silva Rodrigues (PPD/PSD):** “É um documento importante do qual podemos extrair muita informação e que entendemos ser de extrema relevância, não podendo aqui fazer uma análise exaustiva do mesmo, mas apenas referenciar alguns dados que julgamos mais pertinentes, sem desvalorizar os restantes. -----

O meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares no Concelho da Covilhã em 2021 foi o automóvel ligeiro, utilizado por 72% da população concelhia que trabalha ou estuda. Cerca de 10% da população utilizou o autocarro e 16% optou por se deslocar a pé. -----

No ano de 2023, o consumo total de energia final no Concelho da Covilhã foi de 684.127 megawatt/hora. A utilização da energia nos transportes correspondeu a 47% dos consumos, seguindo-se os consumos nos edifícios residenciais com 21% e indústria com 15% dos consumos. Em termos de fontes de energia mais utilizadas, destacam-se os consumos de petrolíferos 48% e de eletricidade 31%. No inventário das emissões do dióxido de carbono equivalente de origem energética, temos que a utilização de energia nos transportes resultou em 44% das emissões do dióxido de carbono equivalente no território concelhio, seguindo-se as emissões da indústria em 23% e dos edifícios residenciais 15%. Considerando a desagregação das emissões de dióxido de carbono equivalente por fonte de energia consumida, destacam-se as emissões associadas à utilização de petrolíferos de 53% e 39% em eletricidade. -----

No cenário atual, observa-se que, no ano de 2023, as emissões de dióxido de carbono equivalentes ou associados ao consumo de energia no território foram de 153.282 toneladas de dióxido de carbono. A utilização de energia nos transportes resultou em 51% das emissões, seguindo-se a indústria com 16% das emissões e os edifícios residenciais com 15%. Em termos de emissões por fonte de energia utilizada, evidencia-se os impactos da utilização das petrolíferas em 56% e da eletricidade em 34%. O setor dos transportes destaca-se como principal setor consumidor de energia final, no ano de 2023, 47% dos consumos de 319.364 megawatt/hora e a principal fonte

de emissões de dióxido de carbono equivalente de origem energética ocorridas no território no ano de 2023, 51% das emissões com 77.953 toneladas de dióxido de carbono equivalente. Neste setor verifica-se o consumo predominante de produtos petrolíferos. -----

Senhor Presidente, se continuarmos a analisar os valores deste relatório, continuamos a verificar que os transportes são quem mais poluem e em que há mais gastos de energia fóssil. -----

Verificamos que o automóvel continua a ser o meio de transporte predominante. -----

Está mais que na hora de encontrar novos circuitos de transportes públicos para que todo o Concelho e que sirvam também as zonas industriais do Canhoso. Não é só para a zona da Grande Covilhã. É para o Concelho e com horários ajustados à indústria, comércio e serviços, assim como exigir autocarros elétricos ou híbridos a gás natural e de tamanho ajustado aos percursos que servem. Não podemos continuar a ter 10% da população a utilizar o transporte público e mais de 70% utilizar automóvel.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que todas as questões suscitadas são importantes, “mas há uma que, no âmbito da nossa disponibilidade e daquilo que podemos fazer, é relativamente à questão de como combater a pobreza energética. Prosseguir naquilo que nos diz respeito e, designadamente no que concerne à habitação social – continuar o que já encetámos e o que já fizemos no âmbito desse combate à pobreza energética, aumentando a eficiência energética das habitações municipais e também, no fundo, promover e estimular que isso seja feito pelos nossos concidadãos com iniciativas direcionadas para o efeito, com estímulos do ponto de vista fiscal, daquilo que seja possível do ponto de vista legal ao Município realizar em harmonia, obviamente, com o Governo da República que também tem essa sensibilidade e também está vocacionado para aí porque tem que cumprir as metas que estão traçadas pela União Europeia e pelas convenções internacionais no que diz respeito às alterações climáticas e cumprir as metas da descarbonização, etc. Esse é também um caminho. -----

Por outro, promover a instalação de fontes de energia renovável. Quanto mais energias renováveis tivermos no nosso território, mais poupamos o ambiente, mais diminuimos a nossa pegada ambiental e, no fundo, conseguimos atingir mais rapidamente e dando o nosso contributo para a adaptação às alterações climáticas. -----

Já no que diz respeito à ferrovia, é um bocado complicado porque o traçado do IC6 e a orografia da Serra da Estrela não era compaginável com um traçado ferroviário. Repare que, se as autoridades do ambiente, designadamente a Agência Portuguesa para o Ambiente, colocam muitas reservas a tudo quanto seja intervir, já não digo na área protegida, mas nas áreas adjacentes, imagine o impacto que não teria um traçado de ferrovia neste paralelo porque iria ocupar ainda mais espaço. É verdade que, só neste aspeto, teria razão porque diminuía a emissão de CO2, mas a verdade é que também acabava por ocupar drasticamente muito desse espaço. ---

Por outro lado, ainda não está como pretendemos, mas a Linha da Beira Baixa e da Beira Alta foram renovadas. Estão aí para encurtar distâncias temporais e pode ser que no futuro outros meios de meio de transporte sejam mais amigos do ambiente. -----

Também sou apologista, já agora, daquilo que disse o Senhor Deputado Luís Rodrigues, que é o pugnarmos para que tenhamos mais transporte público amigo do ambiente e também adaptado às necessidades dos nossos concidadãos, das nossas empresas, das nossas entidades e, por conseguinte, esse é o caminho. -----

Esses são alguns dos caminhos porque não há via única e esse trabalho é um trabalho que todos temos que encetar e continuar.” -----

--- *A Assembleia Municipal da Covilhã tomou conhecimento do Primeiro Relatório de Monitorização do Plano de Ação para a Energia Sustentável e o Clima (PAESC).* -----

Não se encontravam presentes na sala os Deputados Municipais: Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP), Ilídio Moisés Serra dos Reis (PS), José Carlos Varandas Neves Matos (Dominguizo), Cristina Maria Conde de Campos Barata (Peraboa), Dr. Sérgio Nuno Proença Rodrigues (Orjais), Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo), César Araújo Craveiro (Casegas e Ourondo), Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso) e Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio). -----

3.9 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DA COVILHÃ NA FREGUESIA DE UNHAIS DA SERRA – TRANSPORTE DE ALUNO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 09 de maio de 2025, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, através do ofício n.º 2852/25 de 2025/05/12 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** “Ouvi aqui de manhã que nenhuma cadeira ficava vazia. Acontece que, na última votação, tivemos 33 votos o que significa que faltam cá 10 pessoas e há 10 cadeiras vazias que significam 23% dos eleitos desta Assembleia Municipal. -----

Relativamente ao ponto, em nome do Grupo Municipal do PCP, nada a opor relativamente ao contrato que está em cima da mesa para a aprovação para resolver um problema de um aluno referente ao ano letivo 2023/2024. -----

Este é um protocolo para resolver um assunto que vem de 2023/2024 para transporte de um aluno que a Freguesia de Unhais da Serra, portanto, providenciou e que não tinha transporte de táxi nessa altura. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal há pouco dizia-nos que não temos culpa sobre a responsabilidade do aumento generalizado dos preços e vamos votar aqui um protocolo de 15.750 €, mas que tenhamos consciência de que nos custou a todos – Município da Covilhã – muito mais. E porquê? Porque ao longo do processo e ao longo da entrada do email da Junta de Freguesia de Unhais da Serra dar conta desta situação: -----

Em 23 de janeiro de 2024, este processo passou por 70 etapas, mais 15 a seguir. Portanto, 85 etapas, muitas delas de uma comunicação a dizer “para os devidos efeitos”. Nunca percebi muito bem o que é “para os devidos efeitos” de um chefe para outro, de um Departamento para uma Divisão, de uma Divisão para o Vereador, do Vereador para o Chefe de Gabinete, do Chefe de Gabinete para o Presidente até chegar “agende-se”. -----

Aqui é que temos que intervir. Ou seja, isto custou muito mais do que 15.750 € e é aqui é que os recursos podiam, de forma eficiente, trazer a eficácia daquilo que hoje está a ser deliberado, mas com muito mais eficiência, reduzindo estas etapas todas, fazendo grupos interdisciplinares, mudando a estrutura da Câmara Municipal. Sei lá quem é que tem a responsabilidade de o fazer, mas perceber que isto demora um ano e meio a ser resolvido por causa da estrutura interna da Câmara Municipal – passou pelo Departamento de Educação, pelo Chefe de Gabinete, pelos vários departamentos, foi ao Departamento Municipal de Administração e Modernização Administrativa e de Finanças, enfim, a praticamente toda a estrutura da Câmara Municipal para se decidir. Estamos a falar de 15.000 € e, portanto, é isto que necessita de reflexão. -----

Pela nossa parte, temos consciência da alteração profunda que isto precisa de levar. Esperamos que os programas dos outros candidatos sejam também acompanhados e que, efetivamente, quem fique transforme porque trata-se de serviço público e de dar respostas às pessoas, neste caso a uma Junta de Freguesia, de forma muito mais eficiente. -----

Está aqui plasmado aquilo que é o funcionamento atual desta tal máquina pesada que o Senhor Presidente há pouco falava.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Sobre esta matéria, obviamente que a despesa está feita. Fiquei preocupado por causa do Senhor ter respondido à Presidente da Junta de Peraboa “eh pá, está feito. Já não podemos pagar nada.” Nesta aqui, afinal a coisa já está feita e afinal a Câmara já pode pagar. A questão que coloco é se num lado não era legal, neste aqui já passa a ser?

Só quero ter a tranquilidade para poder votar favoravelmente porque, obviamente, há aqui dois pesos e duas medidas. Estamos a falar de uma despesa de 2000 de há 2 anos. Para uma Junta a construção do muro já está feita, não pode ser paga e nesta aqui que já foi feita a despesa, já pode ser paga. -----

Queria que o Senhor Presidente explicasse a diferença entre a situação e a legalidade de uma e de outra.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que “é muito fácil de explicar. É que neste caso, para além de realizada, a despesa estava devidamente justificada. Foi devidamente participada a quem de direito na Câmara Municipal, apesar deste moroso processo e não é o caso do muro que tem outro enquadramento. Temos sempre o cuidado de analisar os documentos e constatámos que, efetivamente, não padece de nenhuma ilegalidade. -----

No entanto, depois desta descrição que fez o Senhor Presidente da Junta Marco Gabriel, não resisto em dizer o seguinte: têm aqui a prova provada de que a transparência existe. Ele sabe, viu, constatou, pôde ver onde, quando, como é a prática deste ato administrativo. Está aí. Toda a gente tem acesso. Se escondêssemos aquilo que fazemos, os nossos funcionários, os nossos trabalhadores, os nossos dirigentes, não teríamos isto devidamente digitalizado com os passos todos percorridos até ao dia e, portanto, está cabalmente demonstrado que existe transparência no tratamento das questões. Tanto assim é que ele teve pleno acesso, como não podia deixar de ser, e viu o que tinha a ver.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Proposta de Autorização da Celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Município da Covilhã na Freguesia de Unhais da Serra – Transporte de Aluno***, foi a mesma ***autorizada por unanimidade***. -

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Deputados Municipais: Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP), Ilídio Moisés Serra dos Reis (PS), Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro (Movimento “Covilhã Tem Força”), José Carlos Varandas Neves Matos (Dominguizo), João Ramos Almeida (Erada), Cristina Maria Conde de Campos Barata (Peraboa), Dr. Sérgio Nuno Proença Rodrigues (Orjais), Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo), Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar Galo e Vila do Carvalho), César Araújo Craveiro (Casegas e Ourondo), Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso) e Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio). -----

3.10 - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – TAXA CONTRIBUTIVA DA SEGURANÇA SOCIAL – FREGUESIA DE PERABOA E FREGUESIA DE SÃO JORGE DA BEIRA

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 13 de junho de 2025, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, através do ofício n.º 3511/25 de 2025/06/16 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foi interveniente o Deputado Municipal **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)** que referiu que “é um assunto que respeita, um deles, ao ano letivo de 2022/2023 e, o outro, ao ano letivo de 2023/2024. Estamos a falar de uma deliberação para uma Junta de Freguesia de 300 € ou de 700 € e também com 30 e tal etapas que isto demorou, portanto, mais uma vez, se calhar demorou demais. -----

Dizer ainda ao Senhor Presidente, há pouco, para além da inteligência, o seu sentido de humor é, de facto, de ressalvar. A questão que acontece, Senhor Presidente, é que, enquanto florear as questões colocadas com esse sentido de humor, não vai à questão essencial. É que isto ficou, de facto, uma máquina muito pesada e podiam-se ter resolvidos muitos assuntos para que isto não acontecesse. -----

Mas o essencial deste ponto é o seguinte: o PCP já o disse por mais de uma vez. Fizeram-se aqui várias promessas e assumiram-se vários compromissos que não havia mais recibos verdes na contratação de trabalhadores para trabalhar nas escolas, auxiliares, etc. e a questão da comparticipação da taxa contributiva é o comprovativo de que esses trabalhadores estiveram como recibo verde a trabalhar para uma única entidade e, por isso, é que tem que se pagar depois a taxa contributiva. -----

Vamos votar contra porque sempre afirmámos, mas o princípio fundamental de nos terem dito que já não vai acontecer mais e é verdade que, de ano para ano, são menos, mas em 2022 e em 2023 disseram-nos já não vai haver mais e, afinal de contas, ainda havia.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Proposta de Autorização da Celebração de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências – Taxa Contributiva da Segurança Social – Freguesia de Peraboa e Freguesia de São Jorge da Beira***, foi a mesma ***autorizada por maioria com 27 votos a favor (PS, PPD/PSD, CDS-PP e todos os DMI's) e 03 votos contra (CDU – PCP/PEV)***. -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Deputados Municipais: Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP), Ilídio Moisés Serra dos Reis (PS), Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro (Movimento “Covilhã Tem Força”), José Carlos Varandas Neves Matos (Dominguizo), João Ramos Almeida (Erada), Cristina Maria Conde de Campos Barata (Peraboa), Dr. Sérgio Nuno Proença Rodrigues (Orjais), Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo), Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar Galo e Vila do Carvalho), César Araújo Craveiro (Casegas e Ourondo), Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso) e Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio). -----

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

--- Por se ter chegado ao fim dos trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrada a Sessão eram dezoito horas e cinquenta minutos, da qual se lavrou a presente ata que, para sua inteira validade e fé, no fim, vai ser assinada: -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,



União das Freguesias de Covilhã e Canhoso

VOTO DE PESAR José Lopes Bragança

[Handwritten signature]

A União das Freguesias de Covilhã e Canhoso vem por este meio apresentar um voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Lopes Bragança.

Cidadão de virtudes humanas e sociais, manifestadas ao longo de toda a vida, na sua participação cívica. nomeadamente como autarca, onde desempenhou várias funções, fazendo parte da Comissão Instaladora da Freguesia do Canhoso e posteriormente foi membro da Assembleia de Freguesia, em vários mandatos.

Por tudo isto, solicitamos a aprovação do presente Voto de Pesar e que o mesmo seja remetido à família enlutada.

Covilhã, 30 de Junho de 2025

União das Freguesias de Covilhã e Canhoso



Proposta

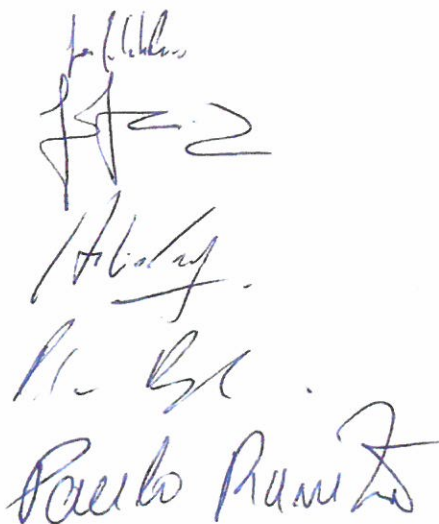
Voto de pesar pelo falecimento de José Lopes Bragança, de 76 anos de idade.

Dedicou parte da sua vida ao desenvolvimento da localidade da sua residência, o Canhoso. Fez parte da Comissão Instaladora da Freguesia do Canhoso tendo sido, posteriormente, e por vários mandatos, membro da Assembleia de Freguesia, exercendo essas funções com, reconhecido, sentido cívico e humano.

Pelo seu contributo social e político e a título de reconhecimento apresentamos este voto de pesar.

Do teor deste voto de pesar, será dado conhecimento aos familiares.

O Grupo da Bancada do Partido Socialista





União das Freguesias de Covilhã e Canhoso

(Doc. 03)

Handwritten signature and initials in blue ink.

VOTO DE LOUVOR

Liga dos Combatentes – Núcleo da Covilhã

A União das Freguesias de Covilhã e Canhoso apresenta um voto de louvor à Liga dos Combatentes – Núcleo da Covilhã, pela passagem do seu 99.º aniversário, efeméride que assinala quase um século de dedicação à causa dos antigos combatentes.

Ao longo da sua existência, esta instituição tem sido uma guardiã dos valores de coragem, sacrifício e patriotismo, mantendo viva a honra dos que serviram Portugal em contextos de grande exigência.

O Núcleo da Covilhã tem feito o seu trabalho em prol da valorização dos seus associados e da preservação da dignidade dos combatentes, promovendo iniciativas de carácter social, cultural e cívico.

Por tudo isto, propomos a aprovação do presente Voto de Louvor, e que o mesmo seja remetido à Liga dos Combatentes – Núcleo da Covilhã.

Covilhã, 30 de Junho de 2025

União das Freguesias de Covilhã e Canhoso

[Handwritten signature]
[Handwritten mark]



União das Freguesias de Covilhã e Canhoso

VOTO DE LOUVOR Bombeiros Voluntários da Covilhã

A União das Freguesias de Covilhã e Canhoso apresenta um voto de louvor aos Bombeiros Voluntários da Covilhã, pelo seu 150.º Aniversário.

Fundada em 1875, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Covilhã é uma das mais antigas e prestigiadas instituições do concelho, sendo fundamental na segurança das populações e da resposta em situações de emergência e catástrofe.

Ao longo de século e meio, gerações de homens e mulheres envergaram com orgulho a farda desta nobre corporação, colocando o bem-estar dos outros à frente do seu e com um profundo sentido de missão.

Relembramos também a memória daqueles que perderam a vida ao serviço da causa pública e para homenagear os que, ao longo de décadas, construíram o prestígio da instituição com dedicação e honra.

Assim, expressamos o maior reconhecimento e gratidão às direções, comandos, corpo ativo, estagiários, estafetas, funcionários e todos os voluntários que asseguraram até hoje, com profissionalismo e humanidade, a missão dos Bombeiros Voluntários da Covilhã.

Por tudo isto, propomos a aprovação do presente Voto de Louvor, e que o mesmo seja remetido aos Bombeiros Voluntários da Covilhã



pt

Covilhã, 30 de Junho de 2025

União das Freguesias de Covilhã e Canhoso



União das Freguesias de Covilhã e Canhoso

Handwritten signature and initials in blue ink.

VOTO DE LOUVOR Festival WOOL

A União das Freguesias de Covilhã e Canhoso apresenta um voto de louvor ao Festival WOOL, que conta com o apoio da nossa Junta de Freguesia.

Reconhecemos publicamente o contributo notável do Festival WOOL, que este ano celebra a sua 12.^a edição, afirmando-se como um dos eventos culturais mais relevantes da Covilhã, e uma referência nacional e internacional na arte urbana.

Através de murais, instalações e ações educativas, tem revitalizado o espaço público, aproximando a arte das pessoas e promovendo o acesso à cultura de forma democrática e participativa.

O WOOL tem sido também uma importante ferramenta de valorização do território, atraindo visitantes, promovendo o turismo cultural e contribuindo para a dinamização económica da cidade. Mais do que um festival de arte, é um projeto de envolvimento comunitário, de intervenção crítica e de reflexão sobre o espaço urbano e social que habitamos.

Por tudo isto, propomos a aprovação do presente Voto de Louvor, e que o mesmo seja remetido aos organizadores do Festival WOOL.

Covilhã, 30 de Junho de 2025

União das Freguesias de Covilhã e Canhoso



União das Freguesias de Covilhã e Canhoso

MOÇÃO

Marchas Populares da Covilhã

A União das Freguesias de Covilhã e Canhoso vem por este meio congratular-se pela realização das Marchas Populares da Covilhã, com o apoio da nossa Junta de Freguesia, que foi um magnifico espetáculo e animou a cidade.

Congratular todas as marchas participantes, que demonstraram o que de muito bom se faz em termos associativos, culturais, desportivos e recreativos, na nossa freguesia e concelho.

Parabéns ao Grupo Instrução e Recreio do Rodrigo; Grupo Desportivo Águias do Canhoso; Grupo Recreativo Vitória de Santo António; Grupo Educação Recreio Campos Melo; CCD Académico dos Penedos Altos; CCD Leões da Floresta; CCD Oriental de São Martinho; Grupo Desportivo da Mata; Moto Clube da Covilhã Lobos da Neve; União de Freguesias de Cantar Galo e Vila do Carvalho; União de Freguesias de Teixoso e Sarzedo e Junta de Freguesia do Tortosendo, assim como às marchas convidadas do ATL do Rodrigo, Centro de Ativ'Idades e da Associação Brinc'ar Livre..

Covilhã, 30 de Junho de 2025

União das Freguesias de Covilhã e Canhoso



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Assembleia Municipal da Covilhã
Sessão Ordinária de 30 de Junho de 2025

Handwritten signature and initials, including a large 'H' and '2' and a blue 'H' below.

Voto de Pesar

O Grupo Municipal do Partido Comunista Português apresenta o voto de pesar pelo falecimento de Manuel Quinteiro Gomes, de 91 anos, em 13 de Maio de 2025.

Natural e residente na freguesia do Tortosendo, foi preso em 23-12-1963 por agentes da Direcção Nacional da PIDE por “actividades contra a segurança do Estado”, segundo a terminologia da polícia política e ficou na Cadeia do Aljube até 14-02-1964, data em que é transferido para o “depósito de presos” (sic) de Caxias. Foi posto à ordem dos Tribunais Criminais, de Lisboa primeiro e depois do Porto em 07-07-1964, ficando aí até ao julgamento de 21-07-1964 em que foi condenado a 18 meses de prisão, suspensão de direitos políticos por 5 anos e medida de segurança de internamento de 6 meses a 3 anos. Em 25-09-1964 foi transferido para a cadeia do Forte de Peniche. Em 15-06-1965 iniciou a medida de segurança de internamento, a pena prolongada, mas ainda foi internado 1 mês no Hospital-Prisão de S. João de Deus. Saiu de Peniche em 25-01-1967 em liberdade condicional, mas a definitiva só a teve em 12-05-1970.

Não teve uma vida fácil, por causa das suas opções políticas, no tempo em que ter opinião diferente do regime vigente, era delito, crime com penas de prisão, torturas diversas, das mais simples às mais complexas que atingiam a mente. Esteve isolado mais de 50 dias e sofreu a tortura do sono até à alucinação.

Manuel Quinteiro Gomes foi um cidadão empenhado na implementação dos valores de Abril e na consolidação da democracia no nosso concelho, teve uma exemplar intervenção cívica, foi eleito e membro da Junta de Freguesia do Tortosendo, onde teve uma participação assinalável na defesa e valorização dos trabalhadores e da população do Tortosendo.

Assim, os membros do Grupo Municipal da CDU – PCP/PEV propõem que a Assembleia Municipal reunida, hoje, dia 30 de Junho de 2025, delibere aprovar um voto de pesar e apresentar as sentidas condolências à família enlutada e a todos os que sentem profundamente a sua ausência.

Assembleia Municipal da Covilhã, 30 de Junho de 2025



H A

H 2

Voto de Louvor – João Paulo Ramos Duarte Mineiro**30 de Junho de 2025**

A bancada do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal da Covilhã propõe a aprovação de um **voto de louvor** ao Professor **João Paulo Ramos Duarte Mineiro**, pelo seu desempenho como Diretor da **Escola Secundária Quinta das Palmeiras**, em reconhecimento pelos seus dedicados anos de serviço em cargos diretivos ao serviço desta instituição de ensino público da cidade da Covilhã.

Ao longo do seu percurso, João Paulo Mineiro destacou-se pela sua liderança pedagógica, pela defesa intransigente da qualidade do ensino, pela promoção de um ambiente escolar inclusivo e pela sua visão estratégica no desenvolvimento da Escola Secundária Quinta das Palmeiras, tornando-a uma referência no concelho e na região.

A sua ação enquanto diretor pautou-se por um elevado sentido de responsabilidade, profissionalismo e proximidade com toda a comunidade educativa – professores, alunos, funcionários e encarregados de educação. Soube promover a modernização da escola, impulsionar projetos pedagógicos inovadores e fomentar o sucesso escolar dos alunos.

O Professor João Paulo Mineiro deixa um legado de compromisso com a escola pública e com o desenvolvimento educativo da Covilhã, que merece ser solenemente reconhecido por esta Assembleia.



Assim, os membros do Grupo Municipal do PSD propõem que a Assembleia Municipal reunida, hoje, dia 30 de Junho de 2025 delibere aprovar este voto de louvor, dando conhecimento ao próprio , como forma deste órgão, representativo de todos os Covilhanenses, manifestar a sua gratidão pelo trabalho desenvolvido e desejar ao à Professora João Paulo Mineiro, os maiores sucessos pessoais e profissionais nos desafios futuros que certamente terá pela frente.

Os membros do grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã,

Vanda Ferreira

Luis Rodrigues

Lino Torgal

Teresa Reis

Mafalda Nunes



Voto de Louvor – Isabel Fael

30 de Junho de 2025

A bancada municipal do PSD apresenta à Assembleia Municipal da Covilhã o presente Voto de Louvor à Prof.ª Isabel Fael, em reconhecimento pelo seu notável percurso profissional, dedicado à Escola Secundária Campos Melo, instituição de referência no concelho e na região.

Ao longo de 26 anos de liderança em cargos diretivos, a Prof.ª Isabel Fael distinguiu-se pelo seu empenho, competência e visão estratégica, promovendo o prestígio da escola, elevando os padrões de qualidade do ensino e contribuindo para a formação de sucessivas gerações de jovens covilhanenses.

A sua ação firme e esclarecida foi determinante para a afirmação da Escola Secundária Campos Melo como uma escola de excelência, inclusiva e inovadora, mantendo sempre uma relação de proximidade com a comunidade educativa e com os diversos agentes locais.

A dedicação, o espírito de missão e a elevada capacidade de gestão que sempre demonstrou, mesmo nos momentos mais desafiantes, fazem da Prof.ª Isabel Fael um exemplo de serviço público e de liderança educacional.

Neste momento em que encerra este ciclo de funções diretivas, a Assembleia Municipal da Covilhã, por proposta da bancada do PSD, expressa publicamente o seu reconhecimento, gratidão e apreço pelo valioso contributo prestado à educação no concelho da Covilhã.



Assim, os membros do Grupo Municipal do PSD propõem que a Assembleia Municipal reunida, hoje, dia 30 de Junho de 2025 delibere aprovar este voto de louvor, dando conhecimento ao próprio , como forma deste órgão, representativo de todos os Covilhanenses, manifestar a sua gratidão pelo trabalho desenvolvido e desejar ao à Professora Isabel Fael, os maiores sucessos pessoais e profissionais nos desafios futuros que certamente terá pela frente.

Os membros do grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã,

Vanda Ferreira

Luis Rodrigues

Lino Torgal

Teresa Reis

Mafalda Nunes



Voto de Congratulação – Marco Macedo - Vice-Campeão Nacional de Contrarrelógio e Vice- Campeão Regional de XCO.

30 de Junho de 2025

A Bancada Municipal do PSD manifesta publicamente o seu reconhecimento ao atleta **Marco Macedo**, natural do Paúl, pelos seus notáveis feitos desportivos.

Marco Macedo sagrou-se **Vice-Campeão Regional de XCO** na categoria Master 40 (M40) e, mais recentemente, conquistou o título de **Vice-Campeão Nacional de Contrarrelógio** na categoria Master 45.

O contrarrelógio individual é uma das disciplinas mais desafiantes do ciclismo, sendo disputado isoladamente contra o tempo. Marco Macedo alcançou um meritório segundo lugar, ficando a escassos 16 segundos do título nacional.

Este voto expressa o reconhecimento da dedicação, esforço e excelência desportiva de Marco Macedo, sendo um exemplo de superação e perseverança que muito honra e inspira a comunidade.

Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em sessão ordinária, delibera, por proposta da bancada municipal do **Partido Social Democrata (PSD)**, aprovar o presente **Voto de Congratulação** ao Marco Macedo – Vice-Campeão Nacional de Contrarrelógio e Vice-Campeão Regional XCO.

Assim, o Grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã, propõem que a Assembleia reunida, hoje, no dia 30 de Junho de 2025 delibere:

Que deste reconhecimento seja dado conhecimento público ao Atleta Marco Macedo.

Os membros do grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã,

Vanda Ferreira



Luis Rodrigues

Lino Torgal

Teresa Reis

Mafalda Nunes

(Doc-11)

PPD/PSD | ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA COVILHÃ



Voto de Congratulação – Francisco Macedo - Campeão Regional de Cross Country Olímpico.

30 de Junho de 2025

A Bancada Municipal do PSD manifesta publicamente o seu reconhecimento ao jovem atleta **Francisco Macedo**, natural do **Paul**, pelo título de **Campeão Regional de Cross Country Olímpico (XCO)** da **Associação de Ciclismo da Beira Litoral (ACBL)**, na categoria **Sub-17**, alcançado no passado dia **15 de junho**, em **Penacova**.

Com apenas **16 anos**, Francisco Macedo continua a demonstrar um percurso desportivo de grande mérito, somando agora o título de Campeão Regional de XCO ao já conquistado **título regional de Ciclocrosse**, o que o torna atualmente **detentor simultâneo dos dois títulos regionais** da ACBL na sua categoria.

Estes resultados são testemunho do talento, dedicação e esforço do jovem atleta, bem como do apoio da sua família, da sua equipa e da comunidade que o viu crescer. A sua prestação constitui um motivo de orgulho para o concelho da Covilhã e, em particular, para a freguesia do Paul, que vê assim representada, a nível regional, a excelência desportiva dos seus jovens.

Felicitamos o atleta **Francisco Macedo**, desejando-lhe os maiores sucessos no seu percurso desportivo, e reconhecendo o seu contributo para a valorização do desporto jovem e para a promoção do nome da região.

Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em sessão ordinária, delibera, por proposta da bancada municipal do **Partido Social Democrata (PSD)**, aprovar o presente **Voto de Congratulação** ao Francisco Macedo – Campeão Regional de Cross Country Olímpico.

Assim, o Grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã, propõem que a Assembleia reunida, hoje, no dia 30 de Junho de 2025 delibere:



Que deste reconhecimento seja dado conhecimento público ao Atleta Francisco Macedo.

Os membros do grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã,

Vanda Ferreira

Luis Rodrigues

Lino Torgal

Teresa Reis

Mafalda Nunes



Voto de Congratulação – Bombeiros Voluntários da Covilhã - 150 anos de existência
30 de Junho de 2025

A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Covilhã assinala, no presente ano, o seu 150.º aniversário, uma data de extraordinária relevância para a história da Covilhã e para todos os covilhanenses.

Desde a sua fundação, em 1875, os Bombeiros Voluntários da Covilhã têm desempenhado um papel fundamental na proteção de pessoas e bens, prestando socorro com dedicação, coragem e espírito de missão. Ao longo de um século e meio, esta nobre instituição tem sido um pilar essencial da segurança e da solidariedade no concelho da Covilhã, enfrentando incêndios, acidentes e catástrofes naturais, muitas vezes em condições extremamente difíceis.

Esta data simbólica é, por isso, uma ocasião para homenagear todos aqueles – homens e mulheres – que ao longo de gerações integraram esta corporação, oferecendo o seu tempo, a sua força e o seu saber ao serviço da comunidade. É também um momento para reconhecer o esforço das direções que, ao longo dos anos, têm sabido gerir e modernizar a instituição, assegurando a sua sustentabilidade e capacidade de resposta.

Pela sua história, pelo seu presente e pelo exemplo de serviço público que representa, a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em sessão ordinária, delibera, por proposta da bancada municipal do **Partido Social Democrata (PSD)**, aprovar o presente **Voto de Congratulação** à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Covilhã, felicitando todos os seus membros – antigos e atuais – pelos 150 anos de dedicação e serviço à população.

Assim, o Grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã, propõem que a Assembleia reunida, hoje, no dia 30 de Junho de 2025 delibere:



pt
A

Que deste reconhecimento seja dado conhecimento público à direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Covilhã.

Os membros do grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã,

Vanda Ferreira

Luis Rodrigues

Lino Torgal

Teresa Reis

Mafalda Nunes



Voto de Congratulação – Associação Centro de Artes Marciais da Covilhã e Terapias Orientais - Campeonato Nacional de Kempo
30 de Junho de 2025

A Bancada Municipal do PSD manifesta publicamente o seu reconhecimento e desempenho da **Associação Centro de Artes Marciais da Covilhã e Terapias Orientais**, que participou, nos dias 7 e 8 de junho, no **Campeonato Nacional de Kempo**, com três atletas apurados pelo campeonato regional em março.

Destacamos os excelentes resultados obtidos:

- **Marina Cardona**, no escalão de mais de 36 anos, conquistou:
 - 1.º lugar em **formas mãos vazias**;
 - 1.º lugar em **semi-kempo -58kg**;
 - 2.º lugar em **formas com armas**;
 - 2.º lugar em **formas com armas por equipas**.
- **Emanuel Taborda**, no escalão dos 16 aos 17 anos:
 - 2.º lugar em **formas com armas por equipas**;
 - 3.º lugar em **semi-kempo -53kg**.
- **Fernando Cláudio**, no escalão dos 14 aos 15 anos:
 - 2.º lugar em **formas com armas por equipas**;
 - 3.º lugar em **formas com armas**;
 - 4.º lugar em **semi-kempo -63kg**.

Estes resultados demonstram o elevado nível de dedicação, disciplina e excelência dos atletas e treinadores da Associação, que têm levado o nome da Covilhã a um patamar de destaque no panorama nacional das artes marciais.

A Assembleia de Freguesia felicita calorosamente todos os atletas, treinadores e demais envolvidos, desejando os maiores sucessos nas futuras competições e iniciativas.



Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em sessão ordinária, delibera, por proposta da bancada municipal do **Partido Social Democrata (PSD)**, aprovar o presente **Voto de Congratulação** à Associação Centro de Artes Marciais da Covilhã e Terapias Orientais – Campeonato Nacional de Kempo.

Assim, o Grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã, propõem que a Assembleia reunida, hoje, no dia 30 de Junho de 2025 delibere:

Que deste reconhecimento seja dado conhecimento público aos Atletas Marina Cardona, Emanuel Taborda e Fernando Cláudio.

Os membros do grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã,

Vanda Ferreira

Luis Rodrigues

Lino Torgal

Teresa Reis

Mafalda Nunes



Voto de Congratulação – Lua Afonso- Vence Concurso Nacional de Leitura em Voz Alta 30 de Junho de 2025

A Bancada Municipal do PSD vem por este meio expressar o seu reconhecimento à aluna **Lua Afonso**, da **Escola Secundária Quinta das Palmeiras**, na **Covilhã**, pela notável conquista do **Concurso Nacional de Leitura em Voz Alta**, no âmbito da 13.^a edição da **Maratona de Leitura**

Este feito adquire particular relevância por se tratar de uma **vitória repetida**, facto inédito na história do concurso, tornando Lua Afonso na **primeira aluna a alcançar duas vitórias consecutivas** nesta competição de âmbito nacional. Este resultado reflete não apenas o seu talento, dedicação e paixão pela leitura, mas também o trabalho meritório da comunidade educativa que a acompanha.

Congratulamos este exemplo de excelência e empenho, dirigindo à aluna Lua Afonso, à sua família, aos professores e a toda a comunidade escolar, votos de **sinceros parabéns**, desejando que este percurso continue a ser marcado pelo sucesso e pelo entusiasmo pela leitura.

O Concurso Nacional de Leitura em Voz Alta tem como missão promover o gosto pela leitura e estimular hábitos de leitura em voz alta entre os jovens, envolvendo as bibliotecas escolares de todo o país. A vitória da aluna Lua Afonso, além de prestigiar a Escola Secundária Quinta das Palmeiras, contribui para a valorização da leitura e da cultura na comunidade escolar e local.

A atribuição de um prémio de mil euros para a aquisição de livros ou para ações de promoção da leitura constitui uma mais-valia para toda a escola, reforçando o impacto positivo desta conquista.

Asssembleia Municipal da Covilhã, reunida em sessão ordinária, delibera, por proposta da bancada municipal do **Partido Social Democrata (PSD)**, aprovar o presente **Voto de**



Congratulação à Lua Afonso – pelo segundo ano consecutivo vencer o Concurso Nacional de Leitura em Voz Alta.

Assim, o Grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã, propõem que a Assembleia reunida, hoje, no dia 30 de Junho de 2025 delibere:

Que deste reconhecimento seja dado conhecimento público à Covilhanense Lua Afonso.

Os membros do grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã,

Vanda Ferreira

Luis Rodrigues

Lino Torgal

Teresa Reis

Mafalda Nunes

(Doc. 15)

GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA COVILHÃ



Voto de Congratulação – Ana Paula Duarte – Nomeação como Reitora da Universidade da Beira Interior

30 de Junho de 2025

A bancada do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal da Covilhã propõe um voto de congratulação à Professora Doutora Ana Paula Duarte, que, no passado dia 6 de junho de 2025, foi eleita pelo Conselho Geral da Universidade da Beira Interior (UBI) para o cargo de reitora da instituição.

A Professora Ana Paula Duarte é uma reconhecida académica da UBI, com um percurso de excelência no ensino, na investigação e na gestão universitária, tendo desempenhado ao longo dos anos diversas funções de elevada responsabilidade. A sua eleição representa não apenas o reconhecimento das suas qualidades pessoais e profissionais, mas também uma renovada confiança na capacidade de liderança e no compromisso com o desenvolvimento da Universidade e da região.

Importa destacar, com especial significado, que **Ana Paula Duarte será a primeira mulher a assumir o cargo de reitora da Universidade da Beira Interior** desde a sua fundação, em 1979. Este facto constitui um marco histórico para a instituição e um importante sinal de progresso na promoção da igualdade de género nas instituições do ensino superior em Portugal.

A UBI é uma das principais instituições da cidade e da região, desempenhando um papel central no seu desenvolvimento social, económico, científico e cultural. A eleição da Professora Ana Paula Duarte constitui, por isso, um momento relevante para toda a comunidade covilhanense.



Assim, o Grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã, propõem que a Assembleia reunida, hoje, no dia 30 de Junho de 2025 delibere:

Aprovar um voto de congratulação à Professora Doutora Ana Paula Duarte endereçando-lhe as maiores felicitações e os votos de sucesso no desempenho das suas futuras funções enquanto reitora da Universidade da Beira Interior e que este voto lhes seja remetido;

Os membros do grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã,

Vanda Ferreira

Luis Rodrigues

Lino Torgal

Teresa Reis

Mafalda Nunes

(Doc. 16)

GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA COVILHÃ



Covilhã, 30 de Junho de 2025

VOTO DE PESAR pelo falecimento de João Manuel Serra Duarte.

A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em sessão ordinária a 30 de Junho de 2025, manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de **João Manuel Serra Duarte**, no passado dia 5 de Maio, aos 86 anos, figura de grande relevo na história do **Sporting Clube da Covilhã**.

João Manuel Serra Duarte esteve ligado ao clube desde a época de 1965-1966, desempenhando funções enquanto dirigente e, mais recentemente, como **1.º relator do Conselho Fiscal** da atual direção. Foi também um dedicado colaborador nas áreas do **futebol juvenil** e do **basquetebol**, deixando uma marca indelével de dedicação e serviço ao desporto e à juventude da nossa terra.

A sua memória perdurará entre todos aqueles que com ele partilharam o amor pelo clube e pelos valores que sempre defendeu: o associativismo, o voluntariado e o compromisso com a comunidade.

Assim, a Assembleia Municipal da Covilhã delibera aprovar este voto de pesar, expressando as mais sentidas condolências à família enlutada, bem como ao Sporting Clube da Covilhã, as mais sentidas condolências.

Delibera-se comunicar este voto à família enlutada, à atual Direção do Sporting Clube da Covilhã

Os membros do grupo municipal do Partido Social Democrata abaixo-assinados:

Vanda Ferreira

Luís Rodrigues

Lino Torgal

Teresa Reis

Mafalda Nunes



Proposta

Voto de pesar pelo falecimento de João Manuel Serra Duarte, de 86 anos de idade.

Dedicou parte da sua vida aos "Leões da Serra" e ao Sporting Clube da Covilhã. Foi dirigente dos Serranos e 1º relator do Conselho Fiscal da direção atual. Foi ainda colaborador do futebol juvenil e do basquetebol do clube.

Pelo seu contributo em prol do desporto e a título de reconhecimento apresentamos este voto de pesar.

Do teor deste voto de pesar, será dado conhecimento aos familiares.

O Grupo da Bancada do Partido Socialista

Paulo Pinto

Proposta

Voto de pesar pelo falecimento da Prof. Dra. Maria Margarida Alves Pires Henry Robbins, de 81 anos de idade.

Dedicou parte da sua vida ao ensino e educação, tendo exercido funções de professora na escola EB2 Pêro da Covilhã.

Interessava-se ainda pelas atividades culturais, tendo desempenhado o cargo de vice-presidente da associação da Banda da Covilhã.

Foi ainda associada fundadora e elemento dos órgãos sociais do Clube do Professor da Covilhã, durante vários anos e pertenceu aos órgãos sociais da Confraria da Pastinaca e do Pastel de Molho.

Pelo seu contributo social e cultural e a título de reconhecimento apresentamos este voto de pesar.

Do teor deste voto de pesar, será dado conhecimento aos familiares.

O Grupo da Bancada do Partido Socialista



(Doc. 19) H2
A
H

Voto de Louvor a António José Teixeira

António José Teixeira, nasceu na Covilhã em 1961, e é jornalista, comentador político e professor universitário.

Pela sua carreira e competência profissional é hoje um dos mais respeitados e reconhecidos profissionais da comunicação social em Portugal.

Ao longo da sua carreira, António José Teixeira tem-se distinguido pelo seu rigor, integridade e dedicação à causa da informação livre e plural. O seu percurso como jornalista, comentador e diretor de diversos órgãos de comunicação social é exemplo de profissionalismo, espírito crítico e serviço ao interesse público.

O seu desempenho, até há poucos dias, como diretor de informação da rádio e televisão públicas e a sua colaboração com diversos meios de comunicação evidenciam o compromisso constante com a qualidade e com a ética no jornalismo, contribuindo decisivamente para uma sociedade mais esclarecida, democrática e participativa.

Por tudo isto, e num momento em que de forma surpreendente e inesperada deixa a direção de informação da rádio e televisão públicas, a Assembleia Municipal da Covilhã aprova este voto de louvor como forma de reconhecimento e agradecimento pelo trabalho de excelência desenvolvido por António José Teixeira, e deseja-lhe para o futuro, os maiores sucessos, pessoais e profissionais.

Como expressão de louvor, reconhecimento e gratidão pelo trabalho desenvolvido, a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida a 30 de junho de 2025 aprova este Voto de Louvor, pelo notável contributo que António José Teixeira tem prestado ao jornalismo e à vida pública portuguesa, o qual deve ser enviado ao próprio.

Covilhã, 30 de junho de 2025

Hélio Fazendeiro

(Doc. 20)

7.1 H=2 A



Grupo Municipal do Partido Socialista

O debate temático sobre a habitação, trazido a esta Assembleia, pelo Partido Socialista, no passado dia 30 de maio, à semelhança de outras assembleias onde discutimos o tema, vem tentar promover a discussão sobre as causas e implementação de estratégias que o Município da Covilhã deve adotar para combater a dificuldade no acesso à habitação no nosso Concelho.

No debate, acho que posso dizer que foi consensual, afirmar-se que o problema de acesso à habitação é comum em vários países da Europa e é um problema generalizado no nosso país que se sente também no nosso concelho.

No Município da Covilhã, com o aumento significativo de alunos deslocados, o aumento da população estrangeira, o aumento de agregados unipessoais, sente-se uma forte pressão no mercado habitacional, regista-se uma procura superior à oferta, o que provoca um aumento do custo à habitação e da taxa de esforço dos agregados familiares, seja na aquisição de imóveis ou no arrendamento, sobretudo na área da grande Covilhã. Embora o município verifique uma diminuição da taxa de desemprego e de beneficiários de RSI, o valor remuneratório médio de trabalhadores por conta de outrem é ainda abaixo do valor médio nacional, o que gera um poder de compra abaixo da média nacional.

O debate que se procurou promover, mais do que nos debruçarmos no diagnóstico, que já está feito na Estratégia Local de Habitação aprovada em 2021 e na Carta Municipal da Habitação aprovada em 2023, pretendia promover a reflexão sobre as medidas que poderão ser implementadas pelo Município para assegurarmos uma habitação condigna e acessível a todos os covilhanenses.

Á população que pela falta de recursos financeiros necessita de habitação pública de cariz social, aos jovens e às famílias de rendimentos médios que necessitam de acesso a uma habitação a preços acessíveis.

O que este debate veio clarificar, é que o diagnóstico presente está feito e que há uma responsabilidade coletiva para agir. Veio clarificar que os municípios sozinhos não têm capacidade para resolver o problema da habitação, que é generalizado a nível nacional e europeu, que têm de estar coordenados com as políticas estratégicas nacionais para a habitação e é fundamental se aproveitar ao máximo o financiamento público para o efeito, nomeadamente através de projetos de financiamento do PRR.

A carta Municipal de habitação enuncia os caminhos, permite conhecer as realidades presentes, mas importa monitorizar as transformações demográficas, a evolução das condições sócio-económicas da população, estarmos atentos a fatores como o da imigração, ao aumento da população estudantil, no nosso caso em particular, de modo a corrigir trajetórias no diagnóstico traçado e ajustar as respostas às necessidades da população do nosso concelho no futuro.

A resposta tem de passar por vários objetivos, o que já está a ser feito! o desafio de requalificação, gestão e manutenção do parque habitacional, por outro lado criar uma resposta para habitação dos jovens, para a população de rendimentos médios que nos permita ser um fator diferenciador e que possibilite atrair população. O Município tem de promover a Habitação acessível de qualidade.

Não há de facto soluções mágicas nem imediatas para o problema da habitação, temos que pensar estrategicamente o futuro e procurarmos respostas municipais, respostas mistas, municipais e cooperativas, e conseguirmos atrair segmentos do setor privado para construção de habitação a preços controlados.

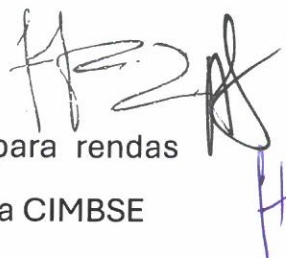
Handwritten signatures and initials in the top right corner, including a large signature and a blue 'H'.

A Carta Municipal de Habitação, documento estratégico de planeamento e ordenamento do território do município, aprovado nesta assembleia, tem a função de criar mecanismos para a política de solos poder ser aprofundada, nomeadamente através de cedência de solos, bolsa de terrenos municipais, majoração da edificabilidade para promotores que promovam a construção de habitação acessível. Bem como, estabelecer incentivos à reabilitação urbana, como já existe, pela via de reduções de taxas urbanísticas para operações em ARU's, promover a redução dos encargos urbanístico, para quem promova a habitação a custos controlados, ou contribua para o aumento da oferta no mercado de arrendamento, promovendo assim maior viabilidade económica para os promotores. Valorizar o espaço público, como forma de incentivo para que os privados invistam e reabilitem as suas habitações.

Será fundamental a articulação deste instrumento de planeamento com o novo PDM, que se encontra em fase de conclusão, e será necessário a regulamentação municipal de algumas destas medidas. Pelo que o próximo mandato autárquico será determinante no desenvolvimento, aplicação e monitorização das medidas para a habitação enumeradas, para se garantir um melhor acesso à habitação para todos no concelho da Covilhã.

Será para isso fundamental a sensibilidade política para este tema e a experiência para a sua execução. O partido socialista ao longo destes mandatos, procurou desde a primeira hora, criar os instrumentos estratégicos para a habitação, para que fossem aproveitados e canalizados todos os apoios de financiamento numa primeira fase através do orçamento de estado e posteriormente através do PRR. Os resultados estão à vista de todos. As intervenções feitas pelo município, no âmbito da ELH, concluídas em curso e protocoladas representam cerca de 10 milhões de euros de investimento feito pelo município, contabilizando-se as reabilitações nos fogos habitacionais através do 1º direito, 113 fogos municipais reabilitados,

e numa primeira fase protocolados 27 fogos habitacionais para rendas acessíveis, resposta a ser desenvolvida entre o município, IRU e a CIMBSE



Estando definido como meta pela carta Municipal de Habitação, uma reprogramação do 1º direito para 20/30 e um horizonte de 80 fogos com rendas acessíveis até 2032.

Para o Partido Socialista esta é uma área fundamental no desenvolvimento estruturado e sustentável do nosso concelho, que impacta diretamente na qualidade de vida dos nossos concidadãos, onde já muito foi feito, mas onde ainda há uma necessidade clara de continuar a fazer.

O Partido Socialista acredita que uma Covilhã com futuro passa por uma cidade inclusiva, de oferta habitacional condigna e acessível a todos, com uma resposta diversificada para os vários tipos de procura, contribuindo decisivamente para uma cidade mais justa, onde ninguém fique para trás, e todos possam encontrar o seu projeto de felicidade.



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Assembleia Municipal da Covilhã

Comissão Especializada para Estudo do Traçado do IC6 (Folhadosa - Covilhã)

Relatório Final
Declaração de voto

O PCP integrou a Comissão especializada para o estudo do traçado do IC6 (Folhadosa – Covilhã) participando na análise dos estudos existentes, partilhando opiniões com os restantes membros da Comissão e com os técnicos municipais presentes e na audição dos diferentes contributos referidos no Relatório.

Respeitando o compromisso público inscrito em diferentes documentos o representante do PCP defendeu que o IC6 deveria ter um perfil de autoestrada e incluir o Túnel na Serra da Alvoaça.

No desenvolvimento dos trabalhos da Comissão constatou-se que o traçado aprovado em 2010 teve por base um Estudo de Impacto Ambiental de 2006 e que a Servidão Non Aedificandi do IC6 caducou em Abril de 2025.

Os procedimentos atrás referidos foram desenvolvidos por técnicos especializados, durante mais de uma década, aprovados pela IP - Infraestruturas de Portugal e pelos governos desde 2006, **sem qualquer consulta e possibilidade de pronúncia pela Assembleia Municipal da Covilhã.**

Após, cerca de 30 anos, estamos perante factos consumados que limitam e condicionam qualquer outra opção.

Por outro lado, constata-se também, infelizmente, a inexistência de

qualquer compromisso e respetiva dotação em Orçamento de Estado, dos últimos Governos, em executar a ligação do nó da Folhadosa à A23, nó do Tortosendo, **apesar de estar incluído no Plano de Revitalização da Serra da Estrela, aprovado na 25ª hora pelo Governo presidido por António Costa, mas que o atual Governo mantém em “banho maria”.**

Entende o representante do PCP que propor neste momento, qualquer outro Estudo Prévio, irá prolongar em mais de uma década a possibilidade de se executar qualquer intervenção significativa na ligação Covilhã – Folhadosa.

Também se reconhece que o atual traçado com as soluções propostas pela Comissão aproxima o IC6 das populações da zona sul do concelho e a sua mobilidade intra concelhia.

Com a implementação da proposta de IC6 prevista são concretizados oito túneis e 16 pontes e viadutos e reduz-se o percurso para 40 km.

Porém, não se assegura a segurança de uma via com perfil de autoestrada, só prevista no Relatório da Comissão, a eventual execução do IC6 “de forma a facilitar o seu alargamento futuro, nomeadamente através do redimensionamento das obras de arte previstas, para que, justificando-se, seja exequível a sua posterior transformação em perfil de autoestrada”.

Assim, levando em conta o estado a que chegámos, a urgência na melhoria da mobilidade das populações do Litoral para a Cova da Beira, e vice-versa, o benefício para as populações da zona sul do Concelho e a possibilidade da execução do investimento previsto no Plano de Revitalização da Serra da Estrela, o grupo municipal do PCP abstém-se não obstaculizando a aprovação do relatório da Comissão, defendendo que a obra se execute com a garantia da sua evolução para perfil em autoestrada.

Covilhã, 26 de Junho de 2025

Vitor Manuel Reis Silva